

CONANDA

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil



I Seminário Nacional sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil

Crianças no narcoplantio e tráfico de drogas

Apoio



Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Isa Maria de Oliveira

Secretária Executiva

Verônica Maria da Silva Gomes

Assistente Técnica

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Claúdio Augusto Vieira da Silva

Presidente

Apoio

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Reiko Niimi

Representante

Maria America Ungaretti

Oficial de projetos

Coordenadora dos projetos de Erradicação do Trabalho Infantil e Exploração Sexual

OIT

Organização Internacional do Trabalho

Armand Pereira

Diretor

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenador do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil

STJ

Superior Tribunal de Justiça

Nilson Naves

Presidente

Edson Carvalho Vidigal

Vice-Presidente em exercício

Brasília, janeiro de 2004

Equipe Técnica

Elaboração do relatório
Jailson de Souza e Silva
Consultor

Revisão do relatório
Isa Maria de Oliveira
Maria America Ungaretti
Pedro Américo Furtado de Oliveira

Palestrantes e Mediadores

Mesa de abertura

Raymundo Rabello de Mesquita
Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

Isa Maria de Oliveira
Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Denise Maria Fonseca Paiva
Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça

Vera Olímpia Gonçalves
Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

Guilherme Mastrich Basso
Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho

Reiko Niimi
Representante do UNICEF no Brasil

Armand Pereira
Diretor da OIT no Brasil

Edson Carvalho Vidigal
Vice-Presidente da Presidência do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal
Presidente da solenidade de abertura

Jailson de Souza e Silva
Conferencista
Professor da Universidade Federal Fluminense
Coordenador do Observatório Social de Favelas do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS

Participantes dos painéis

27 de novembro de 2002

Painel 1

O arcabouço jurídico no âmbito das atividades ilícitas

Mediador

Gláuber Maciel Santos
Ministério do Trabalho e Emprego

Expositores (a)

O papel do legislativo à luz do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente

Orlando Fantazzini
Deputado Federal

A Convenção 182

Armand Pereira
Diretor da OIT no Brasil

A aplicação da lei

Eliane Araque dos Santos
Subprocuradora Regional do Ministério Público do Trabalho

27 de novembro de 2002

Painel 2

O papel da segurança e da justiça na proteção dos direitos da criança e do adolescente

Mediador

Wilson Salles Damázio
Superintendente Regional do Departamento da Polícia Federal de Pernambuco

Expositores

O papel da polícia (garantias processuais e medidas socioeducativas)

Luiz Eduardo Soares

A justiça especializada

João Batista Saraiva
Juiz Titular do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul
Professor de Direito da Infância e Juventude e Direito Penal na Escola Superior da Magistratura de Porto Alegre

Os promotores e magistrados da infância e da juventude (desafios e harmonização de abordagens)

Saulo de Castro Bezerra
Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça da Infância e da Juventude - ABMP

A política nacional de segurança pública

José Alberto Cunha Coutinho
Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais da Presidência da República
Coordenador do Gabinete de Crises da Presidência da República e do Plano de Prevenção da Violência Urbana

28 de novembro de 2003

Painel 3

Narcoplantio e estratégias de enfrentamento

Mediadora

Eliane Araque dos Santos
Subprocuradora Regional do Ministério Público do Trabalho

Expositores

A política nacional

Pedro Luiz Serafim da Silva
Procurador Regional do Trabalho
Coordenador da Defesa da Criança e do Adolescente em Pernambuco

As estratégias de redução da demanda, de oferta e de tratamento das drogas

Giovanni Quaglia
Representante das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção ao Crime no Brasil

O envolvimento de crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas

Jorge Lulianelli
Coordenador do projeto da COINONIA

28 de novembro de 2002

Painel 4

A escola como ambiente de combate e prevenção (como potencializar seu papel nas comunidades de risco)

Mediadora

Maria America Ungaretti
Coordenadora dos projetos de erradicação do trabalho infantil e exploração sexual do UNICEF

Expositores

Como a escola deveria atuar nas comunidades

Iara Glória Areias Prado
Secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação

A realidade da escola na comunidade: o Programa Paz nas Escolas

Denise Maria Fonseca Paiva
Gerente do Programa Nacional Paz nas Escolas da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça

Projeto Amigos da Escola

Lacy Barca de Andrade
Representante das Organizações Globo

28 de novembro de 2002

Painel 5

A sociedade civil e a família: a questão do poder, da pertencimento e da adrenalina

Mediador

Daniel De Bonis

Fundação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedo pelos Direitos da Criança – Fundação ABRINQ

Expositores

As ONGs como provedoras de ‘adrenalina’: desporto, cultura, artes – projeto Espaço Esperança

Jairo Coutinho França

Coordenador de projetos na área de esportes e cidadania VIVA RIO

O projeto Ponto BR

Nanko Van Buuren

Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social – IBISS

Ações de fortalecimento do papel da família

Cláudia Cabral

Diretora Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens

28 de novembro de 2003

Painel 6

Os desafios das políticas públicas

Mediador

Vicente de Paula Faleiros

Representante do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

Expositores

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Maria Albanita Roberta de Lima

Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Política de Assistência Social da Secretaria de Estado de Assistência Social

Programa Nacional Bolsa-Escola: o valor de bolsa e as ações socioeducativas

Carlos Henrique Araújo

Gerente de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Sociais da Missão Criança

Mesa de encerramento

Vicente de Paula Faleiros

Representante do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA

Isa Maria de Oliveira

Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

José Abelar Cuty da Silva

Ministério do Trabalho e Emprego

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenador do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil - Organização Internacional do Trabalho

Apresentação

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Organização Internacional do Trabalho – OIT associaram-se ao Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para a publicação do relatório do I Seminário Nacional sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil: crianças no narcoplantio e tráfico de drogas, realizado em Brasília em 27-28 de novembro de 2002.

O UNICEF e a OIT têm participado de forma atuante no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Muitos avanços foram feitos. No entanto, novos desafios se apresentam continuamente, e a erradicação do trabalho infantil em atividades ilícitas apresenta-se como possivelmente o mais complexo de todas.

Os resultados do I Seminário indicaram ações e estratégias para o enfrentamento do trabalho infantil no narcoplantio e no tráfico de drogas. A articulação nacional entre diferentes parceiros, a realização de estudos e pesquisas em vários estados brasileiros, a necessidade de alterar a atual legislação e a construção de uma agenda nacional são alguns dos aspectos que precisam ser operacionalizados para cumprir as recomendações definidas no I Seminário Nacional.

Além disso, as discussões - bastante abrangentes e aprofundadas - indicaram a premência de se promover os valores da vida e os direitos humanos em nível individual, em cada um de nós, e isso inclui também as crianças e os adolescentes. Garantir direitos é promover a proteção, a vida, a dignidade e o respeito.

É preciso que a sociedade brasileira demonstre sua indignação com o que está acontecendo com as crianças e adolescentes envolvidos no tráfico e consumo de drogas através de diversas maneiras e ações. É preciso que a sociedade brasileira invente e reinvente novas estratégias e caminhos para que as crianças e adolescentes queiram viver e conviver de forma mais ética e coerente com outros valores que não sejam o dinheiro, o poder e o prestígio oferecidos momentânea e superficialmente pelo tráfico de drogas.

Como disse Jailson de Souza e Silva: “a maioria do país acredita que é possível efetivar e articular o poder executivo, o legislativo, o judiciário e a sociedade civil para construir-se um novo espaço público, no qual se constituam políticas integradas, abrangentes e continuadas de combate à exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas e de outras mazelas que impedem a construção de um Brasil mais justo e fraterno”.

Reiko Niimi
Representante do UNICEF no Brasil

Armand Pereira
Diretor da Organização Internacional do Trabalho

Introdução

O I Seminário sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil: crianças no narcoplantio e tráfico de drogas foi realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de novembro de 2002, no auditório do Superior Tribunal de Justiça - STJ, organizado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. O Seminário foi patrocinado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, Fundo das Nações Unidas da Infância - UNICEF, Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, a iniciativa contou com o apoio do Ministério Público do trabalho e do Superior Tribunal de Justiça.

Os objetivos principais do Seminário foram, em primeiro lugar, estimular a socialização de dados e reflexões sobre as características da rede social do narcoplantio e do tráfico e o perfil das crianças nela empregadas e suas condições de vida, a partir dos resultados do Diagnóstico Rápido* realizado na cidade do Rio de Janeiro, lançado em maio de 2002 pela OIT. Em segundo lugar criar as possibilidades de compartilhar, de forma sistemática, experiências desenvolvidas no combate à utilização da mão-de-obra infantil nas atividades assinaladas; e, reunir proposições que permitam a formulação e a execução de estratégias globais para o enfrentamento do problema.

A abertura do evento foi feita por representantes do Poder Judiciário, através do Superior Tribunal de Justiça, do Ministério Público do Trabalho; do Poder Executivo, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Participaram também representantes das agências internacionais, OIT e UNICEF; e dos órgãos pluriinstitucionais, CONANDA e FNPETI.

A mesa de abertura foi composta por Raymundo Rabello de Mesquita, Representante do CONANDA; Isa Maria de Oliveira, Secretária Executiva do FNPETI; Denise Maria Fonseca de Paiva, Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça; Vera Olimpia Gonçalves, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Guilherme Mastrich Basso, Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho; Reiko Niimi, Representante do UNICEF no Brasil; Armand Pereira, Diretor da OIT no Brasil e Edson Carvalho Vidigal, Vice-Presidente em exercício da Presidência do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, anfitrião do evento e Presidente da solenidade de abertura.

Após a execução do Hino Nacional, foi feita a exibição de um vídeo, produzido pela OIT, de denúncias dos vínculos entre a exploração do trabalho infantil e a cadeia produtiva formal, tendo como exemplo a produção de bolas de futebol e instrumentos cirúrgicos.

A seguir, o Ministro Edson Carvalho Vidigal começou frisando a diferença entre trabalho infantil e emprego infantil. Em sua concepção "trabalho é o que a necessidade impõe e isso não se vincula à liberdade de mercado, à demanda entre o que o capital remunera e o que o trabalho como mão-de-obra acha que vale. Trabalho sem lei é submissão à necessidade induzida até ao calabouço da escravidão. Emprego é diferente, é ocupação legal, tem a ver com o capital remunerando de forma justa o trabalho. Trabalho infantil caracteriza-se, sobretudo, pelo esforço que lesa não só o direito que as crianças têm à infância, à escola, à saúde e a sonhar com o futuro digno, mas também o direito dos adultos a remuneração legal e justa pelo trabalho compatível às suas idades, às suas potencialidades, às suas capacidades".

Apresentando um conjunto de dados, oriundos da OIT, a respeito da inserção de trabalhadores infanto-juvenis no mercado de trabalho, o Ministro Vidigal considera que os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente são instrumentos fundamentais para o enfrentamento do problema.

* Diagnóstico Rápido é uma metodologia de pesquisa quanti-qualitativa desenvolvida pela OIT e pelo UNICEF sobre uma realidade ou situação social específica em um contexto sócio-cultural-geográfico particular. Gera informações qualitativas em um curto espaço de tempo e a baixo custo.

“Os conselhos, a quem cabe a gestão dos fundos voltados para a implantação das políticas para a infância e a juventude, dispõem de um poderoso instrumento de captação de recursos junto ao empresariado, via isenção fiscal. Dados de 2002 apresentados ao Conselho da Comunidade Solidária indicam que, se todas as empresas tivessem direcionado para o Fundo da Criança e do Adolescente um por cento do imposto de renda devido, ter-se-ia chegado a um montante de R\$99 milhões para aplicações, mas só foram aplicados R\$6 milhões e meio”.

Outro caminho necessário para o tratamento do fenômeno da violência contra a infância e a adolescência, de acordo com o Ministro Vidigal, é a articulação entre os diversos setores do poder público. Nessa perspectiva, destacou o Programa de Prevenção da Violência Urbana, que prioriza a infância e a adolescência. O Gabinete de Segurança Institucional, responsável pela iniciativa, firmou uma parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o CONANDA e o Ministério do Esporte para captar recursos via isenção e aplicá-los em projetos direcionados à áreas da periferia urbana.

Por fim, o Presidente da solenidade de abertura destacou o compromisso do Superior Tribunal de Justiça com o Seminário e iniciativas advindas de Fóruns como esse, tendo em vista que:

“A justiça que a democracia busca não é apenas a justiça formal dos códigos, dos compêndios, das jurisprudências, das sentenças, das decisões, mas a justiça social, porque a grande causadora de todas as injustiças individuais e coletivas é a desproporção da distribuição das rendas, é o desrespeito aos direitos dos próximos, é a injustiça da pobreza e da miséria”.

O segundo integrante da mesa a se pronunciar foi Raymundo Rabelo de Mesquita, representante do CONANDA. Sua fala foi centrada na necessidade de que a esperança em dias melhores alimente a luta pela cidadania das crianças e adolescentes. A crença de que este objetivo passa, necessariamente, por estes atores foi enfatizada na fala de Mesquita:

“Durante muitos anos o Brasil se orgulhou de ser o país da juventude, mas até hoje não foi criada uma política nacional para a juventude que produzisse resultados, que construísse o cidadão com capacidade para colocar o país respeitado no mundo. Não existe uma juventude no Brasil, existem juventudes. Existe aquela que vive como no primeiro mundo, onde nada lhe falta e que nem sempre aproveita o que tem, e uma outra juventude para quem tudo falta. O Estatuto da Criança e do Adolescente é considerada a lei que respondeu com maior eficiência à Convenção sobre os Direitos da Criança. No entanto, seu grande vazio é sua aplicação, na realidade nacional. Faltam políticas públicas nas áreas da saúde, da educação, da assistência social, da justiça etc.”.

Mesquita concluiu sua fala afirmando a importância do Estatuto:

“Nós temos nas mãos a lei e o direito para confrontar politicamente a nossa realidade. Nós temos que exigir que os nossos governantes assumam realmente o compromisso de fazer da criança, da infância e da juventude brasileiras uma prioridade nacional”.

Na fala seguinte, Isa Maria de Oliveira, Secretária Executiva do FNPETI, enfatizou o objetivo do Seminário de recolocar o tema das piores formas de trabalho infantil em debate, ampliando a sua discussão e salientou o papel do Fórum e dos parceiros no combate ao problema, o caráter de rede do FNPETI e sua expectativa com o Seminário:

“o Fórum Nacional tem sido ao longo dos seus oito anos de existência um espaço democrático de aglutinação e mobilização das diversas áreas governamentais, das representações dos trabalhadores, dos empregadores e das ONGs na discussão, na implementação de ações de combate ao trabalho infantil, em especial das piores formas de trabalho infantil. Muitas ações foram implementadas, muitos resultados alcançados, mas no que diz respeito ao tema deste Seminário, um dado é assustador: de 1990 para 2000 houve uma redução na idade das crianças e adolescentes que estão envolvidos no tráfico de drogas. A média de idade de ingresso nesta atividade ilícita era de 15-16 anos no início dos anos 90 e em 2000 reduziu-se para 12-13 anos. Este é um indicativo bastante forte e espero que todos os parceiros aqui reunidos, autoridades, estudiosos, possam formular recomendações que irão fortalecer as nossas estratégias e ações no enfrentamento dessa questão”

Após a fala de Isa de Oliveira, o cerimonialista Pedro Américo Furtado de Oliveira, Coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC no Brasil, passou a palavra a Sra. Denise Paiva, representante do Ministério da Justiça.

Lembrando sua participação na instalação, em novembro de 1994, do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, Denise Paiva destacou a existência de uma nova consciência sobre o problema e os avanços conseguidos na luta contra a exploração do trabalho infantil:

“Nós estávamos diante de um tremendo desafio, porque mesmo para o governo, o trabalho infantil não era considerado um problema mas uma solução”.

Após essa referência, ela concluiu sua fala ressaltando o avanço que significou a construção de uma parceria formal entre o Estado e a Sociedade Civil.

“Dez anos se passaram e eu acredito que muitos desafios ainda estão em nossa frente, mas sem dúvida podemos comemorar, esse jeito inédito de fazer política. Ele foi se firmando, inspirando outras políticas e outros programas também. Depois de dez anos, acredito que o Brasil tem muito a comemorar e a servir como referência para os outros países”.

Vera Olímpia Gonçalves, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, assinalou o trabalho da Coordenação Nacional de Projetos Especiais, órgão de sua Secretaria, no combate ao trabalho infantil e na proteção ao adolescente trabalhador.

“Há muitos desafios à frente, em especial, a conscientização da sociedade em relação a esse tema. Esta nova forma de se encarar o assunto redundou em políticas com o objetivo de erradicar o trabalho infantil. É importante que se tenha consciência de que há muito que se avançar, mas também é importante que se possa fazer um balanço e avaliar os resultados positivos. As estatísticas na última PNAD mostraram uma redução significativa do trabalho infantil. Temos que tratar dos desafios, que estão elencados no Seminário. Temos que dar atenção ao principal tema do Seminário, que é a utilização das crianças e adolescentes na produção e no tráfico de drogas”.

Indicou ainda, como instrumento fundamental para o tratamento do problema em questão, a Convenção 182, resgatando os trâmites para sua aprovação no Brasil.

“A partir da aprovação da Convenção 182 na Conferência Geral da OIT, em junho de 1999, o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu uma Comissão Tripartite, que passou a analisar o texto e propôs a ratificação pelo Congresso Nacional. Isso foi feito através de um decreto legislativo, em dezembro de 1999. Foi um grande avanço.

O Brasil foi um dos precursores da ratificação dessa Convenção. Daí para frente começava o caminho mais difícil, que é o da implementação. E para ela faltavam, e ainda faltam, alguns itens fundamentais. Na época, nós discutimos a definição dos tipos de trabalho suscetíveis de prejudicar a saúde e a segurança dos adolescentes. A Comissão Tripartite produziu uma lista dos tipos de trabalho. Esta lista deu ensejo a uma portaria da SIT, a de número 20. Ela classifica mais de 80 atividades proibidas para menores de 18 anos”.

Concluiu sua fala afirmando a importância de aprimoramento das estratégias para a redução da utilização do trabalho das crianças e adolescentes, em particular no tráfico de drogas, e elogiou a publicação da pesquisa sobre o perfil das crianças no tráfico de drogas, que contou com o patrocínio do Ministério do Trabalho e Emprego:

“Podemos verificar no seu conteúdo uma investigação bastante profunda e incisiva das razões que levam as crianças ao tráfico, e também quais seriam as alternativas para as crianças abandonarem o tráfico. Tenho certeza que será uma referência em todas as discussões desse tema. É um trabalho a ser desenvolvido em parceria e de forma integrada. Só assim poderemos elaborar estratégias eficazes para que o Brasil possa dar uma resposta incisiva a esse grave problema. Dessa forma, obteremos resultados e poderemos e anunciar resultados positivos”.

Guilherme Mastrich Basso, Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho, iniciou sua fala destacando a prioridade que o seu Ministério tem concedido ao combate à exploração do trabalho infantil, mas não ignorou os desafios existentes:

“muita coisa tem sido feita, mas há muito pouco a comemorar, quando constatamos que há muito por se fazer. Embora a população infantil tenha crescido no Brasil, houve um decréscimo no seu percentual de trabalho. Isso é fruto de políticas do governo que vêm sendo adotadas, do trabalho de todos os parceiros e de um despertar da cidadania para a questão do trabalho infantil. Mas, na questão do tráfico, a situação é muito perigosa. Dos atos infracionais cometidos por adolescentes no período de 1996 a 2000, no Rio de Janeiro, 22 por cento foram relativos ao tráfico de drogas, percentual superior aos delitos de lesão corporal, roubo e furto, e 10 por cento ao uso de drogas, de acordo com dados da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro. Em São Paulo, 5,5 por cento foram de tráfico de drogas, porcentagem que em São Paulo era apenas inferior ao roubo, e 0,8 por cento ao uso de droga, conforme dados da Fundação Estadual de Bem Estar do Menor – FEBEM e da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP. Em Minas Gerais, dos atos infracionais cometidos por adolescentes em 2000, na Grande Belo Horizonte, 28 por cento foram relativos ao tráfico de drogas, porcentagem superior a delitos de lesão corporal, roubo e furto, e 9,8 por cento ao uso de drogas, conforme dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte”.

Diante do fenômeno, Guilherme Basso ressaltou a importância de se construir uma estratégia integrada de enfrentamento do crescimento do crime organizado. Considerou que políticas públicas voltadas para a oferta de alternativas às crianças, em particular no campo educacional, e a oferta de trabalho digno aos maiores de 16 anos são positivas, mas insuficientes.

“O próximo Governo tem que adotar políticas severas na área de combate à criminalidade, mais propriamente ao narcotráfico. Enquanto nós tivermos essa

facilidade com que se compra, se vende e se planta drogas ou entorpecentes neste país, fica difícil realmente correr atrás das crianças que estão envolvidas neste sistema. É preciso desenvolver ações estratégicas contra o crime organizado”.

Guilherme Basso concluiu sua intervenção afirmando sua esperança no Seminário e a necessidade de envolver novos parceiros:

“Muitas diretrizes poderão ser traçadas e espero que, com as experiências que serão aqui relatadas, possamos elaborar uma estratégia de atuação dentro das nossas áreas de competência. Mas gostaria de ver aqui também o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados, que têm responsabilidade na parte de apuração criminal do tráfico de entorpecentes, do crime organizado neste país. Precisamos atacar de frente o problema e é preciso um ataque múltiplo, antes que um processo semelhante ao ocorrido na Colômbia se torne no Brasil irreversível”.

Reiko Niimi, representante do UNICEF, também destacou a importância e a esperança no Seminário:

“Consideramos imprescindível o objetivo deste Seminário de analisar e identificar estratégias e metodologias para o enfrentamento da participação de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. O assunto é complexo e de difícil solução e por isso é necessária a participação, de forma articulada, de vários segmentos da população brasileira e diversas instituições”.

Reiko Niimi parabenizou a OIT e o Ministério do Trabalho e Emprego pela qualidade do relatório sobre as crianças no narcotráfico e ressaltou a importância de que as instituições se articulem para enfrentar o fenômeno:

“As crianças ingressam e permanecem nas atividades do narcotráfico de forma a adquirirem prestígio e poder, preencherem emoções e adrenalina, além de ganharem dinheiro para o consumo de bens que não poderiam comprar de outra forma. Suas principais amizades estão no narcotráfico e a ligação com o grupo é um fator importante para a permanência neste tipo de atividade.

Nos últimos anos, muitos avanços foram alcançados e através dessas conquistas aprendemos muitas lições e entramos em áreas cada vez mais difíceis. Há, no entanto, experiências no país que apontam possíveis estratégias. A primeira é o atendimento integral às crianças e adolescentes através das políticas públicas de saúde, educação, esporte, lazer e a participação comunitária, de maneira a apoiar as comunidades mais afetadas pela tragédia do tráfico de drogas. Vale lembrar que não são todas as crianças nessas comunidades que estão envolvidas. Podemos mapear a correlação entre as comunidades com crianças envolvidas e a ausência quase total das atividades públicas e das oportunidades.

A segunda estratégia consiste em assegurar, desde a primeira infância, que todas as crianças tenham acesso ao entendimento e à implementação dos seus direitos; que através das famílias aprendam os valores éticos e desses valores possam continuar a ser educadas e desenvolver a própria cidadania. Essas estratégias não são idealistas, pois estão sendo implementadas no país, mas de maneira pulverizada. Urge criar uma política pública nacional para a infância e para a adolescência. Espero que o Seminário possa apresentar metodologias que possam ser aplicadas em todo o Brasil”.

O último integrante da mesa de abertura a se pronunciar foi Armand Pereira, Diretor da OIT no Brasil. Pereira assinalou os avanços conseguidos no combate à exploração do trabalho infantil, em particular a diminuição significativa no número de crianças e adolescentes trabalhando em situações insalubres e perigosas no Brasil. Considerou que isso foi possível em função da articulação de diferentes organizações, do Estado, da sociedade civil e da mídia. A partir dessa introdução, Pereira destacou a importância de se compreender o fenômeno da globalização e os significados econômicos e sociais, em particular, do trabalho infantil.

“Há no mundo cerca de um bilhão de pessoas em situação de desemprego aberto e sub-emprego, mas ao mesmo tempo temos um contingente de crianças e adolescentes trabalhando, que atinge cerca de 246 milhões de crianças e adolescentes que não deveriam estar trabalhando, de acordo com as estatísticas da OIT em 2000.

A questão do trabalho infanto-juvenil nas situações ilegais, continua sendo abordada de diferentes maneiras, ou seja, tanto do ponto de vista dos direitos humanos, das normas internacionais e das leis nacionais, como dos valores e da cultura, em termos de educação e de seus impactos econômicos e sociais. Muitas vezes temos dificuldade em integrar esses diferentes aspectos.

Dos 204 milhões de crianças de até 14 anos que trabalham no mundo, isso equivale a quantos empregos? Em quanto se poderia reduzir a taxa de desemprego aberto no mundo caso se reduzisse o trabalho infantil de uma forma mais significativa? A demanda agregada de uma determinada economia não cresce só porque as crianças estão produzindo ou vendendo, elas estão tirando empregos de pessoas com idade legal. A globalização do mercado financeiro e das telecomunicações e de muitos outros setores não pode continuar se não existe a globalização de direitos e a aplicação de direitos”.

O Diretor da OIT concluiu sua fala com a consideração de que as instituições devem se integrar, mas respeitando as especificidades de seu papel e compreendendo os novos passos que devem ser dados:

“O trabalho infantil, assim como o trabalho escravo, a discriminação, o direito à negociação coletiva e à liberdade sindical, passaram a ser questões internacionais e é neste contexto que a OIT se integra com os outros parceiros que têm uma outra orientação. Cada uma das instituições têm que fazer o seu papel.

As formas intoleráveis de trabalho infantil serão cada vez mais alvo de atenções internacionais, de consumidores, da mídia, de investidores, de setores empresariais e isso não depende de uma instituição ou de outra, é um processo mundial. Devemos partir da análise positiva daquilo que foi feito nos últimos anos. No entanto, os números são ainda muito significativos. Nós temos que refletir sobre o que já foi feito e o que precisamos ainda fazer”.

Conferência de Abertura

Após a solenidade de abertura do evento, o Jailson de Souza e Silva realizou a Conferência de abertura, Professor da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do Observatório Social de Favelas do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS.

Jailson de Souza coordenou a pesquisa, encomendada pela OIT, *“As piores formas de trabalho infantil: o emprego de crianças no tráfico de drogas no Rio de Janeiro”*, que resultou no relatório de pesquisa publicado pela OIT e pelo Ministério do Trabalho e Emprego denominado *“Crianças no Narcotráfico: um diagnóstico rápido”*.

A exposição pode ser sintetizada em dois pontos fundamentais: inicialmente foram problematizadas as representações sobre os espaços populares urbanos e seus moradores; e, em segundo lugar, foi proposto que o tráfico de drogas, em particular nas favelas cariocas, fosse reconhecido como uma rede social.

“A pesquisa que realizamos tem um forte caráter qualitativo. Boa parte dos componentes da equipe que a fez morou/a em favelas, trabalha com políticas sociais e tem um contato profundo com a diferenciação existente dentro dos espaços populares.

O desenvolvimento de uma maior compreensão da inserção das crianças no tráfico de drogas passa pela ruptura de, pelo menos, dois pressupostos. O primeiro é o sociocentrismo. No espaço urbano, os parâmetros utilizados para se definir e se relacionar com espaços populares e seus moradores estão centrados em referências de outros setores sociais, em particular os setores médios. Com isso, vai se constituindo em relação aos espaços populares o que chamo de ‘discurso da ausência’. O que ele significa? Se eu pedir a vocês para pensarem e definirem em 30 segundos o que é a favela, será majoritária, provavelmente, uma definição centrada naquilo que a favela não teria (favela é aquele lugar que não tem acesso a serviços básicos, asfalto, escolas, postos de saúde, creches, educação. No limite não tem regras, não tem leis, é o caos, é expressão da anomia, é a ausência de direitos, de cidadania).

A afirmação deste discurso da ausência em relação aos espaços populares revela uma representação, muito comum, de que a favela não é cidade. Existe o bairro, local típico para as vivências legais e formais e existe a favela como a não-cidade, como espaço efetivo de exercício da cidadania. A partir destes pressupostos, são elaborados uma série de discursos. O principal deles é o criminalizante, segundo o qual todo morador da favela, do espaço popular, é um criminoso em potencial.

A título de exemplo, citou o trabalho do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM, ONG na favela da Maré que tem um corpo de dança belíssimo, o Corpo de Dança da Maré. Este Centro aprovou mais de 200 jovens no vestibular nos últimos quatro anos. Entretanto, tornou-se comum ouvir, principalmente por parte da mídia, que se aquele/a jovem não fosse para a universidade, se não estivesse no corpo de dança ou em iniciativas do gênero poderia estar no tráfico de drogas. Quer dizer, qualquer jovem no mundo da favela estaria em atividades criminosas se não estivesse em um movimento de cultura, de educação ou seja lá o que for. As crianças e adolescentes das favelas, evidentemente, têm um contato maior com a rede social do tráfico, mas daí a depreender que eles são potencialmente criminosos revela uma visão economicista, reducionista e preconceituosa em relação a eles.

O segundo discurso decorrente do paradigma da ausência é o paternalista, existente, inclusive, em vários setores da esquerda. A LIGHT, companhia de energia do Rio de Janeiro, foi procurar

uma determinada ONG para fazer um trabalho de prevenção dos “gatos”, que são ligações irregulares de energia. Alguém da instituição afirmou que aqueles artificios eram uma estratégia legítima de sobrevivência. O mesmo, costuma ser dito em relação ao não pagamento da água, do IPTU, da compra de pequenos objetos roubados, no limite, de pequenos roubos, do roubo de um carro no sinal. No discurso paternalista considera-se que o morador dos espaços populares, em geral, é uma vítima passiva de um sistema injusto e, por isso determinadas estratégias individuais seriam em tese corretas.

Há, portanto, duas formas de definir-se o morador dos espaços populares: ou ele é potencialmente criminoso ou ele é vítima passiva de um sistema perverso. Estes raciocínios sustentam a produção de formulações e intervenções públicas limitadas e sem consistência. Um exemplo é o lugar-comum chamado ‘resgate da cidadania’. Ora, quando a gente fala em resgate da cidadania, significa que essa pessoa já foi cidadã e não é mais ou ela não é cidadã. Na verdade, o raciocínio é outro: exatamente pelo fato dessas pessoas serem cidadãs é que elas têm que ter os seus direitos preservados e as suas obrigações coletivas exigidas. A partir do momento que ela ingressa no sistema social, é uma cidadã e por isso tem direito à saúde, educação, trabalho, dignidade.

O problema também ocorre quando se fala da exclusão dos direitos sociais. Quando a gente fala na exclusão é como se tivesse um mundo ideal dos incluídos e que todos os outros deveriam estar incluídos nesse mundo ideal. O problema é saber de que mundo ideal que nós estamos falando. É o mundo do consumo, por exemplo? O conjunto de pessoas das redes sociais populares deveria estar incluído da mesma forma nessa rede determinada? Qual o tipo de crítica que se faz a esse ‘mundo da inclusão’ quando se fala dos excluídos socialmente? Fala-se de que sociedade?

Os setores sociais populares constituem redes sociais específicas. O discurso da exclusão deixa de reconhecer as práticas cotidianas que eles desenvolvem, as formas afirmativas presentes em sua cotidianidade e as estratégias construídas para enfrentar os seus desafios, seus medos, as dificuldades de uma sociedade que se sustenta na exploração e na opressão da maioria da população. Abandona-se, assim, a perspectiva de reconhecimento daqueles seres sociais como sujeitos que têm proposições, estratégias, desejos, escolhas e paixões. Esse reconhecimento é um desafio fundamental.

Quando começamos a preparar esta pesquisa, tínhamos uma compreensão de que o tráfico de drogas é uma rede social. Uma rede que oferece algumas possibilidades bastante significativas, o que torna o emprego de crianças no tráfico de drogas um dos problemas mais sofisticados que temos para enfrentar. Ele não é uma forma comum de exploração do trabalho infantil. O tráfico tem ‘glamour’, uma arma tem ‘glamour’. O garoto entra no tráfico, muitas vezes, porque busca prestígio, virilidade, poder de consumir. Ele não entra no tráfico para acumular, mas para ter direito ao consumo. Ali, ele tem a possibilidade de ser tratado em condições iguais aos adultos e o ‘patrão’ normalmente é mais justo, no plano da remuneração, do que a maioria dos seus pares.

O tráfico, portanto, é uma rede sofisticada, que envolve um conjunto de rituais, de regras e de relações profundamente abrangentes que impregnam os seus participantes. Não é casual, então, o sentimento de fraternidade, de identidade, das mais variadas formas que se estabelecem. A devida compreensão do tráfico de drogas implica em respeitá-lo como uma rede que envolve diferentes atores, com plurais perspectivas. Nela, é construída uma lógica particular em relação às redes sociais formais, mas que tem seu cotidiano e uma naturalização da existência que torna mais difícil ainda o seu enfrentamento.

Precisamos enfrentar com muita profundidade e abrangência o problema do tráfico de drogas, sem banalizá-lo. Devemos ir além do discurso de ausência e do ‘discurso do horror’, ele é mais do

que isso. Nós temos que amadurecer as estratégias a serem construídas e dimensionar de forma correta o problema. Outro dia, jornais do Rio de Janeiro noticiaram que, de acordo com uma pesquisa qualitativa, 25 por cento das crianças das favelas do Rio de Janeiro são envolvidas com o tráfico de drogas, trabalham no tráfico de drogas, o que é um absurdo. Essa dimensão hiperbólica chama a atenção, a mídia espetaculariza, o que termina dificultando mais ainda o seu combate.

O tráfico emprega, tradicionalmente, menos de 1 por cento da população dos espaços populares. Significa dizer que 99 por cento das pessoas estão fora da empregabilidade do tráfico. Talvez 3 por cento dos setores populares tenham relações diretas, fruto de vínculos familiares e afetivos, com o tráfico de drogas. O que não quer dizer que a pressão do tráfico de drogas, seu peso econômico e bélico não atinjam o conjunto da comunidade. O que precisamos enfrentar, então, é um fenômeno localizado e territorializado.

Nossa intenção, na construção da pesquisa, foi a de propor sugestões e estratégias que levem em conta essa dimensão do problema, que entendam o tráfico com uma questão que envolve aspectos sociológicos e éticos particulares, assim como um universo determinado de pessoas em territórios específicos e com características particulares.

Assim, buscamos o perfil dessas crianças empregadas no tráfico de drogas, de acordo com a terminologia da OIT, que assim define os indivíduos até 18 anos. Quem são eles, como é o seu cotidiano, quais as razões do ingresso no tráfico, porque a grande maioria das crianças e adolescentes não entra e quais são as políticas adequadas para enfrentar o problema. Esses foram os desafios que a equipe de pesquisa se propôs a enfrentar neste diagnóstico.

No que concerne à metodologia, entendemos que era importante ouvir diversas vozes: os menores e maiores de dezoito anos empregados no tráfico; os familiares; os profissionais que trabalham nos espaços populares, em particular as diretoras de escola; lideranças comunitárias; crianças usuárias de drogas mas não empregadas no tráfico; jovens que não tinham vínculo; moradores da comunidade; técnicos judiciários e policiais. A idéia era de elaborar uma visão mais global, a partir das falas particulares.

A equipe fez um total de 100 entrevistas, sendo que a metade delas foi com empregados no tráfico, sendo 40 crianças e 10 jovens. As outras 50 foram feitas com os outros atores apontados. A equipe levantou dados sobre os atos infracionais de crianças e adolescentes do Rio de Janeiro e fez também um 'estado da arte', síntese do levantamento do que um grupo de especialistas estava escrevendo em relação ao problema. No relatório final, foi incorporado um capítulo que tratava do mercado de trabalho infanto-juvenil no Rio de Janeiro, com dados concernentes a uma pesquisa que foi desenvolvida em 1999 em 52 favelas do Rio de Janeiro.

Por fim, realizamos uma oficina com especialistas de variadas áreas. Todos tiveram acesso a um relatório preliminar sobre o levantamento e apresentaram um conjunto de proposições voltadas para o enfrentamento do fenômeno.

Um dos dados apresentados no Relatório, a partir de levantamento da 2ª Vara da Infância e da Juventude, é muito preocupante: está havendo um aumento das infrações de crianças abaixo de 18 anos no Rio de Janeiro, o que também vem ocorrendo em outras capitais. É um crescimento progressivo, que envolve cada vez mais crianças dos setores médios. De qualquer forma, a imensa maioria das crianças encaminhada para a 2ª Vara da Infância e Adolescência é dos espaços populares. Elas, cada vez mais, são detidas com drogas e armas e sua faixa etária é cada vez menor, como já foi dito na mesa de abertura.

A média de 12, 13 anos de idade das crianças que ingressam no tráfico repercute na escolaridade. A média de escolaridade delas é de quatro anos, a média nacional é de 6,4 e a do

Rio de Janeiro é de oito anos. Isso decorre da forma de inserção dessas crianças: elas têm uma escala de trabalho em torno de 12 horas diárias, mas o que as caracterizam é a disponibilidade para a rede de consumo e de venda das drogas. Elas estão à disposição permanente do trabalho, dentro da comunidade.

Outra questão muito significativa é a cor/raça, pois 90% dos entrevistados empregados no tráfico eram (negros - pretos ou pardos), definição muito ambígua certamente, mas é com a qual podemos contar. A presença dos negros no tráfico, assim como a morte por causa violenta, é muito maior do que sua participação no universo total da população. Naturalmente, isso nada tem de genético e decorre da forte presença dos negros nas redes sociais mais vulneráveis socialmente.

As crianças e adolescentes empregados no tráfico saem, em geral, rapidamente de casa, por temor de um ataque da polícia ou de grupos rivais e/ou pela autonomia conquistada. Assim, um número significativo das crianças se identificava como casada. No caso de uma prisão, o apoio do cônjuge é fundamental, então, o casamento faz parte da estratégia de vivência desses grupos e é uma forma de construção de laços de amizade e lealdade com outras famílias.

As relações homem e mulher são marcadas por uma lógica machista. Uma mulher que não dá assistência ao marido quando ele vai preso, por exemplo, deve ser exemplarmente castigada, no juízo de todos os entrevistados, inclusive o das mulheres. O machismo é também o fator explicativo para a existência de poucas 'mulheres soldados'. A função básica delas é trabalhar como 'matutas'¹ e 'embaladoras' e, em menor escala, 'vapor'².

No plano religioso, por seu turno, as religiões afro-brasileiras estão perdendo adeptos nas comunidades populares para o pentecostalismo, inclusive entre os empregados no tráfico de drogas. A influência deste movimento religioso é crescente nos espaços populares, e no Rio de Janeiro o fenômeno é muito acentuado. Ele atinge principalmente os setores sociais com menor renda, menor escolaridade, em situação de maior vulnerabilidade social. Os pentecostais centram sua pregação na idéia de um Deus pessoal, um Deus que atende às necessidades cotidianas e dá respostas imediatas. Isso atrai as pessoas envolvidas em uma vida estressante e perigosa como a do tráfico de drogas. Uma melhor compreensão da metodologia adotada pelo movimento pentecostal pode fornecer subsídios, parece-me, para o trabalho com os empregados do tráfico de drogas. O tráfico é uma rede, nele se constrói um determinado sistema de atitudes e posições, que gera uma série de práticas sociais. Logo, para sair dele é necessário romper com o *habitus* anterior, como conceitua Pierre Bourdieu.

Todas as crianças entrevistadas já viram alguém ser assassinado, várias delas já participaram de algum assassinato, seja de um rival ou pessoas que 'vacilaram'. Há um ritual no qual todos se reúnem e dão vários tiros ao mesmo tempo, ele envolve compromisso, cumplicidade e criação de vínculos. Há uma excitação muito grande, da maioria deles, com a morte, em particular dos mais novos. Tem a ver com a 'adrenalina', motivação apresentada como fundamental para o ingresso de muitos deles no tráfico.

A maioria, principalmente os gerentes, foi presa e extorquida várias vezes. Para uma média de cinco prisões, apenas uma vez se é levado para o Juizado. Assim, os empregados no tráfico, em geral, conseguem ter uma relação bastante funcional com a polícia; aliás, essa relação funciona em todo o sistema de drogas. Ser extorquido é melhor do que ser preso, então não interessa também para o tráfico uma polícia honesta. O problema é quando a polícia 'esculacha', quando tortura, quer tomar o dinheiro ou matar. No caso das guerras, muitas vezes a polícia cumpre o papel de mercenária, servindo, de acordo com a conveniência, a comandos diferentes. Logo, não é casual o horror que os jovens do Rio de Janeiro, em geral e não apenas os de classes populares, têm à polícia.

1 Encarregadas de pegar as drogas no fornecedor e distribuí-la na comunidade. Normalmente estão a serviço do dono da boca.

2 Encarregado da venda das drogas no varejo.

O que mais chama atenção, em relação ao cotidiano das crianças empregadas no tráfico é a profunda identidade com o grupo, a percepção de que aquele grupo é a sua referência. Elas vão perdendo quase todos os outros vínculos, ou os vínculos vão sendo mediados pela rede do tráfico de drogas. Suas amigas, quase sempre, giram em torno dos companheiros do tráfico. É em torno da boca de fumo que elas permanecem quase todo o tempo. Em função dos riscos de circular fora da comunidade, o empregado no tráfico comumente fica o tempo inteiro no espaço local. As possibilidades de visitar outros espaços reduzem-se às comunidades aliadas, quase sempre acompanhadas dos amigos do tráfico. Assim, ele é profundamente vinculado à rede do tráfico, a vida gira em torno do seu trabalho.

O cotidiano é marcado, também, pelo uso da maconha, sendo que 90 por cento usam maconha, em geral, várias vezes ao dia. A cocaína é pouco usada, em função dos riscos ligados ao *pó* (estresse, paranóia, uso excessivo etc). A cocaína é considerada muito mais valiosa como valor de troca do que como valor de uso.

A carga de trabalho e a renda variam, dependendo do movimento do tráfico, da função, do dia da semana e da presença policial. A questão da renda coloca, para a proposição de um programa alternativo para as crianças empregadas no tráfico de drogas, um grande desafio. O 'olheiro', por exemplo, ofício mais baixo no tráfico oferece a possibilidade, em diferentes comunidades, de um ganho médio de R\$600,00. Isso é o dobro da renda média de um morador de favela do Rio de Janeiro. Essa renda garante a autonomia daquele garoto muito cedo. Um 'segurança' pode ganhar cerca de R\$2.000,00, um 'vapor' R\$3.000,00, um gerente R\$4.000,00, um gerente-geral R\$10.000,00 e o dono muito mais, de acordo com sua competência para gerir o negócio.

O patrão do tráfico de drogas é um dos poucos que efetivamente procuram pagar bem aos seus 'funcionários'. Com isso, eles terminam garantindo uma fluência de mão-de-obra permanente. O tráfico de drogas não é uma imensa 'boca' que busca trazer todo mundo para nele trabalhar, que busca convencer e impressionar, não é um Mefistófeles em busca permanente de novas almas. Ele constitui uma empresa ilícita, incapaz de incorporar todos os que desejam entrar. Apesar da parcela da população interessada em ingressar no tráfico ser pequena em relação ao conjunto da comunidade, há um significativo 'exército de reserva', tendo em vista a relativamente pequena capacidade de absorção do empreendimento.

Em uma favela, por exemplo, com 100 mil moradores, há 500, 600 pessoas trabalhando e cerca de 3.000 vinculadas de forma indireta. Embora seja muita gente, não é possível entrar quem quer e quando quer. No caso das crianças, o processo de entrada é através da disponibilidade para a prestação de pequenos serviços. A partir daí, vira 'olheiro' e segue o caminho. É importante ter uma relação de amizade com o gerente ou com o dono. Tem de ser de confiança, ter 'disposição', não ser 'vacilão' etc.

A melhor frase ouvida na pesquisa foi uma alusiva às condições para subir na hierarquia da atividade: ' - para crescer no tráfico tem de ser inimigo do dinheiro', disse um gerente. Imagine um garoto com uma arma, uma AR-15, por exemplo, que vale R\$7.000,00. Ele pode ser tentado a vender aquela arma, negociar com a polícia e falar que foi roubada. Imagine a tentação que pode sofrer o garoto que recebe o movimento financeiro da sexta-feira e sábado e nunca viu tanto dinheiro. Assim, a fidelidade tem que ser absoluta, há rituais e éticas próprias, como em qualquer relação de grupo. O tráfico tem rituais de poder, de respeito à hierarquia, assim como referências éticas, sentimentos de fidelidade e de compromisso.

As relações entre os chefes do tráfico lembram as relações de poder feudais: há territórios demarcados, pactos de fidelidade e vínculos que lembram as relações suserano/vassalo. Existe

um conjunto de relações que talvez sejam heranças do patriarcalismo, do coronelismo, uma relação de fidelidade e confiança muito valorizada. Há, então, um conjunto de referências que tendemos a desprezar. As pessoas vinculadas ao tráfico são vistas, tradicionalmente como próximas da desumanização. Confundimos ideologia e práticas sociais com o caráter. Há, certamente, muita gente de 'direita' que é bom caráter e muita gente de 'esquerda' que é mau caráter. No tráfico não é diferente. O filme 'Cidade de Deus', mesmo de forma estereotipada, trabalha isso. De um lado o Bené e o Manoel Galinha, exemplos de 'bandidos do bem'; de outro, o Zé Pequeno, exemplo de 'bandido do mal'. Na Maré, a morte de dois gerentes, por exemplo, provocou reações completamente opostas da comunidade local e dos próprios traficantes, tendo em vista a postura de ambos no cotidiano.

Há aqueles que são mesquinhos; há os generosos; os que são muito preocupados com poder; os ambiciosos; os que querem curtir a vida, ganhar um dinheiro e não se meter com ninguém; há alguns que são profundamente dedicados, profissionais, trabalhadores; há outros preguiçosos. O tráfico é uma rede que envolve trabalho, caráter, posturas disciplinares, um conjunto de práticas. Se não tentarmos entender as relações entre esses atores, vamos concluir que os garotos só estão lá por falta de alternativas e/ou porque são profundamente dissociados de qualquer tipo de regra, de civilidade. E aí não teremos entendido nada.

Gostaria de tratar agora da razão de ser da pesquisa: por que essas crianças entram no tráfico? Cabe reconhecer que, de forma imediata, elas se sentem atraídas por uma série de vantagens. Há o prestígio, por exemplo. Um garoto armado é muito mais respeitado e reconhecido. Assim, aquele menino comum, quase 'invisível', quando anda com uma arma arruma mais garotas, sente-se com mais poder, mais viril. No plano financeiro, ele tem maior poder de compra; no plano subjetivo, ele sente-se integrando uma rede que lhe dá certa segurança. O garoto, em geral, já tem também uma certa afinidade com o cotidiano do grupo traficante e uma forte atração pela 'adrenalina', o sentimento de estar ativo, com vida: ter uma arma na mão, trocar tiros com a polícia ou com um grupo rival.

O tipo de inserção da criança nas redes sociais locais representa uma forte variável. O tráfico nos espaços populares é muito visível, em particular as armas. Assim, ele atrai a atenção e o interesse de diferentes pessoas, mas quem mais ingressa nele são os integrantes das redes sociais mais vulneráveis na favela. Por exemplo, há personagens como 'seu' Antônio, um comerciante da favela com seis filhos. Ele tem carro do ano, telefone e todos os filhos chegaram à universidade e se formaram. Nenhum entrou na rede do tráfico. A vizinha dele, Regina, tinha quatro filhos, de pais diferenciados, alcoólatra, nenhum filho tinha certidão de nascimento ou caderneta de vacinação, nenhum filho foi para a escola. Dos quatro filhos, um virou ladrão, outra prostituta e outra 'mulher de bandido'. Apenas um, adotado por uma família local, não se envolveu com redes sociais marginais.

Assim, há diferentes grupos sociais dentro da mesma localidade, com vivências distintas, e isso influencia na rede social do tráfico. Quem tradicionalmente nele ingressa são os pertencentes às redes sociais mais vulneráveis, considerando-se os valores e as referências da sociedade formal. Na família, em geral, há um tio preso por assalto, tem a mãe que já foi ladra, o irmão que já entrou no tráfico etc. Assim, há um conjunto de situações que faz com que o ingresso no tráfico seja quase parte da história familiar.

Existem cerca de 3.000 famílias numa comunidade como a Maré com pessoas nessas condições. Ali residem cerca de 132 mil moradores. Assim, é perfeitamente factível desenvolver um trabalho integrado com essas famílias. Logo, não temos que pensar em atuar, no campo da prevenção, com a totalidade da população da favela. Precisamos trabalhar, de forma prioritária, com menos de 10 por cento, o que torna a intervenção mais realista e plausível.

Pressuposto o forte impacto da condição social, o não ingresso pode ser explicado por três razões básicas: as mais importantes são o medo de morrer e o medo de ser preso. É forte também o estresse, o temor de estar sempre 'devendo' e ter de viver sempre ligado. Há o medo de ser traído. Quanto mais tempo no tráfico de drogas, maior o grau de estresse e temor de conflitos internos. Logo, conforme vão ficando mais velhos, os empregados no tráfico vão caindo muito mais na realidade, o que é perceptível para quem está fora.

As razões alegadas pelos empregados do tráfico para sair da rede são diferenciadas, de acordo com a idade e sexo. Os adolescentes e as mulheres falam em encontrar um parceiro/a honesto/a. Os mais velhos consideram que apenas guardando-se muito dinheiro e indo para outro estado seria possível sair. Eles temem ser perseguidos e ficarem desprotegidos. Outros acreditam que apenas a morte permite a saída do tráfico.

Como instância auxiliar para a saída das crianças do tráfico, a contribuição do Estado ainda é muito limitada. Determinadas organizações não governamentais começam a oferecer novas possibilidades e o papel das igrejas pode ser, muitas vezes, significativo, em particular no momento em que estão presos. A prisão também é uma possibilidade de fortalecer a saída, já que nela é possível se construir novas referências. O mais comum, entretanto, é a pessoa condenada por atos criminosos aprofundar a inserção na rede do tráfico depois de passar pelo sistema prisional, em particular os mais novos.

Por fim, há um dado que surgiu de forma intensa na pesquisa e é muito polêmico. Todos os grupos entrevistados, com exceção dos técnicos judiciários, consideraram que a menoridade penal é um fator fundamental para a contratação da criança. Isso ocorreria devido ao valor da extorsão policial ser menor, pois a criança sai mais cedo do sistema. Nesse caso, o uso da questão cronológica como parâmetro da imputabilidade penal pode estar gerando um efeito perverso.

O tema exige um debate profundo, mas uma estratégia que me parece equivocada é a campanha 'Não à menoridade penal'. Partindo do princípio que todos nós nesse Seminário concordamos que deve prevalecer o respeito aos direitos das crianças e adolescentes, não é possível deixar de reconhecer que estamos perdendo esse debate na sociedade para aqueles que defendem a redução da idade penal. É preciso construir uma argumentação mais sofisticada, não apenas centrada na emoção e no sentimento de indignação. Ela deve ter como referência a defesa da construção de critérios que levam em conta a singularidade das crianças e dos adolescentes; a criação de condições de assistência adequadas à criança em conflito com a lei - em que ela tenha direito e dever de estudar, a acompanhamento psicológico e social, apoio econômico a família, quando for o caso etc.

Enquanto não houver isso, podemos afirmar, que é um risco mexer na idade penal. Precisamos esvaziar a argumentação dos conservadores. Nesse sentido, não vejo problema em afirmar que a punibilidade centrada apenas na idade cronológica é insuficiente. O que é necessário, na verdade, é criar um sistema de assistência penal muito mais sofisticado do que o que temos hoje. Esse investimento teria um impacto muito maior sobre a violência e a criminalidade do que a simples redução da idade penal.

Não se investiu ainda na criação de condições materiais para se identificar essas crianças a partir de suas condições de vida, seu grau de maturidade psicossocial, o grau de consciência do seu ato. Se alguma campanha tivesse que ser feita, que fosse para exigir essas condições adequadas de atendimento, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na oficina realizada após a coleta de dados da pesquisa chegou-se a um consenso de que o combate à exploração do trabalho infantil no tráfico passa por três eixos de atuação: o primeiro

é o desenvolvimento de ações preventivas. Elas requerem um conjunto integrado de políticas públicas, no campo da educação, cultura, lazer, geração de trabalho e renda, nos espaços populares. Estas políticas devem ser acompanhadas do diagnóstico e monitoramento das famílias mais vulneráveis.

O segundo eixo sustenta-se na criação de alternativas para as crianças que já estão empregadas no tráfico de drogas. Elas podem ser, a ida para outro município ou outro estado, formação educacional, cultural e algum tipo de remuneração, vinculada à alguma atividade de aprendizagem profissional.

É necessária ainda uma política de redução de danos. Ela pode ser baseada na repressão ao tráfico e uso de armas, no tratamento diferenciado para a criança que vende e a que usa armas, assim como na ampliação do debate sobre a descriminalização das drogas.

Há uma experiência policial no Rio de Janeiro que desenvolve uma estratégia muito interessante. Ela é realizada pelo Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais - GEPAE, que atua no conjunto de favelas conhecido como Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Seu objetivo básico é a preservação da vida. O Grupamento não aceita a admissão de crianças no tráfico; não aceita a circulação de armas e reprime com rigor a corrupção policial e o abuso de autoridade. Em um ano, cerca de 70 por cento dos policiais foram afastados, dezenas de pessoas foram detidas por venda de drogas e não houve nenhum assassinato na favela - nos seis meses anteriores à entrada do GEPAE, 10 pessoas tinham sido mortas. O tráfico não acabou, mas passou a existir da mesma forma como nos bairros do conjunto da cidade, de forma discreta e sem controle de território, pelo menos não explícito como é comum na maioria das favelas cariocas.

O que essa experiência, ainda muito limitada e incipiente, demonstra é não ser possível dissociar a questão da segurança das políticas sociais. Elas se articulam e passam por três momentos. A preservação da vida é o primeiro passo. Essa garantia deve ser feita, muitas vezes, em momentos de tensão. Por exemplo, quando a favela está em 'guerra' a polícia tem que intervir. A ação policial é o centro da intervenção, não sendo priorizada as ações sociais.

Uma segunda etapa é a articulação da ação policial continuada e o encaminhamento de ações sociais. Nesse caso, há um equilíbrio entre as ações de prevenção e de repressão ao tráfico de drogas.

Há um terceiro momento, no qual a polícia funciona como pano de fundo para garantir a preservação da ordem, criando-se as condições para a presença efetiva e constante do poder público no espaço popular. O GEPAE estaria cumprindo um papel mais relevante nesse momento.

Assim, são três tipos de ações a serem construídas, que devem ser integradas. O que gera a necessidade de se repensar o Código Penal, as medidas que estão sendo aplicadas às crianças em conflito com a lei, o papel do poder judiciário e do poder executivo. Em especial, é preciso tratar com muita seriedade a questão da polícia. Não há condições de combater a rede social do tráfico sem atuar sobre os atores que dão funcionalidade ao sistema. E, hoje, um dos principais instrumentos para o desenvolvimento da rede do tráfico é a sua relação, tradicionalmente cooperativa, com a polícia.

A maioria do país acredita, certamente, que é possível efetivar e articular o poder executivo, o poder judiciário e a sociedade civil para construir-se um novo espaço público, no qual se constituam políticas integradas, abrangentes e continuadas de combate à exploração do trabalho infantil no tráfico de drogas e outras mazelas que impedem a construção de um Brasil justo e fraterno".

Apresentação dos painéis

Primeiro dia

Após a Conferência de abertura, foram iniciados os painéis. Foram divididos em seis temas, com cerca de três palestrantes em cada um deles e um mediador. Na estrutura proposta para o Seminário, os painéis podem ser divididos em três partes: uma primeira vertente, centrada no diagnóstico da estrutura legal e de sua implementação; uma segunda, caracterizada pela exposição de programas e projetos de variados níveis (locais, regionais e nacionais) e atores (poderes executivo e judiciário, além de organizações da sociedade civil). Alguns painéis expressaram uma terceira vertente, caracterizada pela apresentação de dados e experiências de atores de diversos territórios, em particular o trabalho com grupos sociais vulnerabilizados.

O primeiro painel tinha como objetivo apresentar as bases legais para o tratamento do fenômeno do trabalho das crianças e adolescentes na produção e comércio de drogas. Sua denominação foi ***O arcabouço jurídico no âmbito das atividades ilícitas*** e contou com três exposições:

- O papel do legislativo à luz do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A Convenção 182.
- A aplicação da lei.

No segundo painel, o eixo fundamental foi a apresentação das formas de implementação do Estatuto apresentado no primeiro painel. Foi denominado ***O papel da segurança e da justiça na proteção dos direitos da criança e do adolescente*** e materializou-se em quatro palestras:

- o papel da polícia (garantias processuais e medidas socioeducativas).
- a justiça especializada.
- os promotores e magistrados da infância e da juventude (desafios e harmonização de abordagens).
- a política nacional de segurança pública.

O terceiro e o quarto painéis reuniram contribuições de variadas ordens. As falas centraram-se, em geral, em torno de proposições de programas e projetos diversos para o enfrentamento do fenômeno da violência, em particular à vinculada ao tráfico e da forma como as crianças são atingidas por ela. O painel 3, denominado ***Narco tráfico e estratégias de enfrentamento*** teve como subtemas:

- a política nacional.
- as estratégias de redução de demanda, de oferta e de tratamento.
- envolvimento de crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas.

O painel 4 teve como tema de reflexão, o espaço escolar, tendo em vista o reconhecimento desse espaço como o lugar, por excelência, adequado para a produção e disseminação de uma cultura de paz. Assim, ele reuniu um conjunto de proposições de ações voltadas para essa instância social, sob o tema ***A escola como ambiente de combate e prevenção (como potencializar seu papel nas comunidades de risco)***, reunindo as seguintes falas:

- como a escola deveria atuar nas comunidades.
- a realidade da escola na comunidade: o Programa Paz nas Escolas.
- projeto Amigos da Escola.

Os dois últimos painéis reuniram um conjunto de experiências, de variados alcances, sobre o trabalho com as populações em situação de maior vulnerabilidade social, em particular as empregadas no tráfico. Foram valorizadas, nos dois momentos, experiências de organizações da sociedade civil e do Poder Executivo, respectivamente:

O painel 5. ***A sociedade civil e a família: a questão do poder, do pertencimento e da adrenalina***, teve como subtemas:

- as ONG's como provedoras de 'adrenalina': desporto, cultura, artes: projeto Espaço Esperança.
- projeto Ponto BR.
- ações de fortalecimento do papel da família.

O painel 6. ***Os desafios das políticas públicas***³ foi centrado na exposição e análise daqueles que podem ser considerados os dois principais programas da área social do governo federal, nos últimos anos:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI: Bolsa Criança Cidadã, jornada ampliada e geração de renda.
- Programa Nacional Bolsa-Escola: o valor da bolsa e as ações socioeducativas.

Painel 1

27 de novembro de 2002

A mesa do **Painel 1 - "O arcabouço jurídico no âmbito das atividades ilícitas"** foi composta por Gláuber Maciel Santos, Coordenador de Programas Especiais da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e Presidente da Comissão Tripartite que discutiu a ratificação da Convenção nº 138, na função de Mediador; Eliane Araque dos Santos, Procuradora Geral do Ministério Público do Trabalho; Orlando Fantazzini, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e Armand Pereira, Diretor da OIT.

A primeira intervenção coube a Orlando Fantazzini, encarregado do tema "**O papel do legislativo à luz do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente**". O Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores iniciou sua fala, esclarecendo que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara desenvolve mais uma ação de fiscalização do que propriamente uma ação legislativa, embora seus membros possam apresentar proposições. A Comissão procura acompanhar denúncias de violações de direitos humanos, discutir junto à sociedade civil alternativas para a resolução de conflitos e problemas no tocante aos direitos humanos.

Considera que, a Comissão atua em um Congresso Nacional voltado muito mais para a elaboração de leis punitivas do que propriamente a busca do cumprimento integral da legislação já existente no país. De acordo com Fantazzini, a Comissão de Direitos Humanos procura fazer um trabalho integrado com as entidades da sociedade civil, debatendo, buscando alternativas, criando elementos necessários e suficientes para a superação da presente situação.

³ O palestrante responsável pelo tema "A política nacional antidrogas" não participou do painel em função de um problema imprevisto.

No que concerne ao tema do Seminário, Fantazzini afirmou que a sociedade não vê as crianças empregadas no tráfico de drogas como trabalhadores explorados. A sociedade identifica as crianças, única e exclusivamente como criminosas, o que explica o forte apoio à redução da idade penal. O papel da mídia, neste caso, é muito forte, instigando cotidianamente as pessoas a exigirem do Estado e dos legisladores uma ação única e imediata para combater esse tipo de violência.

Assim, afirmou o Deputado, faz-se necessário construir uma estratégia centrada na mudança cultural. Ela passa pelo enfrentamento da pretensa positividade do trabalho infantil, assim como da cultura de violência e de consumo que dominam as relações sociais atuais. Isto implica na criação de condições para o combate à impunidade. As punições, em particular as mais rigorosas, tradicionalmente só atingem as pessoas mais desprovidas social e economicamente.

A alteração da concepção do legislativo, do executivo e principalmente do judiciário no sentido da ampliação de penas é fundamental, assim como o acesso de todos os cidadãos à justiça e a punição exemplar de todos os que cometam delitos, a fim de que a impunidade não seja a regra. Neste sentido, o palestrante citou Norberto Bobbio, considerando que se perde muito tempo em elaborar proposições e textos brilhantes, mas não se gasta o mesmo tempo para fazer com que essas proposições sejam efetivamente levadas a termo. Logo, não bastam as cartas de direito. É fundamental a aplicação desses direitos e para isso é preciso que o legislativo atue nesse aspecto, mas também que o executivo, o judiciário, a sociedade como um todo exijam a aplicação das leis. O Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos instrumentos mais avançado na área legislativa no país e no mundo, ainda não foi aplicado em sua totalidade. Há, no entanto, centenas de projetos na Câmara Federal propondo que ele seja alterado.

Fantazzini encerrou sua exposição reafirmando seu compromisso com a luta pela erradicação do trabalho infantil e pela busca de uma condição mais digna e mais humana para as crianças que estão nessa condição e para a toda sociedade brasileira.

A fala seguinte foi feita por Armand Pereira, Diretor da Organização Internacional do Trabalho. O tema abordado foi a **Convenção 182**, dedicada às piores formas de trabalho infantil da OIT. O palestrante iniciou sua fala destacando o papel de Pedro Américo de Oliveira, Coordenador do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil da OIT, na organização do evento, junto com outras pessoas de instituições parceiras, como o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho, o UNICEF, o CONANDA, o Fórum Nacional etc.

No plano conceitual, Armand Pereira deixou claro que, do ponto de vista filosófico e dos direitos humanos, todas as formas de trabalho infantil são inadequadas, indesejáveis e com malefícios para o desenvolvimento econômico e sustentável de um país. A análise do problema do trabalho infantil em uma perspectiva histórica, levando em conta os mercados de trabalho e as orientações políticas no campo social e econômico, as perspectivas de direitos humanos, as flutuações nas demandas de mão-de-obra em períodos de guerra, por exemplo, levou ao entendimento diferenciado do trabalho infantil em alguns países, inclusive países desenvolvidos.

Alguns deles continuam tendo algumas formas de trabalho infantil leves, de curta duração, complementar à escola, tendo em vista suas tradições, questões de guerra, de aquecimento da economia, baixo desemprego etc. Diante da importância desse aspecto histórico, o artigo 2 da Convenção 138 da OIT, ainda a Convenção fundamental na erradicação do trabalho infantil, flexibiliza a idade mínima para o trabalho. Cabe aos países decidirem as atividades em que crianças de uma certa idade podem conjugar escola com trabalho leve e apoio às atividades de famílias etc.

A erradicação do trabalho infantil depende de questões educacionais, do apoio à renda familiar e do crescimento econômico, que diminui o desemprego e o subemprego, aumenta a renda e

diminui a necessidade de que as crianças trabalhem. Logo, é evidente que o processo total de erradicação e prevenção do trabalho infantil é algo gradual. A Convenção 182, de 1999, justifica-se em função de que, a partir do início da década de 90, desenvolveu-se uma série de iniciativas internacionais sobre as questões sociais da globalização e se enfatizou a necessidade de ter um patamar mínimo de condições de trabalho, de regras nos mercados de trabalho, que pudessem viabilizar de forma continuada e sustentável o comércio e a integração econômica. O que implicou em se buscar acabar com certas formas intoleráveis de exploração de mão-de-obra, a fim de que não houvesse relações insustentáveis entre os países na parte comercial.

A partir de uma orientação gradualista em relação à erradicação do trabalho infantil, começou a se desenvolver uma noção mais clara sobre a importância de se acabar, urgentemente, com algumas formas intoleráveis de trabalho infantil. Não se tirou o foco sobre a idade mínima, mas ele foi suplementado. No final da década de 90, ocorreu um consenso sobre a Declaração dos Princípios de Direitos Fundamentais do Trabalho, aprovado em 1998, quase que por unanimidade e a Convenção 182 de 1999. Ela é, até hoje, a Convenção da OIT que conseguiu o maior número de ratificações, no menor período de tempo. A Convenção 182 conseguiu 132 ratificações, enquanto a Convenção 138, de 1972, teve até hoje 120 ratificações, porém ambas continuam sendo ratificadas.

A OIT continua focalizando a Convenção 138 como o principal instrumento norteador para a erradicação do trabalho infantil, mas a Convenção 182 reflete um denominador comum dos Estados membros, mesmo com níveis de desenvolvimento diferentes. Ela é muito objetiva. O artigo 3 define o que são as piores formas de trabalho infantil, de forma perfeitamente compatível com a noção de que existem formas menos toleráveis que outras, que umas têm um risco maior etc. Nele, são identificadas as quatro piores formas de trabalho infantil. Três delas são definidas na Convenção e a quarta propõe uma definição a ser realizada a nível nacional, através de consultas a empregadores e trabalhadores.

No caso do Brasil, foram definidas 82 atividades como insalubres ou que afetam o desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes até 18 anos. Elas dizem respeito a todas as formas de utilização de mão-de-obra infantil até 18 anos de idade em qualquer tipo de forma de trabalho escravo, forçado ou degradante, uso de mão-de-obra para prostituição, pornografia, espetáculos pornográficos, atividades ilícitas tais como o tráfico, plantio de drogas e qualquer outra atividade que possa ser designada como ilícita em geral. Esta classificação foi definida pela Comissão Tripartite designada para definir as atividades perigosas para a população infantil.

O Brasil ratificou a Convenção e, um ano após o depósito de ratificação junto à OIT, a Convenção entrou em vigor (2 de fevereiro de 2001). O Estado membro da OIT que ratificou a Convenção 182 tem que tomar medidas imediatas e eficazes para acabar com as formas inadmissíveis.

No país, afirmou Pereira, o que pode ser considerado o Calcanhar de Aquiles da aplicação da Convenção 182 é o arcabouço da inspeção do trabalho junto com a Procuradoria. Levando em conta que o Brasil já tem escolas e programas sociais, o que é mais crítico é o ataque do problema das piores formas na economia informal, setor no qual elas estão concentradas e, justamente, onde é mais difícil a atuação eficaz da fiscalização da Procuradoria, da Justiça e da Polícia. As piores formas não estão nas fábricas, mas nas cadeias de produção.

O Brasil vem dando mais foco à inspeção do trabalho no setor informal, algo interessante para a comunidade internacional. É importante se acompanhar o grau de eficácia desse trabalho, tendo em vista a necessidade do país que ratificou a Convenção 182 efetivar medidas de monitoramento e avaliação de sua aplicação. Nesse sentido, o palestrante salientou a ação dos Inspectores do trabalho que fazem atos de infração e a importância do Ministério Público do Trabalho, em função do mandato e

tutelagem que possui, na erradicação do trabalho infantil, no auxílio às diversas entidades, na pressão para que as entidades cumpram as normas nacionais e internacionais sobre a questão.

O Diretor da OIT concluiu sua fala afirmando a importância de uma integração cada vez maior dos atores sociais envolvidos com o tema. As empresas, à medida que vão se envolvendo mais com responsabilidades e a ética social, têm uma importância cada vez maior. Faz-se necessário, examinar-se melhor e de uma forma mais crítica o que deve ser feito no âmbito nacional para fazer com que a aplicação da Convenção 182 tenha resultados mais rápidos e eficazes.

A última exposição do primeiro painel teve como tema “**O arcabouço jurídico no âmbito das atividades ilícitas: a aplicação da lei**” e foi proferida por Eliane Araque dos Santos, Coordenadora da Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho, além de representante do MPT na Coordenação Colegiada do FNPETI.

A complexidade do tratamento do trabalho infantil, em particular no caso do tráfico de drogas, marcou a fala inicial de Eliane Araque dos Santos. A lei 2.409 de 2002, que revogou a lei 3.608 de 1976, embora, para muitos especialistas, ainda não trate de uma forma eficaz do fenômeno do tráfico de drogas, que envolve diversos atores, com papéis desiguais, prevê medidas preventivas. Ela traz ainda dispositivos para aumentar a pena dos responsáveis por atividades criminosas que envolvem menores de 18 anos. Assim, é preciso direcionar todo o arcabouço legal e jurídico no sentido da maior penalização daqueles que exploram crianças e adolescentes nessa atividade.

O desafio é a melhor definição do enfoque que deve ser dado à atividade das crianças e adolescentes no tráfico de drogas. Não é possível desconsiderar que é um trabalho, tendo em vista que é dali que elas retiram a sua sobrevivência. Isso obriga o tratamento da questão sobre um novo ponto de vista. É preciso tratar a matéria envolvendo a questão do arcabouço jurídico a partir de duas legislações básicas, sem esquecer o papel originário da Constituição Federal, que é quem delinea os princípios inscritos na legislação. A primeira legislação assinalada foi o Estatuto da Criança e do Adolescente. A segunda foi a Convenção 182, da OIT.

Eliane Araque tratou também do medo de morrer, assinalado na pesquisa, pelas crianças empregadas no tráfico. O direito à vida é proclamado pela Constituição em seu artigo 227. E esse direito, para além do direito à sobrevivência, é o direito ao desenvolvimento em termos de saúde, cultura, lazer, trabalho e formação educacional. A busca de prestígio, poder e emoções, em contrapartida à falta de perspectiva de vida é não se ver com outras oportunidades, não se ver como pessoa inserida na esfera social de forma mais ampla. A precariedade da presença do Estado nos espaços populares e a carência de políticas que possam atender às necessidades dessas crianças e adolescentes também foram problemas assinalados como fundamentais para serem enfrentados. Quando há grupos de crianças e adolescentes que estão no limite, em total vulnerabilidade, é preciso buscar um melhor atendimento nas áreas onde se manifestem as maiores fragilidades.

Um dos limites que dificultam a implementação do Estatuto da Criança do Adolescente, principalmente no que diz respeito à sua aplicação para crianças e adolescentes infratores, é o fato dele ser visto e pensado a partir de modelos antigos, com resquícios de um momento histórico que já deveria ter sido ultrapassado. Isso fica nítido na discriminação das crianças envolvidas na atividade, vista simplesmente como criminosas e a falta de políticas para a inserção (ou reinserção) dessas crianças na sociedade.

Eliane Araque tratou também do significado da aplicação da Convenção 182. Considerou que, quando se fala em retirar a criança e o adolescente das piores formas do trabalho, a Convenção aponta em duas direções: ações focalizadas, voltadas para a família, no campo da educação da geração de renda; e a criação de empregos, via crescimento econômico. O desenvolvimento de uma ação no campo da educação exige o conhecimento das necessidades desses grupos. Assim, a erradicação das piores formas deve ser uma ação imediata, assim como a prevenção. São duas ações imediatas, com exigências diferenciadas: uma pressupõe dar condições de sobrevivência às famílias e a outra proporcionar uma educação à criança desde a sua primeira infância até o final do ensino médio, que permita à juventude preparar-se devidamente para enfrentar o mercado de trabalho. Isso implica, evidentemente, em uma educação profissional. A implementação de uma educação adequada às necessidades dos grupos mais vulnerabilizados é fundamental. Nesse sentido, as leis citadas não estão inadequadas ou avançadas, elas estão sendo descumpridas.

Ao concluir sua intervenção, Eliane Araque, citando o geógrafo Milton Santos, afirmou a necessidade de que a pessoa humana seja o centro da ação pública, que inspire as ações da sociedade, que elas sejam feitas para atendê-la, e com isso, ser possível assegurar a compaixão nas relações interpessoais e estimular a solidariedade social, a solidariedade entre os indivíduos, entre os indivíduos e sociedade, entre sociedade e Estado.

Assim, seria possível compor, refazer ou superar as fraturas de nossa sociedade e falar em compaixão. Compaixão é olhar o outro e as suas necessidades como iguais as minhas necessidades e também o meu sofrimento. Que essa compaixão proclamada por Milton Santos, encerra a palestra, estimule essa solidariedade de que tanto se fala, mas que tão pouco se pratica ou se compreende. Com isso, talvez seja resgatada a verdadeira dimensão do Estatuto da Criança e do Adolescente, para onde ele aponta, o que ele busca, o que ele nos diz.

Encerrada as apresentações da Conferência de abertura e do primeiro painel, foi aberta uma sessão de debates, coordenada pelo mediador, Gláuber Maciel.

Questões apresentadas a Jailson de Souza:

1. *"Você tem conhecimento, em termos percentuais, da origem da maconha comercializada no Rio de Janeiro ou seja, quanto vem do Paraguai e quanto vem do Nordeste, de Pernambuco?"*.

2. *"Você acredita que o trabalho de evangelização das igrejas contribua para a retirada de crianças e adolescentes do trabalho ilícito? Há dados a respeito?"*.

A respeito da primeira questão, o professor afirmou sua condição de educador e de especialista em políticas sociais: seu foco de atenção maior não era na área de segurança e por isso se deteve muito pouco, na pesquisa, na questão da economia do tráfico em si. Como leigo, tinha informações empíricas que estaria faltando maconha no Rio de Janeiro, acreditando que a ação da Força-Tarefa, criada em 2002, estava sendo eficaz.

Sobre a segunda questão, Jailson de Souza considerou haver um grande preconceito, em particular nos setores sociais com uma posição política mais à esquerda, com o trabalho desenvolvido pela igreja pentecostal, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus. Mas não seria possível negar, pelo menos no Rio de Janeiro, que essas igrejas, com seu sistema de atitudes, permite que as pessoas ingressem em uma nova rede social e exercitem novas relações. Quando se converte, o empregado do tráfico passa a ser respeitado como um novo

ator social, sai do jogo do tráfico. Assim, as igrejas criam as condições para o ex-traficante romper seus vínculos de forma menos traumática e mais consistente. O problema da ação das igrejas pentecostais é que elas, em geral, exercitam pouco a tolerância com o diferente, o respeito à singularidade e à democracia. Com isso, elas não buscam uma ação integrada com outras organizações sociais, o que dificulta a construção de um trabalho mais articulado com as pessoas da rede do tráfico que elas conseguem atingir.

Preocupante, todavia, é o fato de vários garotos que têm uma identificação religiosa e estarem no tráfico. Assim como havia pessoas envolvidas em atos criminosos que buscavam ‘fechar o corpo’ nos cultos afro-brasileiros, há muitos traficantes que, embora freqüentem a igreja pentecostal, não rompem com a rede do tráfico. A igreja funciona como outra rede de proteção, no campo místico. Caso essa igreja não incorpore o compromisso com a cidadania plena, ela tende a se tornar o estuário natural dos anseios, desejos e dúvidas desses garotos sem que eles saiam da rede criminosa. Assim, é necessário buscar-se uma relação mais intensa com as igrejas que fazem um trabalho com esses setores mais vulneráveis e estimular sua participação na criação de um sistema muito mais global de criação de alternativas.

3. “Faça uma rápida síntese da rede social do tráfico citada na palestra, como se constitui, como funciona etc”.

Afirmando a impossibilidade de tratar uma questão tão complexa em pouco tempo, o palestrante considerou que a leitura do relatório da pesquisa poderia esclarecer a questão. De forma sintética, assinalou que o trabalho de Pierre Bourdieu, era uma importante referência para a compreensão que ele elaborou sobre a temática das redes sociais. Bourdieu busca analisar como as práticas sociais são construídas, como nos tornamos os seres sociais que somos. Ele trabalha muito com a idéia que as estratégias de vida são elaboradas a partir de um sistema de disposições, de atitudes, que desenvolvemos desde o nascimento e que é um produto da relação entre a interioridade e a exterioridade do ser social, entre a biografia e o contexto.

Neste contexto, levando-se em conta a personalidade de cada indivíduo, vão se constituindo as características sociais, a condição de agente social. De forma simplista, pode-se dizer que vão se criando as condições para a formação de um cidadão que incorpora o padrão da cidadania formal ou de um traficante de drogas. As redes sociais comportam valores, disputas, ações que vão conformando diferentes práticas, seja no campo da música, da política, da sociedade civil, da prostituição ou do tráfico de drogas.

Questão para todos os integrantes da mesa:

4. “Novos instrumentos legais estão sendo estudados, a fim de municiar os Auditores Fiscais do Trabalho e os Procuradores do Trabalho para coibir o trabalho de crianças e adolescentes no setor informal da economia?”.

Eliane Araque declarou não ter conhecimento de instrumentos que estariam sendo criados nesse sentido. No caso dos Procuradores do Ministério Público do Trabalho, a ampliação da competência da Justiça do Trabalho geraria, automaticamente, o aumento de sua capacidade de intervenção. A competência na área penal, por exemplo, poderia dar uma abrangência maior ao trabalho dos Procuradores. Embora com competência limitada, estes têm procurado abrir o espaço, principalmente estabelecendo parcerias com os outros Ministérios e os outros

ramos do Ministério Público, respeitando-se o papel de cada um. A Procuradoria tem buscado também fazer contatos com as autoridades municipais e estaduais para que efetivamente as políticas públicas sejam criadas e a questão enfrentada. Em termos de trabalho mais efetivo, Eliane Araque citou os vários termos de ajuste de conduta firmados com autoridades municipais de determinados estados, comprometendo-se a dar um atendimento específico a crianças e adolescentes envolvidos com o uso de drogas.

Retomando a questão, Gláuber Maciel destacou, do ponto de vista da Secretaria de Inspeção do Trabalho, a edição da Instrução Normativa nº 1, que inovou, ao ampliar a competência do Auditor Fiscal para a fiscalização de qualquer trabalho informal, sendo baseada nas Convenções Internacionais que tratam de proibição de trabalho ou emprego infantil. A Instrução Normativa, de março de 2000, colocou-se como alvo de qualquer dos 3.200 Auditores Fiscais do país, o combate ao trabalho infantil, em qualquer de suas formas.

Gláuber Maciel assinalou ainda que trabalhos como o narcotráfico só agora começa a ter uma atenção mais específica da Inspeção e que ela demanda o envolvimento de todo o aparato policial e não apenas do Ministério Público e Ministério do Trabalho. Enfatizando a importância do Seminário para se caminhar nessa direção, considerou, contudo, que caberia ao novo Governo estimular sobre a forma como o Auditor Fiscal pode contribuir para erradicar trabalho infantil em narcoplantio e narcotráfico. Finalizando, o mediador do painel ressaltou a instituição, no dia 12 de setembro de 2002, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, composta por representantes de ministérios, empregadores, trabalhadores, sociedade civil, do Ministério Público do Trabalho, do CONANDA e do Fórum Nacional. Em 2003, a Comissão propôs um decreto regulamentador para a Convenção 182 que deverá abordar a forma como a polícia, Auditores Fiscais do Ministério Público e outros parceiros estarão envolvidos no combate a cada uma das piores formas de trabalho infantil.

Questão apresentada a Armand Pereira e a Jailson de Souza:

5. "O uso em grande escala de armas e o conflito entre facções e a polícia não estaria apontando para uma situação em que as crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, além de serem usadas no tráfico de drogas, estariam sendo utilizadas em uma nova forma de conflito armado, conforme previsto na Convenção 182 da OIT?"

Para Armand Pereira, a situação do Rio de Janeiro poderia, de fato, ser aplicada no âmbito da Convenção 182 e ser alvo de queixas que levem a debates internacionais. A respeito das iniciativas para enfrentar o tráfico, afirmou acreditar nas propostas colocadas, no sentido de evitar que mais crianças e adolescentes se envolvessem com o tráfico, mas não era otimista com respeito àqueles que estão no tráfico e agregados nessas redes. A questão do trabalho infantil no tráfico ou no narcoplantio tem de ser tratada no conjunto de ações eficazes contra o tráfico em geral. O arcabouço institucional e policial hoje existente seria insuficiente. O próprio desconhecimento, até há pouco tempo, do envolvimento de crianças, na dimensão hoje sabida, com o narcoplantio, demonstraria essa insuficiência. O problema demandaria medidas emergenciais mais ativas e intervenções mais fortes, em especial o encaminhamento de ações integradas. Enfatizou a importância do Seminário no campo do debate das questões e para mobilização da comunidade.

Ações como o Seminário, as publicações e os debates podem contribuir para um mapeamento mais geral da situação do tráfico. Elas deveriam ser acompanhadas de dados estatísticos mais gerais, a nível metropolitano, através, por exemplo, da Pesquisa Mensal de Emprego.

A respeito da questão do caráter do conflito armado no Rio de Janeiro, Jailson de Souza destacou, de forma preliminar, a importância de que se levasse em conta que as inserções das pessoas no tráfico de drogas são diferenciadas. Fica-se com uma dimensão equivocada do conflito quando se considera que todo mundo do tráfico tem características iguais, todo mundo tem as mesmas condições e o mesmo envolvimento. Uma parcela significativa dessas pessoas não pega em armas e é fortemente estimulada pela questão financeira. Logo, é muito mais fácil que esta parcela saia do tráfico, caso consiga um emprego mais seguro, do que aqueles garotos que querem ser o “dono da boca”.

Caberia, também, mudar a legislação, tendo em vista que uma pessoa presa por venda de drogas pode tomar uma punição maior do que aquela que está portando uma arma e, certamente, oferece um risco maior para a sociedade. De qualquer forma, não dá para dissociar no Rio de Janeiro o combate ao tráfico de drogas do tráfico de armas. Seria, então, fundamental encaminhar um enfrentamento global ao tráfico de armas, inclusive com a punição muito mais rigorosa para o seu uso, em particular armas como fuzis, bazucas e granadas.

Com a combinação de uma política de prevenção às drogas, a presença policial nas comunidades (com eixo na garantia de preservação da vida), a criação de alternativas para as crianças que já estão no tráfico e o combate ao tráfico de armas é possível diminuir, de forma rápida e ampla, o impacto do conflito bélico e o poder territorial do tráfico. Isso repercutirá, evidentemente, na diminuição da empregabilidade infantil no tráfico.

Questão para Armand Pereira:

6. “Quais são os instrumentos de sanção que os inspetores do trabalho de outros países possuíam contra os beneficiários do trabalho infantil do mercado informal, sem que fosse necessário ação judicial?”.

Afirmando não dispor de dados suficientes para dar a resposta, Pereira declarou que a inspeção do trabalho no setor informal tem evoluído mais na Holanda e na União Européia, apesar da experiência ser muito recente. Afirmando ter interesse em reunir mais dados a respeito e que, diante da atuação mais concreta do MTE no setor informal, seria importante analisar a experiência de alguns países e verificar como evolui, dentre outras coisas, a relação entre a inspeção do Ministério do Trabalho e os outros órgãos.

Gláuber Maciel complementou, lembrando que o próprio Mercosul estava envolvido nesse processo, a partir de um projeto financiado pela OIT, cujo objetivo é o de produzir, em breve, um Manual de Fiscalização do Trabalho para os inspetores do trabalho no âmbito do Mercosul e Chile.

Painel 2

27 de novembro de 2002

O segundo painel denominado “**O papel da segurança pública e da justiça na proteção dos direitos da criança e do adolescente**” foi mediado por Wilson Salles Damázio, Superintendente Regional do Departamento da Polícia Federal de Pernambuco, e contou com a participação de Luiz Eduardo Soares, de Saulo de Castro Bezerra, de João Batista Saraiva e de José Alberto Cunha Couto.

A primeira fala foi feita por Luís Eduardo Soares, atual Secretário Nacional de Segurança Pública, e teve como tema **“O papel da polícia (garantias processuais e medidas socioeducativas)”**.

Soares destacou, em sua abordagem, os limites atuais presentes na ação policial, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento dos desafios associados a questão dos adolescentes em conflito com a lei. Considerou que, o problema matricial da ação policial seria a dissociação entre duas realidades: a que expressa as conquistas do Estatuto da Criança e do Adolescente e a que traduz a insuficiência do amadurecimento policial.

Haveria, então, uma dupla temporalidade, dois ritmos históricos, duas culturas, duas modalidades de apropriação, de inteligência, de cognição e de avaliação da problemática. O desafio seria aproximar a realidade da ação policial, do comportamento policial, da cultura institucional policial ao patamar estabelecido pelas conquistas do ECA.

A promoção do ajuste significa transformar as polícias, aproximá-las do modelo designado como polícia cidadã. Esta seria uma instituição responsável pela aplicação da lei, que a cumprisse, que merecesse e conquistasse o crédito popular, a confiança da sociedade. Sua construção implica o encaminhamento de três etapas: a elaboração de um diagnóstico mais amplo e consistente sobre a problemática policial no nosso país; em segundo lugar, a partir dessa apreciação, a formulação de uma política específica de ajuste e transformação nessa direção; e em terceiro lugar, uma apreciação mais específica sobre as dificuldades que o contexto histórico-cultural impõe. Diante do exposto, Soares dividiu sua exposição na caracterização desses três momentos.

Sobre o diagnóstico geral do problema policial no Brasil, considerou que, a despeito da boa vontade e de uma série de esforços meritórios, sobretudo a partir de 2000, o governo federal não havia formulado uma política nacional de segurança pública e uma política específica de reforma das instituições policiais, considerando o desenho funcional, a estrutura dos órgãos, das entidades e das instituições que se responsabilizam no plano federal por essa matéria.

Na configuração vigente, não fica definida a fonte que institui, que pensa, elabora e implementa a política de segurança pública no plano nacional. Da mesma forma, questionou a falta de articulação e integração entre uma série de órgãos federais, distribuídos por variados setores da máquina pública. No Ministério da Justiça, o eixo segurança é composto por alguns órgãos importantes do ponto de vista da Segurança Pública Nacional: a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário - DEPEN, o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - e a Polícia Federal. Entretanto, eles possuem o mesmo nível hierárquico e não compartilham responsabilidades, não se articulam e não estabelecem elos ou canais orgânicos, gerando iniciativas contraditórias ou irracionais.

Além disso, há no Palácio do Planalto, o Gabinete de Segurança Institucional, ao qual está vinculada a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, braço executivo do Conselho Nacional Antidrogas, e a Agência Brasileira de Inteligência. Nos programas e projetos da SENAD há um conjunto de projetos cuja natureza e forma se sobrepõe à natureza e à forma de muitos projetos que são abrigados, acolhidos, estimulados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas sem interlocução funcional.

Este leque de instituições, a ausência de fonte de autoridade e a horizontalidade de posições, afirmou Soares, impede a vertebração orgânica das instituições, de modo a integrarem-se na elaboração e implantação de uma política. Esse é o retrato de um processo político, que não

decorre de um desenho lógico, pensado, calculado, fruto de uma orientação estratégica. É o retrato de um processo, que traduz reações do poder executivo federal às pressões da sociedade. Há problemas e dramas vividos pela sociedade, que implicam em cobranças. As cobranças estimulam iniciativas reativas. Essas iniciativas acabam se concretizando na realização de alguns movimentos, que geram novas entidades e iniciativas.

A título de exemplo, Soares citou o Plano Nacional de Segurança, lançado duas semanas depois do episódio trágico que o Rio de Janeiro viveu do ônibus 174. O Plano amadurecia de forma lenta e consistente, mas produziu-se um parto a fórceps para que o poder público respondesse àquela tragédia. Assim, não há entre as propostas do Plano, os vínculos necessários, laços de continuidade, não há uma hierarquia que expresse uma concepção, fruto de uma avaliação global dos problemas. Faltam focos, prioridades, articulações que produzam a unidade, sem a qual não há uma política.

Não há, subjacente ao Plano, um diagnóstico consistente, que estabeleça claramente os pontos, os alvos e os fundamentos. Conseqüentemente, não há metas claras. No entanto, temos os meios, métodos e os recursos necessários para implementar as prioridades, porém há carência de uma política. Esse quadro acaba gerando a inércia que reitera os padrões de comportamento das instituições policiais na ponta.

O Plano poderia ser um indutor de mudanças, ainda que o governo federal não disponha de recursos, de meios que lhe confira autoridade para intervenção nos estados. O governo tem, todavia, o Fundo Nacional de Segurança, gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ele fornece os meios para dirigir, por indução, os estados na direção das reformas policiais. Isso, entretanto, exige critérios, mecanismos de avaliação e de acompanhamento e definição de prioridades. Como o Plano é desprovido de vertebração, de unidade, de políticas e como o Fundo é regido pela compreensão do Plano, o Fundo traduz, na sua forma de distribuição de recurso, essa lassidão, essa falta de foco e de prioridade.

O resultado é que os estados estão sendo financiados pelo governo federal para fazer mais do mesmo. Muitas vezes estão se desobrigando de investimentos na área da segurança pública porque sentem cobertos e compensados pelos investimentos federais. O Fundo não está acrescentando recursos ao montante global que se investe na segurança no Plano nacional. Os recursos federais acabam se destinando ao custeio da máquina e muitas vezes há investimentos no velho padrão: mais armas, mais coletes à prova de bala e mais viaturas. Nenhuma mudança, nenhuma reforma, nenhum investimento da qualificação, na modificação estrutural dessas instituições. Portanto o quadro atual é o quadro da inércia. O governo federal por uma série de razões, a despeito de tantas movimentações bem intencionadas, de tantos quadros de primeira qualidade e de tantos momentos que nos incutiram tanta esperança, a despeito de tudo isso, em função dessas características, tem sido incapaz de gerar e de implantar uma política. E os governos estaduais, de maneira geral, com exceções que merecem sempre destaque e reconhecimento, têm simplesmente reproduzido por inércia os padrões tradicionais, que se expressa, dentre outras coisas, no trabalho policial.

O trabalho policial, ressaltou o Secretário Nacional de Segurança Pública do governo Lula, ainda é visto com desprezo e negligência, de maneira geral. Há uma dificuldade particular em valorizar a dimensão intelectual do trabalho policial. A compreensão existente em relação à prática de laboratório nas investigações, no uso de tecnologias não se manifesta em relação à virtude intelectual subjacente e presente na prática policial da rua. O policial, no caso, deve interpretar o drama social com o qual vai travar contato, compreender os papéis específicos dos

atores envolvidos e rapidamente decodificar o padrão de relações que se estabelecem entre esses. Ele deve compreender as trajetórias imediatas, os itinerários desses atores, entender a natureza desse conflito e saber que a intervenção sobre esse conflito produz alguns efeitos, que devem ser submetidos também a uma avaliação prévia para que as conseqüências não sejam ainda mais danosas do que a simples inércia.

Nesse contexto, é muito difícil pensar o tamanho do desafio representado pelo ECA e imaginar formas adaptativas graduais, que possam promover uma valorização do trabalho intelectual prático, político, ético do policial, de modo a aproximá-lo dessas exigências superiores representadas pelo Estatuto. Há um número enorme de policiais que, por força da sua própria reflexão, por força de um processo endógeno de formação de aperfeiçoamento, termina por se colocar à altura desse desafio. Há muitos esforços no campo da formação, diversas polícias estaduais têm contribuído para este aprimoramento. Falta, contudo, uma intervenção de grande envergadura nos planos estadual e federal para que se possa, de fato, desenhar a prática policial.

Assim, salienta Soares, é preciso pensar o problema da cultura policial num contexto organizacional. Há formatos institucionais que alimentam determinados tipos de práticas culturais. A Polícia Militar, sobretudo, enfrenta todos os dias esse problema. O policial militar, via de regra, é treinado para subordinar-se a hierarquia e a não propriamente pensar, refletir criticamente. Nesse caso, há uma tendência natural a que esse ou essa policial evite utilizar toda a flexibilidade que o campo da interação propicia, toda a plasticidade que o campo das relações humanas estabelece. Os policiais não são encorajados, por força deste tipo de articulação hierárquica, a pensar com a própria cabeça, a desenvolver autonomamente a visão crítica de cada situação. E essa autonomia, intelectual e reflexiva, é uma pré-condição para o desenvolvimento de uma ação mais sensível à complexidade de cada circunstância.

O policial precisa sentir-se responsável e capaz de operar uma intervenção, respaldado por sua instituição e dotado de autonomia suficiente para proceder à sua própria análise, convocando seus companheiros quando necessário pelos meios de comunicação, mas capaz de promover a ele próprio uma análise, uma leitura que lhe ofereça um diagnóstico adequado, ouvindo, interagindo com a comunidade. No caso do policiamento comunitário, há muitas formas distintas de abordagem, mas há alguns pontos consensuais, como a valorização do policial na ponta, como gestor de situações limitadas e da segurança pública naquele local específico, naquele contexto no qual ele ou ela atua. Este tipo de concessão de liberdade de autonomia representa uma reorganização micropolítica, uma reorganização administrativa e gerencial. O papel dos superiores hierárquicos passa a ser um papel de interlocução, supervisão e interação entre os diversos pontos de experiência.

A estrutura policial passa a ser uma estrutura marcada pelas intervenções criativas dos policiais da ponta, passa a ser uma estrutura mediadora dessa diversidade de experiências. Portanto, o policiamento comunitário, em qualquer uma das suas faces, que estimula o desenvolvimento intelectual, a autonomia prática cognitiva do policial na ponta, certamente produz modificações estruturais na instituição. Ele altera a própria concepção da hierarquia e do formato organizacional.

Logo, conclui Luiz Eduardo Soares, para que as crianças e adolescentes possam ser tratados em conformidade com as normas do Estatuto, para que as polícias se coloquem à altura das conquistas representadas pelo Estatuto, é necessária a constituição de uma política no plano nacional, assim como transformações estruturais, administrativas, gerenciais, institucionais das polícias com a alteração micropolítica da sua ordem interna. Sem isso, não há possibilidade inclusive do amadurecimento intelectual e cultural, que são, por sua vez, pré-

condições para o estreitamento dessas duas realidades, a realidade do trabalho policial e a realidade representada pelo ECA.

Em seguida a palavra foi dada para João Batista Saraiva, Juiz Titular do Juizado Regional da Infância e Juventude de Santo Angelo no Rio Grande do Sul e Professor de Direito da Infância e Juventude e Direito Penal na Escola Superior da Magistratura de Porto Alegre, incumbido de tratar do tema **“A justiça especializada”**.

Saraiva centralizou sua fala na temática da construção de uma justiça especializada da infância e da juventude e no processo gradativo de reconhecimento dos direitos da infância e juventude. Direitos esses reconhecidos, inclusive como uma disciplina própria no conjunto das disciplinas do direito, autônoma até o ponto em que possa existir autonomia nas disciplinas jurídicas, na medida em que todas se interrelacionam e detêm uma dependência constitucional. Falar de justiça da infância e juventude, para João Batista Saraiva, implica romper com o conceito inaceitável e superado de justiça de menores. O que não é consensual, visto que tramitam, no Congresso Nacional, 14 propostas de emenda à Constituição que buscam a redução da idade penal. A partir dessa introdução, o palestrante formulou uma recuperação histórica do quadro de instituição de uma justiça especializada no atendimento da infância e da juventude.

De acordo com Saraiva, até a chegada da Família Real no Brasil e em seguida com a Independência, fixava-se no Brasil a idade de responsabilidade penal em sete anos. Em 1830, o Estado Brasileiro conquistou o seu primeiro Código Penal. Nele, criou-se um sistema bio-psicológico que permitia ao magistrado definir se, entre sete e 14 anos, poderia ou não a pessoa ser submetida ao processo penal, o magistrado avaliaria a capacidade de entendimento do réu. Portanto, em 1830 a imputabilidade no Brasil variava entre sete e 14 anos. A partir dos 14 anos, a criança era plenamente imputável. Na década de 1870, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, uma das primeiras legislações brasileiras de defesa da infância, apesar de seus limites. Durante a República, foi elaborado o primeiro Código Penal da República, de 1890. Assim, reitera Saraiva, no fim do século XIX a imputabilidade penal no Brasil variava entre nove e 14 anos.

A partir desse período, Saraiva estabelece uma relação entre o direito da infância e o direito das mulheres. Utiliza, para isso, dois exemplos: em primeiro lugar, o caso, em Nova Iorque, em 1896, da menina Mary Ann, com cinco anos de idade. Vítima de violentos maus-tratos dos pais, a sociedade protetora dos animais da cidade entrou em juízo para proteger os direitos de Mary Ann argumentando que se ela fosse um gato, um cachorro ou um cavalo estaria legitimada para aquela causa, mas que não havia uma sociedade protetora dos direitos da infância. **O fato é considerado como o determinante no nascimento dos direitos da infância, ou seja, o embrião da atual justiça especializada.** A partir deste momento, as crianças que eram vistas como um bem de família, passaram a ser objeto de proteção do Estado. O segundo exemplo utilizado por Saraiva foi o episódio, nas proximidades de Nova Iorque, do incêndio criminoso provocado pelos proprietários de uma tecelagem ocupada por mulheres em greve. Ocorrido no dia 8 de março, data em que passou a ser comemorado o Dia Internacional da Mulher.

Com esses exemplos, Saraiva buscou estabelecer a existência, ao longo do século XX, de um paralelo entre os direitos da infância e da mulher. Em 1899, no estado de Illinois, nos Estados Unidos, foi criada a primeira corte de menores do mundo, especializada em atendimento de menores em conflito com a lei. Na mesma época surgiu um movimento internacional chamado *Save the Children of World*, voltado para uma mobilização internacional de luta pelos direitos da

infância. Assim, os primeiros 25 anos do século XX foram marcantes para os direitos da infância e da mulher, em particular a busca pelo direito ao voto e pelo direito de ser reconhecido como objeto de ação do Estado.

Na América Latina, a primeira legislação importante de defesa dos direitos da infância foi o Código de Menores da Argentina, de 1917. No Brasil, um marco fundamental do direito da infância é a Lei de Assistência Social de Defesa dos Menores Delinquentes e Abandonados, lei 4.242 de 5 de janeiro de 1921. Esta lei buscava proteger os interesses dos delinquentes e abandonados. Embora tenha sido um avanço para o seu tempo, como a Lei do Ventre Livre, ela expressa grandes perversões.

Logo em seguida a lei de 1921, veio o Código Mello Mattos, o primeiro Código de Menores Brasileiro de 1927. Foi ele que afirmou a necessidade de a imputabilidade penal ser fixada em 18 anos, o que só veio a se consolidar no Código Penal de 40, ou seja, até 1940 a imputabilidade penal no Brasil era aos 14. A partir do episódio Mello Mattos abandonou-se o sistema bio-psicológico entre nove e 14 e fixou-se um critério objetivo de 14 anos, que passou a 18 anos em 1940.

Na exposição de motivos assinada pelo Francisco Campos, a idade penal era fixada em 18 anos em função da falta de maturidade do jovem. Ainda na década de 40, Getúlio Vargas cria o Serviço de Assistência ao Menor - SAM. Terminada a guerra, é aprovada em 1948, na ONU, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em 1959, finalmente, a criança começa a ser considerada como sujeito de direitos a partir da proclamação da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

No início da década de 60, o SAM é transformado em FUNABEM. Menores delinquentes e abandonados continuam sendo tratados como se fossem portadores de uma moléstia social, não há uma distinção entre eles, ou seja, vítimas e vitimizadas são colocados no mesmo lugar. Em 1979 é comemorado o Ano Internacional da Criança, instituído pela ONU com o objetivo de avaliar o que efetivamente os países tinham feito em relação a Declaração Universal dos Direitos da Criança. O Brasil, em pleno regime militar, aprova o Código de Menores, legislação que também mantém a falta de distinção entre delinquentes e abandonados. De qualquer forma, afirma Saraiva, há avanços importantes no Código de Menores, em particular o direito à adoção plena. Entretanto, do ponto de vista infracional o Código de Menores foi mais reacionário do que o Código Mello Mattos, mantendo o tratamento igualitário entre abandonados e delinquentes.

Em novembro de 1989, após dez anos de debate, a ONU aprova a Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada por todos os membros da Organização, à exceção de Estados Unidos da América do Norte e Somália. É importante fazer essa lembrança, ironiza Saraiva, em função daqueles que invocam os Estados Unidos como um paradigma de legislação penal. Ressalva, nesse sentido, que o caráter federativo dos EUA faz com existam diferenciações amplas: em estados como a Califórnia, a idade de imputabilidade penal é aos 21 anos, em Wyoming ela é de 20 anos, em Arkansas é de 19 anos. Por outro lado, há estados como a Flórida ou o Texas, governados pelos Busch, que condenam a morte até adolescentes, na proporção de um branco para cada oito negros ou hispânicos.

O Brasil se antecipou à Convenção sobre os Direitos da Criança. Os artigos 227 e 228 da Constituição Federal incorporaram a doutrina da proteção integral. Logo, a partir de outubro de 88 o Código de Menores foi revogado, tendo em vista que ele não foi recepcionado pela Constituição. A Constituição da República elevou crianças e adolescentes à condição de sujeito de direitos e, como tal, titulares de direitos e obrigações. Ela criou um novo sistema de responsabilização do adolescente, que alguns têm chamado de um sistema de direito penal juvenil. Isso porque ele deu

às crianças e aos adolescentes a que se atribui a prática de atos infracionais, o garantismo próprio do direito penal: o princípio da legalidade, ampla defesa, contraditório etc.

Evidentemente, não se cogitam penas mas sanções sócioeducativas. No entanto, essa conceituação ainda não foi devidamente incorporada na justiça da infância, havendo segmentos no Brasil que continuam com a lógica do Código de Menores. A título de exemplo, Saraiva afirmou que 95 por cento dos acusados de homicídios maiores de 18 anos no Brasil entram para o júri abraçado no seu advogado e, mesmo se condenados no júri, saem abraçados ao advogado. Eles recorrem, apelam em liberdade e lhes é estendido o direito de aguardar em liberdade o seu julgamento, o que é justo.

No caso de um adolescente que pratica um homicídio o percentual se inverte: 98 por cento deles têm sua internação provisória decretada e responde o seu procedimento de apuração de ato infracional recolhido provisoriamente a uma instituição. Isso porque a medida sócio-educativa não é considerada uma penalização. Ignora-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente incorporou todo o garantismo do direito penal e que, se não é possível prender um adulto naquela circunstância não poderia sê-lo um adolescente. Isso porque a Convenção sobre os Direitos da Criança diz, nos artigos 40 e 41, que a legislação interna do país não poderá tratar de forma mais desfavorável o adolescente do que trata seus adultos.

O Estatuto, salienta Saraiva, é a versão brasileira daquela Convenção. Evidentemente, a versão não substitui o original, visto que o texto das Nações Unidas continua sendo lei interna no Brasil, mas ela introduz no Brasil todo o sistema garantista e afirma essa justiça especializada da infância. O Estatuto retira do juiz de menores atribuições sociais que eles nunca deveriam ter tido e atribui ao agente devido, no caso, os Conselhos Municipais de Direitos e os Conselhos Tutelares.

O ECA reserva a jurisdição da infância a essa justiça especializada: questões de Estado envolvendo crianças e adolescentes, destituição do pátrio poder e colocação em família substituta e as questões de adolescentes em conflito com a lei. Esta justiça especializada exige juizes da Infância que sejam absolutamente capacitados para esse agir. O advento do Estatuto criou a necessidade de profundos conhecimentos, do Direito Constitucional, do garantismo que lhe é próprio, profundos conhecimentos de Direito Penal, fora a necessidade dessa interface entre as demais disciplinas como psicologia, sociologia, ciências sociais etc, imprescindíveis para esta justiça especializada.

Saraiva concluiu afirmando que, embora muito se diga sobre a importância de se dar amor a crianças e adolescentes, o que ninguém discordaria, elas precisam muito mais de justiça. Isso passa, em primeiro lugar pela compreensão do Estatuto. Ele acredita que, mais grave que a crise de implementação, decorrente da ausência de programas que são necessários e que não existem, é a sua crise de interpretação. Isso resulta, de todo um processo cultural, diante do fato que muitos ainda aplicam o Estatuto da Criança e do Adolescente com a lógica do Código de Menores. Essa postura é perversa, pois induz a opinião pública ao erro, de que estaria se utilizando os instrumentais do Estatuto quando, na verdade, atua-se com a lógica "menorista". Com o Estatuto, a criança e o adolescente brasileiros, que iniciaram o século XX como bens de famílias, que passaram a ser objeto da proteção do Estado, são desde 1990 ou desde a Constituição Brasileira, perante o Estado brasileiro, sujeitos de direitos e como tal titulares de direitos e obrigações, devendo ser considerados em sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.

Encerrada a exposição de João Batista Saraiva, teve acesso à palavra o segundo palestrante do Painel, Saulo de Castro Bezerra, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça da Infância e Juventude - ABMP. O tema abordado foi "**Os promotores e magistrados da infância e da juventude (desafios e harmonização de abordagens)**".

Saulo Bezerra iniciou expondo as contradições sociais do país: o fato do Brasil ter uma das mais avançadas legislações infanto-juvenis do mundo, na qual prevê que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos mas, por outro lado, ser um dos três que mais matam seus jovens de forma violenta e ser uma das 10 principais economias do mundo, mas deixar morrer mais de 100 mil crianças de zero a um ano de vida.

Apesar da incompreensão ainda existente em relação ao Estatuto da Criança do Adolescente, é uma lei já reconhecida, embora deva continuar o esforço coletivo para que ela seja aplicada em todos os municípios do país. O Presidente da ABMP lembrou que a implementação ainda sofre resistências muito fortes, que vão além das 14 propostas apresentadas no Congresso propondo a redução da idade penal. Informou que existem, também, cerca de 30 outras propostas de mudanças legislativas voltadas para o adolescente autor de ato infracional. Na sua grande maioria, usando como fundamento o envolvimento de crianças e adolescente com o narcotráfico e crimes violentos. Uma, especificamente, diz que o tempo máximo de internação do adolescente infrator, hoje de três anos, teria que ser aumentado para cinco quando ele fosse flagrado no narcotráfico.

A resposta que deve ser dada, pelos juizes e promotores em particular, àqueles que querem reduzir a idade penal é de que o adolescente que pratica ato infracional deve e é punido. Mas o cárcere tem que ser a exceção. Já se provou que a prisão não é solução para o problema da criminalidade, ela é muito mais cara e os seus resultados são piores. Cabe aos profissionais convencidos da correção da idéia de que a criança e o adolescente devem ser sujeitos de direitos e começar a mudar a cultura ainda hegemônica. Principalmente, a noção de que essa legislação trouxe a impunidade, que é extremamente liberal.

No aniversário de 10 anos do ECA, uma pesquisa com profissionais de diferentes categorias (psicólogos, promotores de justiça, juizes de direito, professores, assistentes sociais), enfim, com pessoas que tinham o ECA, como instrumento de trabalho, indicou que cerca de 85 por cento dos educadores do país repudiam as normas do Estatuto e o percentual das outras categorias não era muito distante disso. O argumento central é de que a legislação é muito avançada para o nosso país, tem regras boas, prevê que a criança e o adolescente têm que ser sujeito de direito, mas ela é fora da realidade brasileira. A percepção é de que o Brasil atravessa um momento de extrema violência porque a legislação não pune o adolescente infrator, o professor não tem mais condições de exercitar a sua autoridade em sala de aula etc. Na verdade, para muitos professores a educação não é reconhecida como um direito garantido constitucionalmente, mas como mérito. Assim, pode estudar àquele que for 'bonzinho'. Ora, a educação, assim como a liberdade não é mérito, é direito. Os juizes e promotores da área da infância não pensam muito diferente dos professores entrevistados.

A ABMP reúne cerca de 5.500 juizes e promotores da infância, em cerca de 2.700 Comarcas Brasileiras e tem uma capilaridade muito grande. A Associação tem tentado fazer com que esses profissionais percebam a lei como um efetivo instrumento para a transformação social do Brasil. Com esse propósito, ela realizou encontros em 26 Estados, nos quais discutiu-se a defesa do direito à educação de crianças e adolescentes. Neles, foram reunidos não só juizes e promotores de justiça da infância e da juventude, mas também conselheiros tutelares, educadores e conselheiros municipais. Foram três dias de encontro, organizados através de oficinas variadas, onde apresentavam-se diversos problemas. No campo educacional, por exemplo, questionava-se quem era o principal responsável pelos problemas. Não por acaso, o Conselheiro Tutelar apontava seu dedo para o Promotor de Justiça, que apontava o seu para o Juiz, que dirigia o seu para o Conselho Tutelar. O episódio demonstra a incompreensão ainda existente sobre o que é afirmar que

crianças e adolescentes são sujeitos de direito e o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, evidenciando que não se pode cumprir devidamente o que não se compreende.

Um dos elementos mais importantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, acentua Bezerra, é a definição de que o atendimento à criança e o adolescente se dará de forma articulada por entidades governamentais e não-governamentais, do Município, do Estado e da União. Por isso, embora a lei seja nacional, há muitos contrastes regionais em termos de cumprimento dos princípios do Estatuto.

A realidade nacional ainda demonstra um grande sinal de desarticulação, revelando que ainda não foi entendida a importância da participação de todos e a noção, presente na Constituição e no Estatuto, de que o atendimento da criança e do adolescente exige a participação da comunidade. Caso fosse diferente, não constaria no Estatuto, de forma expressa, que um dos princípios do atendimento da criança e do adolescente é a municipalização. No entanto, entre as propostas de mudança legislativa há uma que propõe a extinção dos Conselhos Tutelares, considerando que eles são muito onerosos para os municípios. Diante desse tipo de resistência, conclama Saulo de Castro, não é possível trabalhar de forma isolada. Além da desarticulação, ou por causa dela, os números também indicam que a grande maioria dos municípios brasileiros não conta ainda com as medidas socioeducativas. Em geral, a liberdade assistida é ignorada, assim como a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida. Isto, apesar da liberdade assistida, segundo pesquisas, ser a medida socioeducativa mais eficaz prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. O fato ocorre justamente porque a implementação dela exige articulação e comprometimento, assim como o trabalho com a família, dá mais trabalho do que a advertência e a internação. A articulação obriga a ouvir e a fazer o esforço de se adequar à conduta do outro. Esse é um exercício que deve ser feito diariamente, principalmente porque ninguém admite tantas mortes violentas de crianças e adolescentes neste país, ninguém admite tanta morte por fome, ninguém admite tanta criança sem assistência à saúde etc.

Saulo de Castro Bezerra concluiu sua fala enfatizando sua convicção de que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um importante instrumento de transformação desta realidade e ele precisa de todos aqueles dispostos a trabalhar de forma articulada, despidos de qualquer preconceito.

Após a fala de Bezerra, o Mediador, Wilson Salles Damázio, tendo em vista a necessidade de Luiz Eduardo Soares se retirar e não poder aguardar a fala seguinte e o debate, solicitou-lhe que respondesse a uma pergunta que chegara à mesa.

1. “O Plano Nacional de Segurança prevê duas vertentes, a da repressão e a da prevenção. Nesta última, quatro programas foram definidos: Núcleos de Atendimento à Família, Agente Jovem, Sentinela e PETI, com o objetivo de minimizar as possibilidades de envolvimento da criança e adolescente em ato infracional. Como o novo Governo entende a continuidade desses programas, visto que eles encontram-se desvinculados das demais políticas de educação, saúde, segurança pública e até mesmo do Ministério da Justiça?”.

Soares: “é uma pergunta difícil e ao mesmo tempo importante porque permite a discussão sobre um dos pontos mais estratégicos envolvidos em toda esta problemática. Precisamos, a despeito de avanços já realizados, de uma nova abordagem da problemática da segurança pública. Esta nova abordagem já está em curso, está se configurando em linguagem e muitas práticas são reveladoras desse movimento. O que caracteriza essa nova abordagem? A sua abertura, a complexidade envolvida na problemática e, portanto, a multidimensionalidade do problema que chamamos violência, a

criminalidade ou criminalidade violenta. Multiplicidade que, uma vez observada e incorporada nos programas e nos projetos, os requalifica. Esse tipo novo de abordagem requer um novo sujeito da gestão pública. Não podemos ser mais sensíveis para a complexidade dos problemas da violência e continuar operando com instrumentos monofocais, unidisciplinares e unisetoriais. Não podemos continuar trabalhando segurança pública com Secretarias de Segurança Pública ou com as polícias ou com áreas exclusivamente voltadas para a Segurança Pública. Elas são indispensáveis, mas são insuficientes. Precisamos de novos conceitos, de novas práticas, pensar em termos de unidades multissetoriais, interdisciplinares, multidimensionais. Novas formas de gestão caracterizadas pela integração, núcleos integrados de gestão que promovam uma integração estrutural e na prática, entre o segmento de segurança propriamente, o segmento policial e os segmentos sociais. Se houver a possibilidade de, através de uma reforma das instituições e dos aparatos estatais nos níveis federal, estadual e municipal; se houver um esforço no sentido da constituição desses núcleos de gestão integrados nós teremos capacidade, aos poucos, de transcender essas limitações e promover esses laços, esses elos na prática. Então, a nova abordagem vai se converter numa nova atuação. Portanto, a questão é decisiva, precisamos de fato promover a integração entre os setores de governo ligados à segurança pública e aqueles ligados à sociedade, à cultura e aos programas sociais e eles tem de ser pensados de forma articulada”.

A última fala do dia foi feita pelo Comandante José Alberto Cunha Couto, Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais da Presidência da República, Coordenador do Gabinete de Crises da Presidência da República e do Plano de Prevenção da Violência Urbana. O tema tratado foi a **“A política nacional de segurança pública”**.

O Comandante Couto fez questão de ressaltar que, mais do que tratar da política nacional de segurança, sua exposição teria como objetivo a prestação de contas à sociedade, a apresentação da caminhada feita por sua Secretaria no desenvolvimento de uma das ações do Plano Nacional de Segurança, no caso, a prevenção primária da violência.

Criada em 1999, a Secretaria tem uma estrutura reduzida e como uma de suas características a articulação com diversos parceiros, com diferentes experiências e conhecimentos. Nesse sentido, citou uma experiência desenvolvida, no final de 1999, no chamado Polígono da Maconha, território amplamente dominado pelo tráfico e por grupos criminosos armados. O primeiro passo na intervenção no espaço local foi o estabelecimento de uma parceria com o Banco do Nordeste. Durante seis meses, o Banco mostrou um caminho de mudança de atividade econômica às pessoas que viviam do plantio da maconha. Após esse período, foi desencadeada uma forte repressão, que utilizou inclusive as Forças Armadas, durante quatro meses. Essa ação articulada garantiu a presença do Estado na região, inclusive com a criação de uma delegacia da Polícia Federal. A experiência demonstrou, de acordo com o Comandante Couto, a importância de se combinar a prevenção e a repressão em situações de forte presença do narcoplantio e do narcotráfico.

A partir do exemplo, o palestrante centrou sua fala na apresentação de uma proposta de intervenção desenvolvida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O Plano Nacional de Segurança Pública contempla 124 ações e apenas uma delas foi entregue ao Gabinete Constitucional, no caso, a prevenção primária. Na implantação do programa, foram definidos alguns focos.

O primeiro deles foi a faixa etária. Diante da constatação de que os jovens entre 15 e 24 anos são os que mais morrem devido à causas externas, essa faixa etária foi priorizada pelo programa. Mas um trabalho centrado na mudança de uma cultura de violência já instalada exige um trabalho ampliado. Assim, as crianças, também foram incorporadas ao público a ser atendido.

O segundo foco foi a definição da área geográfica de atuação. Mais do que as áreas nas quais se praticam os delitos, normalmente onde está o poder econômico, o Programa de Prevenção Primária buscou identificar os territórios de onde saíam as pessoas que praticam esses delitos e estudar o que as induz a praticar essa violência. A partir de um levantamento dos endereços de jovens em conflito com a lei, principalmente na Fundação Estadual de Bem Estar do Menor - FEBEM de São Paulo, descobriu-se que havia realmente um foco geográfico que concentrava pessoas envolvidas em atos criminosos.

O segundo passo foi buscar entender o que as induzia a praticar a violência. Foram definidos alguns aspectos que têm forte influência na violência. Cunha Couto apresentou, alguns deles, ratificados por pesquisas qualitativas realizadas com grupos focais no Rio de Janeiro. São eles: (i) a dificuldade de acesso a serviços públicos, fato que expressa a ausência do Estado do cotidiano do cidadão dos espaços populares e o não cumprimento, inclusive, do artigo 6º da Constituição; (ii) a incitação à violência, expressa em três situações: a circulação ofensiva de pessoas armadas na rua; o uso e venda de drogas; e o tratamento dado ao tema pela mídia; (iii) a exclusão econômica, expressa na dificuldade dos jovens em conseguirem e/ou se manterem no emprego, de serem capacitados para se manter nesse emprego; (iv) a precariedade da oferta e qualidade nas áreas da educação, cultura e lazer; (v) a violência doméstica e a descrença nas instituições são outros temas indutores significativos.

A partir da exposição dos indutores da violência, o Comandante Couto descreveu uma experiência piloto que abarcava o Distrito Federal e 23 cidades do entorno. Foram desenvolvidos 12 programas sociais, na perspectiva de enfrentamento da violência. O trabalho começou em abril, o Plano foi lançado em junho e a experiência foi encerrada em novembro, tendo resultados como a redução da taxa de homicídios em 9,8 por cento e de estupros em 5,6 por cento. A questão da violência doméstica demonstrou a importância da construção de redes de atenção e proteção, que materializem mecanismos efetivos de integração entre as ações dos diversos órgãos públicos.

Além da interação dos programas federais, a Secretaria buscou articulação em rede com as ações que os estados e os municípios praticavam no território focalizados pelos programas. A participação do município cresce de importância no caso da prevenção primária, não só porque ele tem que diagnosticar quais são os indutores de violência como também está mais próximo do cidadão. É nessa perspectiva que o sistema justiça tem que ser integrado.

Um exemplo de trabalho integrado apresentado pelo então Coordenador do Plano de Prevenção da Violência Urbana foi o programa identificado como Centro de Integração de Cidadania, o CIC. Ele conta com a participação do juizado especial e mediadores de conflito e objetiva a pacificação da área focalizada. Ele precisa tornar-se, no entanto, um posto de atendimento da cidadania, pleno, envolvendo o legislativo, o setor privado e o terceiro setor na composição dessa rede.

Após a experiência piloto de Brasília e entorno, o Plano de Prevenção à Violência foi ampliado, em 2001, para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória. Em 2002, o Distrito Federal foi incluído outra vez e, recentemente, os programas foram lançados em Fortaleza e Cuiabá. Apesar da limitação de recursos, o que frustra muitas expectativas, o importante foi tornar a idéia da prevenção primária presente. Atualmente, não se fala em segurança pública somente sobre o ponto de vista de repressão, a prevenção já começa a ser entendida como necessária.

Todos esses programas, em todas as esferas, assinalou o Comandante Couto, passam por um sistema de monitoramento e avaliação. Seu ponto de partida é a elaboração de uma linha de base, de uma fotografia sobre o perfil da violência nas regiões metropolitanas focalizada, que é a

referência para a elaboração da intervenção. A busca é o desenvolvimento de indicadores de violência, que são diferentes dos indicadores de criminalidade. Isso geraria outra compreensão da temática da violência e da segurança pública. Em 2003, será possível fazer uma nova avaliação dos programas e verificar aqueles que realmente tiveram impacto em relação à violência, o que permitirá tomar medidas de ajuste ou criação de novas alternativas.

A fim de tratar de forma mais explícita do tema do Seminário, o Comandante Couto apresentou uma experiência de trabalho com grupos focais, desenvolvida, sob a Coordenação de sua Secretaria, em 14 favelas da região de Acari, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O diagnóstico revelou a existência de um tecido social totalmente esgarçado, com uma sucessão de caso de estupro de crianças na faixa de oito anos de idade, seja dentro ou fora de casa. São vários os exemplos em relação à violência, à falta de família ou de seu apoio, restrição de circulação devido à guerra entre facções etc.

Em função do descaso dos governantes, também uma forma de violência, a violência criminosa manifesta-se de outras formas, em particular via a ação do tráfico: ele coopta facilmente muitos jovens, dando significado para as suas vidas e uma falsa idéia de proteção; fazem o papel do Estado daquela região, dando dinheiro para remédio; geram um sentimento ilusório de acolhimento e, o mais importante, a sensação de pertencimento.

Especificamente com relação às drogas, os grupos focais mostraram que as drogas estão ao alcance de todos os jovens e, pior ainda, os colégios próximos dessas regiões são pontos de tráfico e de consumo. Cabe salientar, afirmou o Secretário, a constatação, feita em uma pesquisa domiciliar encomendada pela Secretaria, de que a entrada para as drogas hoje está ocorrendo através do álcool, uma droga lícita. Ele também é a maior causa de perda de trabalho, de acidentes de trânsito, de violência familiar, de acidente de trabalho. No caso do suicídio, ele é 58 por cento maior entre os alcoólatras e 20 por cento dos casos de abuso infantil foram praticados por pessoas alcoolizadas.

A respeito da violência, o Comandante Couto apresentou um estudo da antropóloga Alba Zaluar, pesquisadora especializada no estudo da criminalidade e violência no Rio de Janeiro. Ela mapeou a presença do tráfico de drogas em três bairros cariocas: Copacabana, Tijuca e Madureira. Conforme se avança para a periferia a taxa de homicídios cresce de forma expressiva. Ela está em 8,8 por 100.000, em Copacabana, 21 na Tijuca e em 34 em Madureira. Evidentemente, existe o tráfico em Copacabana, mas ali ele é clandestino, não há o controle de territórios, por enquanto. Nos outros bairros, a presença do tráfico e o seu controle territorial já são mais ostensivos, o que torna os conflitos mais frequentes e ocorre um maior número de mortes, gerando uma situação de grave conflito.

O Comandante Couto encerrou sua fala apresentando um gráfico com uma pirâmide da criminalidade. No alto da pirâmide está o sistema financeiro, responsável pelo trabalho de lavagem de dinheiro que financia as quadrilhas e os agentes do Estado expostos à corrupção. No meio da pirâmide encontram-se os narcotraficantes que atuam no atacado, tais como Fernandinho Beira-mar. Na base da pirâmide estão os grupos que atuam no varejo, em particular nos espaços populares. No meio da pirâmide estão os pretensos chefes das quadrilhas, mas a corrupção maior está na parte de cima. A solução do narcotráfico passa pelo combate a esta cúpula. Nesse nível maior se faz necessária a articulação entre a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal. Há de se enfrentar a corrupção de agentes federais e do sistema financeiro. A fim de se evitar isso, é fundamental o controle externo, das mais variadas formas. As polícias têm que ter comissão de ética e controle externo, assim como a Agência Brasileira de Inteligência e o próprio judiciário.

Na base da pirâmide é que deve entrar a prevenção primária, concluiu o Comandante Couto. Os temas indutores de violência, já expostos, não têm na polícia a solução para os seus problemas.

Talvez uma polícia comunitária possa ajudar, aqui entendida como uma polícia que entende o que a comunidade pretende dela. A prevenção primária atuando na raiz do problema é mais eficaz e mais econômica.

Encerrada a apresentação do último palestrante do segundo painel, passou-se ao debate.

Questões para o Dr. João Batista Saraiva.

1. “Qual a sua posição em relação à prática de juizes que dão autorização para jovens com menos de 16 anos trabalharem, sob a justificativa de ‘ajudarem’ suas famílias?”.

Saraiva: “o papel do juiz fundamentalmente é de dar eficácia a legislação. A emenda constitucional nº 20 fixa em 16 anos a idade para ingresso no mercado de trabalho mediante uma relação normal de trabalho. É possível entrar aos 14 anos como aprendiz. Assim, a pergunta já contempla a própria resposta. A prática desses juizes viola o espírito da legislação. Entretanto, no caso da propriedade rural, por exemplo, o trabalho infantil gera problemas graves de evasão escolar, especialmente na época de certas safras. E isso é fruto de uma questão cultural, construída no Rio Grande do Sul, particularmente, há séculos. Diante disso, é preciso a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego até para poder negociar isso com os próprios pais, demonstrar que o lugar de criança é na escola.

Não é simples, todavia, enfrentar essa questão. O nosso desafio enquanto Estado é, em primeiro lugar, fazer com que a própria escola funcione. Nesse sentido, não é possível realizar um evento da natureza desse Seminário sem o pessoal do Ministério da Educação. Hoje, estou convencido que a escola é um espaço de exclusão social, ela exclui o diferente, exclui o problemático e não está preparada para enfrentar a dinâmica do mundo atual. Assim, nos deparamos com o conflito de como manter um menino em sala de aula, desafiado pela possibilidade do trabalho ilegal.

Precisamos dos programas. Não pode funcionar apenas uma ponta de sistema de garantias, tem que funcionar tudo integralmente, não é possível fazer-se o combate ao trabalho infantil numa ponta sem, ao mesmo tempo, oferecer-se para este jovem uma alternativa. Precisamos criar uma rede, por isso, um seminário como este precisa envolver o conjunto do Estado e da sociedade, porque toda a rede precisa estar articulada para funcionar. Tenho convicção que estamos avançando nesse sentido. Estamos criando essa cultura. O Estatuto da Criança e do Adolescente dá uma contribuição importante para isso, na forma como estrutura o sistema preventivo ele oferece boas alternativas para a ação efetiva do Estado, de forma integrada”.

2. “Você coloca como o maior problema para a concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente a questão da interpretação feita por alguns profissionais da doutrina do Código?”.

Saraiva: “não sei se esse é o maior problema, mas a crise de interpretação do Estatuto é um grave problema. O argumento dos professores de que o Estatuto da Criança e do Adolescente teria determinado a perda de autoridade em sala de aula, não é verdadeiro, resulta de um equívoco na aplicação da própria lei. Está faltando passar para a criança e para o adolescente o que é ser um sujeito de direitos e não temos tido essa capacidade. Falta qualificação, me parece que esta é uma questão primordial. A elaboração de um Plano Nacional de Segurança Pública passa também por uma melhor compreensão da própria legislação existente”.

3. *“Dirigidas ao Dr. Saraiva e ao Dr. Saulo Bezerra. Qual a sua posição quanto à constitucionalidade frente ao princípio da proteção integral quanto a oitiva do Ministério Público Estadual de adolescentes sem a presença obrigatória do advogado. Ela fere o princípio da ampla defesa e do contraditório? O inimputável penalmente pode ser ouvido obrigatoriamente sem advogado antes do início do processo?”;*

Saraiva: “o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao afirmar a possibilidade de se fazer essa audiência sem a presença do defensor, cometeu um deslize, parece-me. Com o Código de Menores, o juiz tinha um procedimento inquisitivo. Ele baixava uma portaria, instrua e julgava; até poderia ter a intervenção do promotor, se o menino acusado desejasse, podia até constituir advogado. Vencemos essa etapa e partimos para a etapa do devido processo legal, construiu-se todo um procedimento, no qual o Ministério Público tem um papel fundamental na fase pré-processual. Ele pode, inclusive, compor um ajuste com o adolescente, concedendo a remissão. Essa composição feita pelo Ministério Público pode resultar na imposição de uma medida sócio-educativa e qualquer uma delas representa um cerceamento da liberdade do cidadão. E qualquer cerceamento da liberdade tem que resultar de um ajuste onde as partes estejam em condições igualitárias. Portanto, do meu ponto de vista, seria imprescindível a presença de defensor nessa audiência pré-processual, sem presença do juiz, no gabinete do promotor.

O instituto da remissão que está no Estatuto foi importado do direito americano, ele é a *‘diversion’* que os americanos têm no sistema deles, um procedimento pré-processual no qual promotor e advogados se reúnem, em igualdade de condições. O termo foi traduzido para o português como remissão e o negócio ficou meio confuso”.

Saulo de Castro Bezerra: “a Deputada Luiza Erundina apresentou uma proposta para que todo adolescente ouvido pelo Ministério Público naquela oitiva informal estivesse acompanhado de advogado. O veto da Presidência da República na ótica da ABMP, foi equivocado. Ele invoca em determinados momentos alguns institutos que não são próprios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro da ABMP, a esmagadora maioria do Ministério Público não só é a favor, como quer que os defensores estejam presentes, que seja obrigatória a presença do defensor na oitiva informal.

Todos os dias nos deparamos com interpretações equivocadas por parte, inclusive, de juizes e promotores. Dou um exemplo: um promotor neófito, numa audiência informal com dois adolescentes que cometeram latrocínio, 17 anos de idade, violentíssimos, a Comarca com pouquíssimas condições materiais, às 7:30 da noite (ainda fazendo a oitiva informal porque a Comarca é absolutamente lotada de processos). Ele me ligou pedindo um socorro: “estou com dois policiais aqui e dois rapazes algemados e, eu ouvi não sei aonde, que eu não posso usar algema de forma nenhuma em adolescentes infratores. Os policiais falaram que se eu determinar para tirar as algemas, esses dois meninos vão nos cobrir de porrada”.

O Estatuto diz que, quando necessário, medidas de contenção poderão ser utilizadas com o adolescente infrator. Em um caso desses, temos que apelar para o razoável. Esses equívocos na interpretação do Estatuto acontecem a todo momento. Temos que conhecer mais os termos do Estatuto e saber interpretá-lo adequadamente, não temos outro caminho a percorrer. Temos que ver que esse juiz que concede a autorização para o trabalho faz parte daquela mesma comunidade a favor do trabalho infanto-juvenil; temos que ter a compreensão que essa visão faz parte desse contexto. Precisamos começar a mudar esse tipo de interpretação porque, apesar da boa vontade, ela é equivocada”.

3. “A Associação Brasileira de Magistrados e Promotores ‘reconhece’ a ignorância e a falta de sensibilidade de alguns de seus membros acerca dos direitos estatuidos no ECA. Qual a providência que tem sido adotada a fim de envolver os seus pares e sensibilizá-los sobre o tema?”.

Saulo Bezerra: “a ABMP já fez essa reflexão há alguns anos e fizemos uma opção, da qual não abrimos mão, que é a discussão e a implementação do direito à educação de crianças e adolescentes no país. Em 1999, 2000 e 2001 fizemos encontros presenciais com cerca de 3.600 promotores e juizes da infância e da juventude, em um universo de 5.500 municípios. Neles, discutíamos o direito à educação de crianças e adolescentes com todos os chamados parceiros estratégicos: conselheiro tutelar, conselheiro de direito etc.

Em todos os encontros tivemos testemunhas de juizes e promotores que chegaram à frente na plenária final dizendo: ‘*estou saindo daqui transformado, porque agora conheço realmente o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente*’. Muitas vezes nos emocionamos. Um juiz, já com quase 60 anos, disse: ‘*estou chorando de raiva e emoção porque percebi que tenho trabalhado errado há 26 anos*’. Justamente ele que tinha feito um protesto, no começo do Encontro, afirmando estar ali apenas porque foi convocado pelo Tribunal: ‘*o ECA é um porrete que eu tenho lá de baixo da minha mesa escrito ECA nele*’. No final ele fez questão de dar o testemunho afirmando que não percebia, não tinha a idéia de quanto trabalho bom era desenvolvido neste país.

No que refere ao direito à educação, desencadeamos aqui em Brasília o chamado Movimento Nacional pelo Direito à Educação de Crianças e Adolescentes. Nele, há, além de Juizados e Promotorias, Tribunais de Contas dos Estados, Ministério Público Federal, Conselho Tutelar e Conselhos Municipais. Seu objetivo é o direito à educação permanente neste país, já que na ABMP acreditamos que o direito à educação é o mais relevante direito social garantido na nossa Constituição para a criança e o adolescente”.

4. “O artigo 5º do Novo Código Civil prevê a possibilidade de emancipação do adolescente que mantém vínculo empregatício e que recebe remuneração suficiente para a sua subsistência; considerando que alguns juizes continuam expedindo alvarás para trabalho de adolescentes de forma irregular, inspirados pelo interesse de resolver um trabalho social, não será temerário que agora, em razão desta emancipação, lancem mão desse artigo para autorizar o trabalho de adolescente em atividades proibidas ou em idade proibida?”

Saulo Bezerra: “a vigência do Código Civil está marcada para início do ano que vem e já há um movimento grande no Brasil para adiar sua entrada em vigor já que, como ele ficou tramitando muitos anos, é uma colcha de retalhos. Na área da infância e juventude, quando fala de adoção, um artigo tem os temas do Código de Menores e, na sequência, um outro artigo está em conformidade com o Estatuto da Criança do Adolescente. Não acredito que alguém já tenha um estudo completo dessa nova lei.

Sobre essas autorizações, o Superior Tribunal da Justiça já disse que é ilegal. Todas elas estão caindo. Há um movimento muito grande de informação para todos esses colegas, para não fazerem isso, vai ser uma medida inócua, pois a decisão vai cair no tribunal. Então, não tenho muito receio. Não será uma decisão judicial que vai contrariar a lei e na ABMP não vamos comungar nunca com esse tipo de comportamento. A todos os colegas que pedem orientação, esclarecemos que não adianta esse imediatismo, que essa angústia não vai resolver o problema”.

5. “Não seria oportuno rever os critérios de seleção dos conselheiros tutelares, exigir maior qualificação e comprometimento dos conselheiros? Há dificuldades de trabalho articulado devido à

influência político partidária, falta de sensibilidade, formação inadequada etc. Tudo isso produz pouca ação e pouca eficácia”.

Saulo Bezerra: “não é à toa que a questão dos conselheiros tutelares é motivo de algumas propostas de mudanças legislativas, inclusive a de se extinguir o cargo. Há um forte ‘lobby’ dos prefeitos, pois, segundo eles, o Conselho Tutelar só veio para atrapalhar, mas o fato é que a legislação é muito sábia. O Estatuto da Criança e do Adolescente só entrou em vigência depois de discutida de norte a sul nesse país, ela é fruto de um trabalho coletivo, de pessoas que militavam na área da infância.

Já existem inúmeras decisões no país de destituição de conselheiro tutelar por prática de improbidade administrativa. São inúmeras as decisões impedindo que determinadas pessoas concorram ao cargo de conselheiro tutelar. São inúmeras as decisões para se fazer também o poder público dar a condição mínima de funcionamento para o Conselho Tutelar. O fato é que ainda não temos a tradição de mobilização social, ainda temos dificuldade em articulação. Nos locais onde há articulação, é difícil uma entidade funcionar de forma irregular.

Temos que investir em articulação municipal, mais do que pensar na extinção de um órgão tão importante, responsável pelo atendimento da criança e do adolescente. Não podemos, todavia, permitir que um órgão responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes seja usado para fins políticos.

Temos também que aprimorar nossa legislação municipal. Após 12 anos da aprovação do ECA, os municípios estão revendo as suas legislações. Não temos a radiografia dos nossos municípios, da política de atendimento da criança e adolescente, que começa com a legislação municipal, e isso é fruto de uma legislação municipal ruim, feita de qualquer forma, e ela tem que ser revista, porque a lei tem que ser o nosso parâmetro”.

6. *“O Sr. tem conhecimento de alguma ação civil pública exitosa proposta contra o chefe do Poder Executivo, o Prefeito, que não elaborou o orçamento público em conformidade com que dispõe o artigo 227 da Constituição Federal, prioridade absoluta e o artigo 4º parágrafo único, alínea “c” e “d” do ECA, preferência na formulação e execução de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos públicos?”*

Saulo Bezerra: “tenho de várias. Há poucos dias, um colega da ABMP no Paraná dizia-me que o Prefeito dele já estava na iminência de ser preso em função de uma ação civil pública. Então, ele chamou o Ministério Público para negociar. Assim, se o Prefeito é intransigente dessa forma, deve-se entrar com a ação civil pública. O melhor, todavia, é a articulação e a negociação. Na Comarca do Saraiva, a medida socioeducativa em meio aberto funciona há muitos anos. O Juizado Regional, onde os adolescentes infratores cumprem a internação, funciona há muitos anos porque a comunidade é integrada.

A ação civil pública, hoje, tem aos montes. No estado de Goiás, o centro de internação só existe devido a uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público. A entrada foi dada em 1992 e o Governador só foi cumpri-la em 1997, mas só saiu em razão disso. Mas essa ação não pode ser usada como um remédio para tudo. No Ministério Público Nacional há uma reflexão sobre essa, perdão da expressão, banalização da ação civil pública que aconteceu num primeiro momento. Em algumas Comarcas, o Promotor de Justiça entrava com uma ação civil pública que comprometia 20 por cento do orçamento, no mês posterior ele entrava com outra, na área da infância e juventude, mais 20 por cento do orçamento, no outro mês ele entrava com outra, na área do meio ambiente, mais 20 por cento. Quando se dava conta ele tinha comprometido 120 por cento do orçamento e

ele mesmo já tinha dado a defesa para o Executivo Municipal. Insisto na teoria que se cumprirmos o artigo 86 do Estatuto, trabalharmos de forma articulada, entidades governamentais e não-governamentais do Município, Estado e União, vamos prosperar mais”.

Encerradas as perguntas, Pedro Américo Oliveira, dirigindo-se ao Dr. Saulo Bezerra afirmou que a decisão do Superior Tribunal da Justiça, contrariando as autorizações para trabalho em idade abaixo da permitida por lei gerou certas incompreensões e atitudes. Assim, registrou que o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, com apoio do Fórum Nacional e com o endosso da OIT gostariam de propor à ABMP a promoção de uma discussão nacional em torno deste tema, em algum momento que for conveniente para todos nós. A proposta foi imediata aceita pelo Presidente da entidade, bastando marcar-se a data e o lugar.

O mediador do painel, Delegado Wilson Damázio, fazendo referência à exposição do Comandante Cunha Couto, descreveu as ações encaminhadas no Sertão Pernambucano, na região conhecida como Polígono da Maconha, para tratar do problema do narcoplantio. Fez questão de esclarecer que, com a criação da Delegacia da Polícia Federal em Salgueiro, no quadro de intervenções do Plano Nacional de Segurança Pública, a situação melhorou muito. As políticas públicas ligadas ao apoio e financiamento de culturas legais tiveram resultados e o projeto Controle da Polícia Federal, que realiza um conjunto de ações policiais voltadas para o controle das plantações naquela região, tem funcionado de modo eficaz. Assim, o preço da droga no sertão, que há uns cinco anos ficava em torno de R\$5,00 o quilo, hoje está acima de R\$200,00. O fato demonstra que está havendo falta da mercadoria lá na área produtora. A apreensão de maconha de origem paraguaia em Recife, Natal e Fortaleza também é um forte indicativo de que está escasso o produto na área do Polígono.

“A Polícia Federal também está fazendo operações de erradicação em parceria com a Polícia Paraguaia, as Operações Aliança. Está sendo detectado o fenômeno da migração de plantios. Alguns plantadores estão saindo do Polígono e indo para outros estados ou outras regiões de Pernambuco. A Polícia Federal tem feito a erradicação desses novos plantios e responsabilizado criminalmente todos aqueles que estão envolvidos no plantio e tráfico de maconha. Muitas prisões têm sido feitas, tem funcionado a contento a área de inteligência policial. O trabalho de força-tarefa, envolvendo a Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, a ação articulada após a edição do Plano Nacional de Segurança Pública tem dado resultado, o que me deixa muito feliz”.

Ao final do painel, Saulo Bezerra destacou o fato da ABMP ser a única entidade da América Latina que consegue reunir juizes e promotores de justiça. Comentou, também, a existência de uma forte corrente na ABMP no sentido de abri-la para todos os outros profissionais que são imprescindíveis na área da infância e juventude: o psicólogo, o assistente social e o educador, pois um grande limite do Código de Menores era a centralização na figura do então juiz de menores de funções que não lhe cabia executar, para as quais não tinha formação adequada. Ele, então, era um profissional ruim, em função de não contar com a parceria de todos esses atores imprescindíveis na área da infância e juventude, sem os quais, hoje, ele não pode trabalhar.

Concluindo, afirmou Bezerra que era uma missão de todos, convencer os que são a favor do trabalho infantil, de que a área de trabalho da infância e da adolescência é prioritária neste país e nós temos, a partir dela, uma grande possibilidade de começar uma transformação social da realidade de exclusão e miséria que atinge essa faixa etária. No momento de se retirar, O Dr. Saraiva sugeriu que, ao final do evento, fosse lançado um pronunciamento contrário a redução da idade penal.

Painel 3

28 de novembro de 2002

O segundo dia de Seminário foi iniciado com o Painel 3 - **Narcoplantio e Estratégias de Enfrentamento**. A mesa foi composta por Eliane Araque dos Santos como mediadora; Pedro Luiz Serafim da Silva, Giovanni Quaglia e Jorge Atilio Lulianelli.

A primeira palestra do dia foi realizada por Pedro Luiz Serafim da Silva, Procurador Regional do Trabalho, Coordenador da Defesa da Criança e do Adolescente no estado de Pernambuco e Vice-coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Exploração do Trabalho Adolescente do Ministério Público do Trabalho. Seu tema foi a exposição de uma experiência da política nacional.

Serafim da Silva apresentou um vídeo, veiculado em Pernambuco pela Rede Globo de Televisão, retratando a primeira reportagem de uma série de cinco, todas voltadas para problemas que atingiam a criança e o adolescente, com o título de "Infância Ferida". No caso, o vídeo exibido apresentava a questão do trabalho infantil no narcoplantio da maconha. O vídeo retratava as atividades cotidianas de crianças empregadas no plantio e algumas ações policiais relatadas pelo Delegado Wilson Damázio.

Serafim da Silva também apresentou um conjunto de dados e fotos da região, voltadas para a temática do trabalho infantil, buscando, com as imagens, permitir a compreensão da realidade local a partir de uma linguagem mais direta. A questão da exploração sexual infanto-juvenil na área do Polígono, como uma interface da questão das drogas, foi ressaltada.

Salientando as diferenças entre a situação do Rio de Janeiro e do Sertão de Pernambuco, Serafim da Silva sugeriu que se fizesse também neste último espaço uma pesquisa com as características da pesquisa desenvolvida com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, formulando-se uma metodologia adequada àquela realidade. Chamou a atenção, em especial, para o contraste de inserção. No caso do plantio, não é a adrenalina que se faz presente, mas o medo. O empregado quer apenas receber um salário, não tem interesse em identificar o dono da plantação, que nunca aparece.

No encaminhamento das ações de prevenção no Polígono, o Procurador ressaltou a forte parceria estabelecida entre o poder público e as entidades locais, em especial diversas denominações religiosas, com destaque para a região de Salgueiro, no Sertão Central. A estratégia de enfrentamento se sustentava no encaminhamento de ações conjuntas e integradas, envolvendo governo, sociedade e órgãos fiscalizadores. Ela buscava mobilizar, sensibilizar e organizar as representações locais. O trabalho envolvia procuradores do trabalho, defensores públicos, advogados, auditores fiscais do trabalho, representantes dos governos, da sociedade organizada e dos trabalhadores. Esse tipo de atuação expressava uma preocupação que já orientava as atividades da Procuradoria Regional do Trabalho de Pernambuco. Ela se expressou, inclusive, em 2000, em uma campanha denominada "Combate à Pobreza e Erradicação do Trabalho Infantil".

A preocupação dos líderes locais era o fato de, incorporando os adolescentes ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ao Agente Jovem, identificá-los como trabalhadores no narcoplantio, poderia gerar sua estigmatização ou risco de vida, tendo em vista a possibilidade de que eles pudessem denunciar seus exploradores. O fato da ação policial ser exitosa, no período, facilitou o desenvolvimento do Programa. O Sindicato rural participou de forma muito produtiva no processo de alistamento, pois tinha informações sobre as condições socioeconômicas e suas

ligações com o plantio que a equipe de trabalho, inclusive a polícia, não tinha. Isso facilitou muito o trabalho de alistamento das famílias.

A qualificação do processo de mobilização social, do controle social, da definição com a sociedade de novas estratégias e prioridades no combate ao trabalho precoce, a promoção da capacitação dos atores sociais nas questões relativas aos direitos da criança e do adolescente, foram iniciativas efetivadas pela equipe de trabalho.

Foram feitas oficinas com os operadores do direito (advogados, promotores de justiça, juizes da infância e juizes do trabalho). Foram também realizadas oficinas com representantes dos governos e da sociedade e, em um outro momento reuniu-se representantes do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Estadual, da Delegacia Regional do Trabalho, dos sindicatos e das associações e, posteriormente, fez-se a audiência pública.

Em cada oficina discutiu-se a realidade do trabalho infantil e os próprios participantes estabeleceram propósitos e desafios, em cada tema ou para cada setor. Participaram também da primeira Audiência Pública sobre o tema do trabalho infantil, que contou com a presença, inclusive, de dirigentes de órgãos dos governos estadual e federal responsáveis pela questão.

Uma das propostas, encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado, foi a criação do fundo de compensação para a gratuidade das certidões e outros serviços; a Justiça do Trabalho baixou uma portaria dando prioridade a todos os processos envolvendo crianças e adolescentes, interesses de crianças e adolescentes, espólio ou até mesmo reclamações trabalhistas. A OAB criou o prêmio *Advogado Amigo da Criança* e comprometeu-se a exercer o controle social dos programas sociais executados na região do Polígono, usando como instrumento as informações prestadas pelo Estado.

Poucos setores da sociedade sabiam dos programas que estavam sendo aplicados na região. Foram assumidos compromissos, dentre os quais o dos empresários da região de contribuírem com os fundos estadual e municipal da criança e a criação e regularização dos Conselhos Tutelares, que deveriam garantir a participação das comunidades étnicas, de índios e negros.

A criação de consórcios intermunicipais, com objetivo de criar infraestrutura para a prestação de serviços e atendimento à criança e ao adolescente também foi uma das propostas aprovadas do processo de intervenção, materializando-se na criação de um Núcleo de Atendimento à Criança, administrado através do consórcio de municípios.

As ONGs, sindicatos e associações de trabalhadores se comprometeram a fazer diagnósticos do trabalho infantil nos 14 municípios da região, sob o acompanhamento da Promotoria de Justiça local. Outras ações encaminhadas foram a realização do cadastro do conjunto de beneficiários dos programas sociais, palestras educativas e um seminário regional. O governo do estado pretendia, nesse contexto, ampliar o PETI. Ele levou para região 14 mil bolsas do Programa para dar suporte a esta ação, a todo esse engajamento no combate ao narcoplantio.

Uma segunda audiência foi realizada. Ela reuniu, dentre outros profissionais, promotores de justiça de todos os municípios da região. O Secretário de Defesa Social, responsável pela Polícia Civil e pela Polícia Militar, assumiu auxiliar na melhoria das condições de infra-estrutura, inclusive para o trabalho policial. Nessa audiência, os promotores enfatizaram as deficiências existentes na implementação do Programa: falta de pessoal, alta rotatividade dos quadros das polícias civil e militar, insuficiência de delegados nos municípios. Todas, de uma forma ou de outra, foram superadas. Na audiência, os representantes dos municípios decidiram criar uma frente de combate à exploração da criança e do adolescente no Sertão do Araripe, região também marcada pela exploração do trabalho infantil, tanto no tráfico como na exploração sexual para fins comerciais.

Era importante envolver a juventude nessa questão, destacou Serafim da Silva. Então, ela recebeu toda a informação, através de oficinas específicas. Da mesma forma, era fundamental a capacitação policial. Assim, a Secretaria de Defesa Social desenvolveu módulos de capacitação das polícias para questões como a segurança e circulação de drogas na escola e sobre a forma de abordagem, dentre outros. Uma polícia especializada para o combate ao trabalho infantil é fundamental. Ela deve conhecer a situação e que tipo de abordagem, de acordo com a lei, ela vai realizar.

No final de outubro de 2002, foi feito um movimento para esclarecer sobre a exploração do trabalho infantil que gerou uma forte mobilização na região e envolveu uma grande pluralidade de atores, em particular as Secretarias de Educação. Nos três primeiros meses de 2003, será feita uma avaliação, com os parceiros da região, para identificar os resultados deste trabalho.

O segundo painelistas foi Giovanni Quaglia, representante do escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção ao Crime no Brasil - UNDCP. O tema tratado foi ***“As estratégias de redução de demanda, de oferta e de tratamento das drogas”***.

O elemento central da fala de Quaglia foi a descrição das atividades feitas, no Brasil, pela instituição que dirige. De acordo com ele, o mandato do escritório das Nações Unidas contra drogas e crime é baseado em Convenções e Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas. O escritório tem como objetivo apoiar os governos nacionais no atendimento aos compromissos assumidos contra a droga. A redução da oferta e da demanda de droga, bem como a recuperação do dependente químico e a sua reinserção na sociedade são todos temas ligados ao mandato do escritório.

O representante da UNDCP considerou que a priorização das ações repressivas tem sido uma estratégia muito utilizada em diversos programas de combate ao uso de drogas ao redor do mundo. Contudo, os resultados mostram que a demanda não atendida faz com que a oferta de drogas tenda a voltar a um patamar de equilíbrio. Assim, a redução da demanda com ações na área da educação, da conscientização da sociedade, do envolvimento da iniciativa privada, da sociedade civil e da comunidade em programas para educar a população e recuperar os dependentes, torna-se fundamental para que sejam obtidos resultados positivos e duradouros.

A aplicação de ações integradas visa a reduzir o narcotráfico atacando a sua base de sustentação (a lavagem de dinheiro e a corrupção). A repressão à lavagem de dinheiro, por exemplo, impede que os narcotraficantes desfrutem dos lucros obtidos com o narconegócio e refinancem suas atividades. A divulgação de experiências bem sucedidas e o desenvolvimento de parcerias com organizações que trabalham na área de redução da oferta e da demanda por drogas também são fundamentais. O poder público isoladamente não tem como vencer o narconegócio. A sociedade civil, a comunidade e a iniciativa privada precisam ser envolvidas nesse combate.

O escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção ao Crime traz para o país as experiências que deram certo em outros lugares, tanto na parte da repressão como na parte de prevenção.

O mundo do trabalho é alvo de ações comprovadamente eficazes para a redução da demanda de droga, pelo seu efeito multiplicador na família e na comunidade. Um exemplo de boa prática, citou Quaglia, é o projeto desenvolvido pela UNCDP e o Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul. Graças ao programa de prevenção, 50 empresas foram capazes de reduzir o acidente de trabalho, absenteísmo e melhorar as relações interpessoais nas empresas.

Outro exemplo citado foi o projeto de prevenção da AIDS e do uso indevido de drogas, que está sendo iniciado no Cone Sul, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. O projeto, com foco na integração regional, além de levar aos países vizinhos as práticas brasileiras, tem o pioneirismo de reunir atores plurissetoriais no enfrentamento do problema da droga e sua consequência adversa:

agências da ONU, agências nacionais antidrogas, instituições governamentais de saúde e a sociedade civil.

O problema da droga tem caráter universal, asseverou o representante da ONU. Todos os países são afetados pela consequência de seu uso, grande parte dos problemas das nossas cidades está ligada a essa prática, que tem efeitos sobre a saúde, criminalidade, corrupção, violência, improdutividade, desperdício de recursos etc. Este é um problema universal que exige um esforço compartilhado para o seu enfrentamento. Não podemos imaginar um país combatendo o narcotráfico isoladamente, pois esse é um problema transnacional que desconhece fronteiras. Assim, a atuação conjunta e a cooperação entre países são imprescindíveis para uma ação efetiva contra as drogas e o crime.

O Escritório trabalha também na implementação de projetos voltados para o fortalecimento das instituições responsáveis pelo combate à droga e ao crime. Na área de redução de oferta de drogas foram citados quatro projetos: a modernização da Academia de Polícia; o treinamento de policiais civis e militares nos estados; o controle dos precursores químicos utilizados na fabricação de cocaína; e a implementação de um sistema de informação de dados criminais. A instituição também iniciou, no final de 2001, um projeto de cooperação com o governo brasileiro voltado para o combate ao tráfico de seres humanos.

Na ação de prevenção, continuou Quaglia, é necessária uma abordagem de assistência integral, com o objetivo de reinserir o indivíduo na sociedade. Neste sentido, o UNCDP está desenvolvendo uma ação articulada com a Secretaria Nacional Antidrogas e o Ministério da Saúde, com vistas à ampliação da oferta de serviço de assistência ao dependente químico. Isso implica em trabalhar simultaneamente, tanto na redução da oferta de drogas, como na criação de alternativas para as pessoas que são utilizadas nas plantações e na distribuição da droga.

Jorge Atílio Lulianelli foi o último palestrante do painel. Coordenador de projetos da COINONIA, ONG voltada para a assessoria aos movimentos sociais, seu tema foi ***“O envolvimento de crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas”***. Seu objetivo era debater a construção de alternativas para crianças e jovens que estão envolvidas nesse tipo de atividade.

Sua apresentação sustentou-se em pesquisas realizadas a partir de sua inserção na região do Submédio São Francisco, no Sertão Pernambucano, em apoio aos trabalhadores rurais que foram afetados pela barragem de Itaparica. Ele começou a dedicar-se ao tema do narcoplantio após o assassinato de Fulgêncio Manoel da Silva, líder sindical da região de Santa Maria da Boa Vista. Ele foi assassinado, em 1997, por fazer denúncias a respeito da coação sofrida por alguns trabalhadores rurais, a fim de que plantassem maconha.

A COINONIA formou uma pequena equipe para, entre outras coisas, fazer um levantamento dessa situação. No decorrer da pesquisa, identificou-se que o problema do plantio de drogas no Brasil não é uma questão que se reduza ao Submédio São Francisco. Há o plantio de epadu no Acre, plantio de maconha em todo o Nordeste, segundo o instituto Giovanni Falcone e, mesmo em menor dimensão, no Sul e no Sudeste.

Lulianelli partiu da afirmação de que não é possível tratar do plantio de drogas sem pensar na formação do capitalismo agrário brasileiro e de como que esse capitalismo agrário é destruidor dos direitos dos trabalhadores rurais. Em seguida, é preciso observar o agronegócio do ilícito e como o plantio de maconha contribui na formação de redes econômicas e redes de poder. A partir desse panorama, afirma o palestrante, pode-se olhar com mais detalhes para o plantio de maconha no Submédio São Francisco, em especial a situação deste plantio, sua estrutura básica e a situação da criança e do jovem no plantio.

Para ele, deve-se reconhecer a existência de três tipos de sociabilidade a partir do plantio: a laboral, a da violência e a de resistência.

O narconegócio é uma das atividades produtivas mais lucrativas do capitalismo contemporâneo. Calcula-se que a o conjunto das atividades do crime organizado faça girar no mundo a cifra de 1 trilhão de dólares, sendo que apenas o narconegócio ou tráfico de drogas circula 411 bilhões de dólares. Em 1998 se avaliou que o comércio da maconha faria girar em torno de 41,5 bilhões de dólares, sendo portanto um negócio extremamente lucrativo. Ela é a droga mais consumida no mundo contemporâneo. Estima-se que 144 milhões de pessoas a consumam, ou seja, 2,42 por cento da população mundial. Entre os 134 países que relataram em 2000 serem produtores de drogas, 96 por cento deles produzem maconha. Essas cifras são oferecidas pela UNDCP e, evidentemente, devem ser relativizadas, tendo em vista a dificuldade em conseguir informações precisas sobre essas atividades.

Os dados mostram uma atividade produtiva integrada ao funcionamento da totalidade do sistema. A COINOMIA tem mantido um levantamento sistemático de informações sobre as taxas de morte por causas externas na região, especialmente entre os jovens. As séries históricas têm demonstrado que um dos efeitos da política de erradicação de drogas é o incremento dessas mortes. Em geral, as informações coletadas são qualitativas, levantadas junto a atores locais que têm condições de fornecer esses dados.

Tratando do modo de produção camponês, Lulianelli afirma que "de um modo geral se reconhece que a especificidade do campesinato reside no caráter familiar da produção que empreende, o fato de que o grupo doméstico compõe uma unidade de produção e consumo, com uma relativa independência da unidade frente ao mercado". Por relativa independência se entende uma certa capacidade derivada do controle que exerce sobre os meios de produção e sobre o processo do trabalho. No Brasil, a maior parte das pessoas que vive no campo se organiza em pequenas unidades de produção familiar. A agricultura familiar é a principal responsável pela ocupação desses trabalhadores, embora a maior parte das terras no país não seja ocupada pela produção familiar.

A concentração fundiária se intensifica nos anos 60 e 70. No ano de 2000, de acordo o índice Gini, a concentração de terras no Brasil é de 0,9. Ele está a um décimo da concentração absoluta. Em função desse quadro, entre 1969 e 1974 foram escravizadas 90 mil pessoas no campo. O que mantém essa situação de ausência de direito dos trabalhadores no campo, por seu turno, é a ausência de políticas públicas, agrícola e agrária. Nos anos 90, houve um período gravíssimo de conflitos sociais agrários, com uma média de assassinatos de 35 trabalhadores rurais por ano, quer dizer a cada dez dias se mata um trabalhador rural no Brasil por conta dos conflitos agrários.

Assim, não se pode desvincular a reflexão sobre o envolvimento de trabalhadores rurais, de crianças e jovens no plantio de drogas ilícitas sem discutir a ausência de direitos dos trabalhadores rurais no Brasil, a inexistência de políticas públicas, da situação de expulsão do homem do campo. O Movimento Sem Terra é uma demonstração de que a reforma agrária continua sendo uma ação necessária para a mudança da realidade camponesa no Brasil.

Em termos de áreas cultivadas, Lulianelli apresentou uma série de dados sobre as áreas utilizadas para o cultivo de drogas, destacando ser o espaço, no mundo, dedicado à maconha muito maior do que o destina ao ópio ou à folha de coca. De acordo com a UNDCP, foram apreendidas, no mundo, 2.296 toneladas. Como o órgão acredita que menos de 10 por cento do produto é apreendido, significa que teria sido produzido cerca de 30 mil toneladas, com cerca de 1 milhão 850 mil hectares de terra ocupada pelo plantio. Caso seja aplicada a mesma proporcionalidade para o

caso brasileiro, em 1998, 28 toneladas foram apreendidas. Elas corresponderiam à produção total de 286 toneladas de erva produzida e a 4.592 hectares.

O palestrante considerou a estimativa muito pequena, embora as estimativas feitas para a Colômbia e para o Peru fiquem na faixa de 3.500 hectares ocupados. Para ilustrar sua hipótese, citou o exemplo da erradicação de pés na Bahia e Pernambuco no ano de 2000, 1 milhão e 813.483 três pés, o que corresponderia a cerca de 725 toneladas, para uma produção total em torno de sete mil toneladas, que utilizaria 118 mil hectares. Isso corresponderia, por exemplo, ao que o Ministério Público diz em termos de mão-de-obra ocupada: haveria 40 mil trabalhadores envolvidos no plantio de drogas naquela região do Submédio, dentre os quais dez mil crianças e jovens. No caso da área ocupada pelo plantio de maconha no Brasil, o Delegado Wilson Damázio contestou os dados sugeridos pelo pesquisador, achando-os muito acima da realidade existente.

A *Cannabis sativa* é de origem indiana, lembrou Jorge Atilio Lulianelli. No Brasil, há registro do seu uso, pelos escravos, desde o século XVIII. A primeira proibição para o seu uso foi feita no município do Rio de Janeiro, em 1830. Mesmo assim, era uma proibição para uso e para uso muito específico na cidade. A *Cannabis* continuou sendo usada nas plantações, principalmente no Nordeste. A criminalização pelo seu uso data de 1930. O plantio no Nordeste existente desde a Colônia teve uma intensificação em escala industrial na segunda metade da década de 80. Naquele período, ocorrem na região do Submédio São Francisco, o “escândalo da mandioca”, a crise do preço da cebola e a crise do mercado algodoeiro. Tudo isso contribuiu na realocação dos trabalhadores para um outro tipo de atividade agrícola, como a *Cannabis*.

Cabe ressaltar, afirmou o palestrante, ser aquela área uma região de agricultura familiar. Na agricultura familiar, a agregação da mão-de-obra infanto-juvenil é parte do processo de socialização da criança e do jovem. Assim, nem todo o trabalho infantil é visto como perigoso. Há todo um processo de socialização da criança no seio da família, especialmente no campo e, às vezes, o trabalho é parte desse processo. Isso deve ser considerado quando se observa tanto a questão da agricultura familiar, quanto o envolvimento no plantio de drogas ilícitas como a maconha.

O plantio de drogas ilícitas acaba gerando uma concentração de poder em determinadas redes. A ausência de políticas agrícolas e agrárias na região, associada a uma série de elementos de violência tradicional acaba reforçando a expulsão do homem do campo. Em relação às drogas ilícitas, desde 1941 a única política que se tem mantido em relação ao plantio de maconha tem sido a repressão e a erradicação das áreas de plantio. No entanto, qual é o resultado que se tem obtido? Isso tem provocado, especialmente a partir dos anos 90, o aumento dos índices de morte de crianças e jovens na região; isso tem expandido a violência na região e intensificado as redes de criminalidade organizada, regadas numa ciranda econômico-financeira do sistema das drogas. Rede que envolveria até um vínculo entre o que se chamava “Comando Caipira”, na região do sertão pernambucano e a organização criminoso Comando Vermelho do Rio de Janeiro.

Lulianelli questionou, sobremaneira a manutenção, há mais de 60 anos de uma mesma política, tendo em vista que, no período, o produto continuou sendo cultivado, inclusive em áreas irrigadas pelo governo. Em março deste ano, a Polícia Federal identificou um loteamento irrigado onde milhares de pés de maconha estavam sendo plantados. A rede do narcoplantio gerou uma violência estrutural, expressas em duas semânticas que interagem: uma violência tradicional, manifesta pelas oligarquias locais na luta pela ocupação da terra e, também a provocada por rixas familiares. Ela antecede o plantio de drogas em escala industrial. Há, também, uma violência moderna, derivada de um projeto de desenvolvimento promovido pelo próprio Estado: a violência da repressão policial em função do plantio e a violência que se agrega ao crime organizado. Essas situações acabam se entrecruzando e reforçando um ciclo de violência muito intenso na região.

A seguir Lulianelli apresentou a estrutura organizativa da área do plantio de maconha. Haveria os financiadores e planejadores da produção; os gerentes, que são as próprias famílias; a segurança, composta por pessoas armadas, que fazem o papel de vigilância; e os transportadores, que também usam armas. Por fim, os plantadores, que não usam armas, eles usam enxada.

Esse plantador, em geral, é um pequeno proprietário rural ou um trabalhador rural assalariado. Como já foi dito, são 40 mil, sendo dez mil crianças e adolescentes. A forma de recrutamento pode ser amistosa, que parece ser a principal. São parentes ou amigos que convidam para o plantio. A pessoa entra para o plantio, gasta os recursos do plantio nos bares e nas festas locais. Outra forma é a coação. Neste caso, a pessoa fica detida nove meses na área de plantio, mas isso não parece ser comum.

Continuando, o palestrante tratou das três correntes formadoras da sociabilidade. A sociabilidade que se dá pelo trabalho, na qual as crianças são integradas no tal trabalho de forma não violenta. Em geral vão com a família. São meninos que vão plantar, as meninas quase não vão. Eles não ficam reclusos, pelo menos os que nós entrevistamos, eles permanecem na área durante o período de cultivo, dormem em casa, nos finais de semana vão para as festas, para os bares, gastam o dinheiro lá. Essa integração por meio do trabalho é em função da necessidade econômica, mas há também essa compulsão ao consumo. Estimulados pelos meios de comunicação, eles querem consumir as mesmas coisas que qualquer outro jovem no Brasil, querem comprar calça de marca, tênis de marca.

Na sociabilidade do trabalho, há um certo aspecto positivo, já que o jovem está sendo integrado na vida familiar. Do ponto de vista da integração social, ele participar do trabalho do pai não é uma coisa ruim. Vários trabalhadores rurais e jovens dizem que no ato do trabalho são trabalhadores, apenas quando são presos é que se tornam criminosos. Isso é muito relevante para se entender como é que o trabalhador rural se envolve no plantio. Para ele, plantar não é ilícito, é uma atividade comum, da vida cotidiana, ele precisa fazer isso para sobreviver, então não há na concepção do próprio trabalhador uma infração. O fato dele ser tratado como criminoso o desqualifica como trabalhador e é o mesmo fato que faz com que ele se auto qualifique como trabalhador na medida em que não é preso, isso também corresponde a sociabilidade do trabalho.

Na sociabilidade da violência, ela é gerada pela própria repressão policial que é indistinta. Tanto faz o jovem ser plantador, como ser transportador, segurança, ele acaba sendo muitas vezes até morto. Há também a violência dos próprios agentes do crime, que na maior parte das vezes são jovens, aqueles contratados para fazer a segurança. Muitas vezes, eles não são das próprias regiões onde se faz o plantio. Vale registrar que o próprio ato desse jovem se tornar um agente da violência também é uma forma desta se materializar.

Há também uma sociabilidade de resistência, como o projeto Escola da Paz, desenvolvido em Floresta pelo bispo Dom Adriano. Há toda uma série de ações sócio-educativas, políticas-pedagógicas que são desenvolvidas inclusive pelos jovens.

Ao final de sua apresentação, o palestrante destacou algumas políticas públicas que poderiam contribuir para o combate ao fenômeno do narcoplantio no Submédio do São Francisco:

- a interrupção imediata da contra reforma agrária no Submédio e a conclusão do reassentamento de Itaparica, a fim de gerar uma alternativa de desenvolvimento.
- uma política de crédito especial para os jovens agricultores.
- uma política de ação preventiva, em especial para os jovens.
- a implementação de diretrizes operacionais para as escolas do campo.

-
- o apoio financeiro para os atores que estão naquela região desenvolvendo ações alternativas.
 - a produção de diagnósticos para o melhor planejamento das ações.

Lulianelli enfatizou também a importância de se pensar na descriminalização do trabalhador rural. Se é possível pensar que usuário merece uma atenção terapêutica porque não pensar no trabalhador como alguém envolvido por um imperativo econômico, que mereça pelo menos uma atenuação da pena? Por que o trabalhador rural tem que ser tratado como traficante, já que ele é contratado para aquela ação e age produtivamente? É preciso pensar-se em um outro tipo de legislação, concluiu o palestrante. Há que se pensar na legalização das drogas ou ao menos na legalização da cadeia produtiva da Cannabis.

Encerrada a apresentação, a mediadora, Eliane Araque dos Santos fez algumas breves considerações sobre as três exposições realizadas no terceiro painel. Inicialmente, destacou um sentimento comum entre as crianças empregadas no narcoplantio e as empregadas no narcotráfico, no caso, o medo, seja de morrer ou de represálias. Chamou-lhe atenção, também, o peso do vilipêndio dos direitos dos trabalhadores rurais como um elemento essencial do problema do narcoplantio, assim como a dificuldade dos trabalhadores de terem acesso à terra. Nesse caso, o ilícito cometido por esse trabalhador, de fato, tem um caráter diferente em relação a outras ações criminosas e isso deve ser levado em conta.

Outros aspectos valorizados na reflexão da mediadora foram questões como a necessidade de investimento na educação rural e a criação de linhas de microcrédito para o financiamento das famílias rurais. No caso do trabalho infantil em regime de economia familiar, Eliane Araque problematizou a sua valoração, mesmo nos casos em que se manifeste como uma forma de socialização. Considerou que essa forma não evita o desrespeito ao desenvolvimento e à proteção que são devidos à criança.

Com relação ao narcoplantio, salientou o aumento de seu cultivo nas diversas regiões brasileiras, tornando-se um problema nacional. Ele se articula com uma série de outras atividades, como comércio de armas, tráfico de pessoas humanas, exploração sexual, enfim, o fortalecimento do crime organizado. A falta de uma legislação adequada para esse tipo de empreendimento criminoso, de acordo com os especialistas, inclusive a sua própria definição, é um limite que precisa ser superado para o seu devido enfrentamento. O aspecto mais central, todavia, enfatizado em todas as falas, é a eficácia da articulação entre os diversos atores que lidam com o problema, em particular a comunidade.

Encerrada a fala da mediadora, foi aberto o debate, que não contou com a presença do Dr. Pedro Luiz Serafim da Silva, impedido por razões pessoais de aguardar o término das falas.

Perguntas para Giovanni Quaglia:

1. *“Como o UNDCP pode auxiliar a Polícia Federal na prevenção e repressão ao narcotráfico e na utilização de crianças nessa atividade ilícita?”.*
2. *“Poderia o UNDCP patrocinar um Seminário desse tipo na região do Polígono da maconha?”.*

Quaglia: “no Brasil, o último levantamento feito pela Secretaria Nacional Antidrogas revelou que existem aproximadamente três milhões de brasileiros que usam maconha. Então, temos uma demanda muito grande e a resposta não pode ser local. Temos e vamos ajudar não somente a Polícia Federal na definição de uma estratégia nacional sobre este tema, porque temos que trabalhar de forma integrada, com a participação da sociedade. Para ser muito franco não adianta muito

erradicar 20, 50 ou mesmo 200 hectares de maconha por ano. Isso são ações de caráter pontual, demonstrativa, mas não vão passar disso. Se, de um lado, temos três milhões de usuários e de outro lado temos 40 mil pessoas que estão dedicadas a produção e dos quais cerca de dez mil são adolescentes, temos que ver a coisa de forma integrada”.

3. “Porque o escritório das Nações Unidas não coloca a mesma ênfase no combate ao tráfico de armas que concede ao tráfico de drogas, visto serem as armas leves instrumentos fundamentais para o recrudescimento da violência e a degradação da qualidade de vida, em particular no espaço urbano?”.

Quaglia: “o nosso escritório começou a atuar no Brasil em 1991 como Programa de Combate às Drogas que é conhecido com a sigla em inglês UNDCP. Há dois anos que incluímos, como parte do nosso trabalho, o combate ao crime. Então, temos agora no Brasil dois programas; um que se ocupa da droga e outro que se ocupa do crime, este último muito mais recente. Estamos começando a ver, com o governo do Brasil, quais são as ações mais urgentes a tomar, seguramente o aspecto de armas é extremamente importante, até porque armas e drogas caminham juntos. O problema é que, no Brasil, 90 por cento das armas são de contrabando e as armas que estão registradas na polícia só representam uma pequena quantidade que são as armas vendidas pelas indústrias brasileiras ou compradas de forma regulamentar. Então, também isto tem que ser visto no contexto mais global da luta ao contrabando de armas e de todos os outros produtos.

Perguntas para Jorge Atilio Lulianelli:

1. “Como o Sr. avalia a política fundiária do governo FHC, em especial na gestão [do Ministro] Jungman, com relação ao estado de Pernambuco?”.

Lulianelli: “o governo Fernando Henrique foi, do ponto de vista da política agrícola e agrária, desastroso e falacioso. Nos últimos dez anos há uma ausência quase completa de política fundiária. O Ministro Jungman propôs realizar em Pernambuco uma série de assentamentos e expropriação de terras que tinham sido usadas para a agricultura do ilícito. Esta proposta era de milhares e isso não chegou a centenas, de certa forma isso responde a sua pergunta. Os investimentos previstos no orçamento nunca foram totalmente cumpridos. A quantidade de assentamentos, alardeada como a maior conquista da reforma agrária feita pelo Estado, foi profundamente aquém da necessidade nacional. Então, o que o Jungman (não) fez, no estado de Pernambuco, foi um reflexo da política nacional”.

2. “A estatística apresentada não corresponde à realidade especialmente no tocante às apreensões de maconha no Brasil, pois 90 por cento das 28 toneladas de 1998 foram de origem paraguaia, no Brasil a erradicação é feita por pés”.

Lulianelli: “em 1998, foram 161 toneladas, das quais 110 eram do Paraguai e 51 toneladas eram nacionais e eu fiz um cálculo sobre as 51 toneladas. Para explicar como fiz o cálculo, vou ler a nota metodológica colocada no texto: ‘dada a extensão do território nacional pareceu mais verossímil utilizar as taxas proporcionais pelas relações entre apreensão, produção e a área agricultável que a UNDCP utilizou para o mundo. Essas taxas, entretanto, não correspondem por exemplo à produção colombiana. No mundo, as relações entre as taxas de apreensão/produção são 1/10,25; produção/área agricultável são 1/16. No caso da Colômbia, as taxas de apreensão/produção, no caso, é de 1/3,48; produção/área agricultável é de 1/1’. Isso significaria o seguinte no caso brasileiro e nos casos da Bahia e Pernambuco: em 1998, foram apreendidas 28 toneladas, sendo estimada uma

produção total de 97 toneladas e uma área agricultável de 97 hectares, supondo um para um. Para a Bahia e Pernambuco, no ano de 2000, considerando os pés de maconha destruídos: 725 toneladas de produção, para uma área agricultável de 2.524 hectares. Quando estimei, levei em conta os conflitos sociais agrários na região da Bahia e Pernambuco, que ocuparam 134 mil hectares, em função da extensão do território nacional e supondo este dado da UNDCP, de que a apreensão é extremamente inferior à produção”.

Aparte do Delegado da Polícia Federal Wilson Damázio, autor da questão:

“desejo fazer apenas uma explicação, não estou querendo polemizar: as 28 toneladas que o senhor fala, de 1998, significam maconha apreendida *in natura*, ou seja, aquela que já estava prensada e prestes a ser consumida. 80 a 90 por cento dessa maconha é de origem paraguaia, pois a produzida no Nordeste, a gente erradica nessa mesma proporção, ou seja, impede que ela entre no mercado consumidor. A gente está a cada dois meses e meio no Polígono acompanhando o ciclo produtivo da planta. Então, fazer um paralelo entre a maconha que é apreendida *in natura* e a área plantada gera uma falsa idéia. Esse ano, a Polícia Federal já erradicou dois milhões de pés, isso significa 800 toneladas da droga fora do mercado consumidor”.

Lulianelli: “não quero rebater, só fazer algumas considerações do que eu apresentei: a própria UNDCP, quando faz os cálculos da matéria apreendida, produção e área agricultável, faz uma relação sempre entre o que é apreendido, área agricultável utilizada e a produção no próprio país do qual ela está tratando. Então, utilizei os dados da própria UNDCP, no caso de 1998. Mas, segundo as informações da Polícia Federal, não havia nesse ano a distinção que foi feita no ano 2000 entre a maconha apreendida de origem nacional e de origem paraguaia. Então, por suposição, essas 28 em 1998 são nacionais.

Em 2000 houve uma distinção: 51 toneladas seriam oriundas do Brasil e 110 seriam de origem paraguaia. Assim, o número de 1.813.483 pés erradicados em Bahia e Pernambuco no ano 2000 corresponderiam, segundo os próprios cálculos da Polícia, a 725,39 toneladas. O que fiz foi uma projeção: 1.813.483 pés de maconha correspondem a 720 toneladas, e se isso, segundo a UNDCP, corresponde a um décimo da produção, haveria, então, dez vezes mais do que isso. Isso me parece mais factível diante do fato de termos 40 mil pessoas envolvidas no plantio. Se a produção erradicada corresponde a 80 por cento da produção brasileira, não faz sentido ter 40 mil pessoas trabalhando nisso, conforme considera o Ministério Público, notícia, inclusive, publicada no jornal “O Dia”. Prefiro acreditar naquilo que eu estou vendo”.

Delegado Damázio: “há quatro meses que, a cada dois meses e meio nós colocamos quatro helicópteros, 70 policiais, envolvemos o pessoal da PM também, e percorremos toda aquela região, as áreas tradicionais de cultivo, tudo que é lugar, fiscalizamos tudo, então prefiro acreditar nisso”.

Lulianelli: “Como cientista social, só posso me ater aos dados que a própria entidade fornece. Obrigado, Delegado Damázio, pela observação”.

3. “Qual o tipo de tratamento que está sendo concedido aos adolescentes encontrados nas plantações pela justiça?”

Lulianelli: “esse é um tema interessante. Quando ele é apreendido naquela área em flagrante, é levado primeiro para a delegacia e depois transferido para as Unidades em Recife. Ele sai da região e fica detido no Recife, fora da sua região, sem conviver com a família, convivendo com jovens criminosos e infratores que cometeram, às vezes, infrações muito mais graves do que a dele, pois ele estava lá plantando com o pai dele. Quando ele volta, volta alguém que teve todo um processo de aprendizado de outras formas de infração. Então, o tratamento que a justiça tem dado é injusto, não há lamentavelmente uma atenção especial a ele, pelo menos não que seja do meu conhecimento. Não conheço até o momento nenhuma medida sócio-educativa especialmente aplicada nas crianças e jovens que foram apreendidos em área de plantio”.

4. “De certa forma você já colocou a questão, mas se você quiser complementar: que representação as crianças e adolescentes fazem do plantio da maconha, elas têm consciência do seu papel em todo este processo?”

Lulianelli: “eu já tinha falado antes, mas gostaria de acrescentar o seguinte: na notícia do telejornal [presente no vídeo passado pelo Dr. Serafim da Silva], falou-se de crianças envolvidas com seis anos. Na nossa experiência de investigação, a idade mais tenra observada nas áreas de plantio foi de doze anos, nenhuma criança com idade menor que essa e meninos sempre. Eles iam sempre trabalhar junto com os irmãos e o pai, ou tios e primos, sempre como uma atividade familiar. Volto a repetir, mesmo para o trabalhador rural adulto a representação da atividade [de narcoplantio] não é infracional, mas uma atividade produtiva. Ele não usa arma, usa enxada, tem medo dos outros que usam arma e são segurança, que na maior parte nem é da própria região. Ele tem medo da polícia porque quando a polícia chega pega tanto o segurança quanto ele que vai plantar. Para ele, só se torna criminoso, e os filhos também consideram isso, quando são apreendidos, a detenção é que o torna criminoso, mas a atividade em si é vista como uma atividade laboral, como plantar cebola, por exemplo”.

5. “A lei 8.257 de 1991 fala em expropriação de terras quando é encontrado plantio de drogas ilícitas, você tem conhecimento se estão sendo feitas essas expropriações?”

Lulianelli: “como eu disse, segundo o Ministro Jungman seriam feitas milhares, mas elas não passaram de algumas centenas. Não tenho um número exato aqui, por isso não posso falar mais do que isso. Entretanto, a gente também tem que pensar no caso da expropriação. Essas áreas de plantio são de pequenos produtores rurais, não são latifúndios, não há notícias - pelo menos eu não tenho -, de plantio de maconha em um latifúndio. Em geral, é um lavrador pobre que usa sua pequena propriedade para plantio de subsistência. Assim, é extremamente injusto expropriar a terra desse lavrador, seria continuar o processo de contra-reforma agrária. A gente tem que encarar com mais decisão na sociedade o debate sobre descriminalização e legalização, em especial no caso do plantio de maconha, em especial na região do Submédio. O plantio é uma atividade produtiva, lucrativa, que envolve milhares de pessoas. Ele pode ser transformado e até beneficiar a própria economia local. Como uma atividade ilícita, o resultado é a violência da repressão e a violência das organizações que dominam a produção. Então, dado o caráter ilícito do objeto que é produzido, não há condições de se promover a dignidade das pessoas, as pessoas não têm como se autopromoverem e promoverem a auto-estima”.

Painel 4

28 de novembro de 2002

O segundo painel da manhã do dia 28 de novembro de 2002 foi o quarto do Seminário. Seu título foi **“A Escola como ambiente de combate e prevenção: como potencializar seu papel nas comunidades de risco”**. A mesa foi composta por Maria America Ungaretti, Coordenadora dos projetos de Erradicação do Trabalho Infantil e Exploração Sexual do UNICEF, que atuou como mediadora; Lacy Barca de Andrade, representante das Organizações Globo; Denise Paiva, Gerente do Programa Nacional Paz nas Escolas, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Lara Gloria Areias Prado, então Secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação - MEC e membro do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Coube à representante do MEC iniciar a série de exposições. O tema abordado era apresentado na forma de um desafio: **“Como a escola pública deveria atuar nas comunidades”**.

Lara Prado iniciou sua fala identificando a proximidade do debate sobre os vínculos entre a escola e a comunidade e a questão da desigualdade social. O impacto da violência é muito profundo e ainda não sabemos lidar com ela. Há uma profunda crise ética de valores, que atinge em especial os jovens. A relação entre escola e comunidade, nesse sentido, é um tema fundamental, que possibilita o encaminhamento de outras intervenções. A respeito da escola pública, nos últimos oito anos foi completado um processo que já vinha acontecendo desde a década de 80, que foi a universalização do acesso e o avanço na oferta de vagas para o ensino médio. Atualmente, a escola pública atende basicamente a população mais pobre. Logo, ela é uma instituição que reflete, de certa forma, todas as contradições que a sociedade está vivendo.

Pesquisas como a realizada pela OIT são muito importantes, pois a intervenção do poder público demanda dados, diagnósticos, até para evitar o desperdício, em um país tão diverso como o Brasil. Estudos com grupos qualitativos feitos pelo MEC na periferia dos grandes centros apresentam resultados muito próximos ao encontrado na pesquisa da OIT, criando possibilidades para o próximo governo estabelecer políticas públicas mais diretas.

A Secretária do Ministério da Educação destacou a elaboração, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, de um material de orientação à escola sobre as relações com a comunidade. Esse material incorporou, na sua versão final, a participação de professores, pais, alunos etc. Mas, afirmou Prado, quem conseguiu implantar o material foi o Ministério da Justiça, porque as Secretarias de Educação não o priorizaram e o difundiram. O material foi trabalhado com outros segmentos da sociedade, de forma articulada e com grande sucesso.

As prefeituras são obrigadas a lidarem de forma direta com o tema da violência na escola. As soluções encontradas para tratar a questão giram em torno da dicotomia incluídos e excluídos e, têm sido marcadas pelo caráter compensatório. Esse tipo de medidas, pensadas por integrantes do mundo dos incluídos - professores universitários, advogados, procuradores etc, terminam por reforçar a exclusão, a segregação.

Citou, nesse caso, os Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs (como exemplo de uma proposta pedagógica excludente, que não reconhece a capacidade e a condição de vida dos moradores dos morros e não alavanca as pessoas). O CIEP “era uma escola ‘para rico’: enorme, maravilhosa, que tinha balé, que tinha muitas outras atividades e o que acontece? É um aparelho, aparelho que imediatamente é tomado pelo narcotráfico, que o ocupa e passa a dele tomar conta”.

Um exemplo de programa que leva em conta as necessidades locais, para a Secretária de Ensino Fundamental, são os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. Realçou, como referência, a difusão deles na região do Polígono da Maconha e a possibilidade de contribuir no enfrentamento dos problemas locais.

Para Prado, com o projeto que está sendo criado pela Prefeitura de São Paulo, os ‘escolões’, deve ocorrer o mesmo que aconteceu com os CIEPS: vão custar muito caro e serão aparelhados pelo tráfico também. Isso porque o tráfico consegue oferecer mais possibilidades aos excluídos do que a sociedade, como demonstram as pesquisas qualitativas. E isso não é culpa do governo FHC. O governo Lula vai enfrentar o mesmo problema. A principal razão é pensar-se a questão do ponto de vista dos incluídos, não considerar que os excluídos moradores no morro do Rio ou na periferia de São Paulo têm condições e são eles que devem enfrentar este problema. Isso exige a construção de uma proposta multissetorial.

A escola da periferia hoje tem os professores mais mal formados, pois são pobres e fizeram a pior faculdade, não tem merendeira, ninguém quer morar lá, os funcionários não são de lá, não tem vínculo com os seus alunos, os profissionais não têm sentimento de pertencimento à localidade, não têm auto-estima, todo o setor público que ali está, está de passagem. Logo, alavancar a comunidade local, sozinho, é muito difícil. É preciso levar gente para formar aqueles professores, levando junto a polícia. Uma polícia especial e treinada, que saiba trabalhar nos espaços populares. Seriam policiais atuando como agentes comunitários. E as ONGs são parceiras fundamentais nesse treinamento. Elas têm condições de criar projetos que permitam, por exemplo, a profissionalização dos meninos que estão sem alternativa e terminam indo para o tráfico. Esse projeto deve ser elaborado a partir de uma orientação do governo federal e articulado com as duas esferas executoras de políticas: os governos estaduais e municipais.

Finalizando, Lara Prado elogiou um conjunto de proposições e ações do governo Fernando Henrique, tanto em relação ao MST como em relação ao funcionalismo público e ao reequipamento do aparelho público. “Não fizemos tudo, a luta continua e continua com força, mas o que eu gostaria de deixar para vocês é que esta foi uma questão que nós pensamos com seriedade. Discutir a educação em áreas de narcotráfico significa politizar a discussão, entender exatamente o que está acontecendo, trabalhar dentro daquilo que os parâmetros curriculares nacionais propõem, que é a base deles: o convívio social democrático, o que significa entendermos com muita clareza o papel de cada um dos parceiros e porque a sociedade hoje está mais pobre e vive essa situação”.

Após a intervenção de Lara Prado, a mediadora, Maria America Ungaretti fez uma consideração de ordem geral. Para ela, “a fala da professora Lara Prado foi muito relevante para o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em especial devido à abordagem de duas questões muito importantes: a primeira delas é a despolitização da educação. Tivemos um avanço importante em termos do acesso, pois a taxa de escolarização que aumentou de forma significativa, mas o Ministério da Educação não conseguiu sensibilizar os integrantes do sistema educativo (os professores, diretores, técnicos, gestores, alunos) para a questão da inclusão escolar de crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil.

Além disso, muitas questões integrantes do cotidiano das crianças incluídas e excluídas, foram encaminhadas pelo Ministério da Justiça que implementou o Programa Paz nas Escolas. Então, fica evidente que o sistema educacional permanece ausente do processo de prevenção e erradicação do trabalho infantil, não participando de forma efetiva dos Fóruns Nacional e Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Esta questão é pertinente porque a erradicação do trabalho

infantil não será conseguida sem parcerias, sem interdisciplinaridade ou multisetorialidade, sem o reconhecimento de que todos os atores do sistema da garantia de direitos devem participar da resolução deste problema.

Após as considerações, a mediadora encaminhou imediatamente à palestrante as perguntas que chegaram à mesa, tendo em vista sua necessidade de atender um compromisso.

Perguntas para Iara Prado:

1. “A educação tem papel fundamental na vida da criança e do adolescente, enquanto sujeito de direito e pessoa em desenvolvimento. Por esse motivo, a inserção dos jovens atendidos pelo PETI na jornada escolar ampliada é uma das principais e fundamentais ações do governo, possibilitando ao aluno a permanência no processo educacional. Como o MEC vem atuando junto aos estados e municípios, a fim de facilitar tal ação e na busca de implementar o disposto na LDB quanto à jornada integral no ensino fundamental?”.

Iara Prado: “o papel do Ministério de Educação é o de articulação entre as três esferas. Durante os quatro primeiros anos de governo nós definimos um currículo: o infantil; o de 1ª a 4ª; o de 5ª a 8ª; o de educação de jovens e adultos; e o de educação indígena. Esse currículo tinha um núcleo central, baseado na Constituição de 1988. Os objetivos principais do currículo são a transformação da escola num espaço de convívio social para que os alunos possam se transformar em cidadãos. O Brasil tem leis, mas elas não são exercidas e não são incorporadas pelas escolas. Então, esse currículo tem três princípios básicos: o do diálogo, o da solidariedade e o terceiro é do respeito à diversidade. Foi em cima disso que nós desenvolvemos as áreas. Essa é uma parte da resposta.

Sobre a forma como temos trabalhado esse currículo, nos quatro anos seguintes do governo Fernando Henrique nós implementamos esse currículo para quem quis. O Estado é Federativo e existe uma autonomia, respeitando a lei de diretrizes e bases. Logo, oferecemos um programa de implantação dos currículos. Trabalhamos com 3.300 municípios implantando os parâmetros curriculares, formando uma rede nacional de professores formadores, por adesão. Os municípios que aderiram em todos os estados da Federação - com exceção do Amapá que foi o único que só trabalhou o tema meio ambiente -, tinham menos de 20 mil habitantes, ou seja, trabalhamos exatamente onde a universidade não chega, em municípios de pequeno porte. A nossa principal função é trabalhar com Norte, Nordeste e Centro Oeste. O Ministério tem que trabalhar nos lugares mais pobres e nos lugares que recebem menos impostos para buscar equidade. Os nossos materiais são colocados à disposição, inclusive para programas que não são desenvolvidos por nós. Qualquer entidade não governamental pode pedir os materiais, existe um catálogo que nós deixamos para o próximo governo”.

2. “Como a escola trabalha ao descobrir que certo aluno é usuário de drogas; existe na rede pública de ensino equipe multidisciplinar?”

Iara Prado: “caso exista, é nas escolas do plano piloto, no município de Porto Alegre, que é uma rede de excelência na qual o professor ganha muito bem, tem nível universitário, quiçá exista uma equipe multidisciplinar. De modo geral, os professores morrem de medo; para eles é uma beleza o dia que morre algum traficante e eles decidem fechar a escola: ‘é um dia a mais de vida’. Nós temos que criar uma equipe multidisciplinar que funcione em caráter excepcional. Ela precisa da proteção do governo, da polícia, tem que ter perua levando professor na escola,

tem que mostrar um outro poder. Hoje, quem faz isso é o traficante, ele é quem dá as condições, resolve o problema etc.

A grande batalha na educação é formar um professor para ser, nesse quadro, um intelectual, um pesquisador, uma pessoa atualizada, um cidadão do mundo. Todo mundo dizia que os PCNs eram avançados demais para os professores mal preparados, isso porque têm temas transversais, trata da pluralidade cultural, da ética, da orientação sexual. Nós temos 560 mil professores organizados em grupos de estudos nas escolas, o que representa uma grande parcela do universo de professores da escola pública. O interesse é muito grande nesse tipo de iniciativa. Os grupos funcionam na escola porque é ela que tem que mudar. Esse trabalho é o nosso sonho, mas acho que ainda tem uns oito a dez anos de política séria na educação para a gente chegar a essa meta”.

3. “Os parâmetros curriculares nacionais não terminam por criar uma situação paradoxal, pois de um lado fazem avançar e aprofundar a qualidade do ensino, mas de outro o pasteurizam? No caso das escolas do campo não permanece o urbanocentrismo? Como democratizar mais a gestão da educação com maior participação das comunidades locais e dos movimentos sociais?”

Lara Prado: “os parâmetros, no momento do lançamento, foram acusados de serem muito elaborados, apesar de nós termos aproveitado a experiência das melhores prefeituras do Brasil. Experiências curriculares de Porto Alegre, de Belo Horizonte (que naquele momento tinha um belo currículo), de São Paulo. Então, sabíamos que ele era possível. Fizemos uma proposta pedagógica de intervenção, um pacote, inclusive no sentido literal (são caixinhas com 10, 12 volumes). Quem mais está interessado é quem não tem acesso à universidade, quem não acha que já sabe tudo, quem não tem informação, são esses pequenos municípios os interessados.

Sobre a educação das populações que vivem no campo, é um problema a ser enfrentado. O Brasil o tem tratado de uma forma errada e alguns trabalhos apontam isso com força. Um deles se chama ‘Cidade Imaginária’, do José Eli da Veiga, que mostra como o Censo usa um tipo de classificação entre o urbano e rural que é totalmente errado. A mudança na forma de produção não cria o urbano, ela cria o rural-urbano. Quem mora num pequeno município e trabalha numa pequena propriedade, não mora nela e o nosso Censo não capta esse tipo de situação.

Temos um programa para a escola rural que se chama ‘Escola Ativa’, baseado numa experiência da Colômbia. Ele é um programa que respeita calendários, que conta com a participação da comunidade local etc. Para fazer a intervenção é preciso a comunidade ajudar a defini-la. O Conselho Nacional de Educação discutiu uma diretriz voltada para a educação rural, mas ela é tão aberta que não funciona como diretriz e não vai resolver. Há a diversidade do país, não existe rural, mas rurais. O rural do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, na área de pequena propriedade, vai muito bem. Até mesmo Petrolina, que é a ponta do polígono da maconha tem uma escola rural com um desempenho melhor do que a escola urbana local. Isso porque a cidade é rica, todo mundo tem trabalho etc. O tratamento dessa questão requer ainda a criação, pelo governo eleito, de vários fóruns, na perspectiva de criar políticas públicas. Estas não devem ser universais, principalmente na área do campo, têm que respeitar a diversidade: uma está no cerrado, a outra é no semi-árido, a outra no Rio Grande do Sul em plena Mata Atlântica etc. Esta é, sem dúvida, uma questão da próxima pauta educacional”.

4. “Gostaria que a professora Lara Prado explicitasse mais a questão da insensibilidade do Governo FHC em relação aos trabalhadores da educação”.

Lara Prado: “os trabalhadores de educação, no meu entender, são os 1.300.000 professores que trabalham na escola de ensino fundamental. Para isto, desenvolvemos uma política de valorização e profissionalização do magistério, da qual um exemplo é o FUNDEF. Ele é bom para os grandes centros? Não. O per capita do FUNDEF em São Paulo é de R\$1.200,00, para o Brasil é R\$450,00, para o Maranhão é R\$250,00 e, o governo federal complementa. É bom? Não, mas representa uma valorização clara, que atingiu e beneficiou principalmente os municípios mais pobres, os que não conseguiam pagar todo mês o salário do professor. Quem vive nestes pequenos municípios sabe que agora o professor tem status, porque recebe todo mês e recebe o 13º, sem atraso.

Nós fizemos as políticas de formação, de desenvolvimento profissional e qualificação dos professores, que é onde nós temos investida para entrar, através do programa parâmetros em ação, com a criação da rede nacional. Produzimos material de qualidade para esses professores e tentamos que as universidades de elite do nosso país, que são as universidades públicas, nos apoiassem, já que sozinhos não temos condições de continuar. Tivemos pouco sucesso neste aspecto, lamentavelmente, espero que o próximo governo tenha mais. Então, não temos escolas nem professores, nós desenvolvemos políticas indutoras junto a estados e municípios”.

5. “O que a professora Lara Prado pensa dos vetos do FHC ao Plano Nacional de Educação, já que a educação tem papel fundamental no combate e prevenção do tema em questão?”

Lara Prado: “o Presidente Fernando Henrique vetou porque ele não tinha recursos para implementar. Ele não vetou quanto ao mérito do que era proposto, mas aquilo aumentava recurso e ele não tinha como fazer. Isso é uma prática que acontecerá no próximo governo, ele não pode aprovar aquilo que ele não pode pagar. Quanto ao mérito do Plano Nacional de Educação, somos totalmente favoráveis ao Plano como um todo, mas uma coisa é a política pública no papel, outra é a posição daquele que tem a responsabilidade de executar uma política pública. Há dinheiro? Está previsto? Assim, essa é a natureza do veto”.

6. “Como se deu a elaboração dos parâmetros curriculares nacionais já que foi dito que a sua base é o convívio social democrático?”

Lara Prado: “após a democratização do país, todos os estados e muitos municípios fizeram novos currículos. O anterior era extremamente defasado, do período da ditadura. Os novos currículos foram feitos com as universidades e foram currículos difíceis. Por que? A universidade, no período da ditadura, sofreu uma grande perseguição, a perda de quadros e um forte controle. Com isso, elas não participavam dessas políticas, da sua implementação. Logo, esses currículos ficaram muito distantes dos professores, eles não chegavam na ponta, no professor. Não há culpados, mas uma situação real e histórica do Brasil.

Eu sou professora do ensino básico, de sala de aula. O grupo que dirigiu, no Ministério, a Secretaria de Ensino Fundamental é professor de sala de aula. Fomos gestores públicos, evidentemente, no governo Montoro, mas a partir dessa vivência, tínhamos uma avaliação de que os professores tinham dificuldades de trabalhar com aquele currículo, pois quem fazia o currículo era o livro didático. E o atendimento estava sendo ampliado, novas salas sendo construídas, mais professores sendo contratados, embora com um nível cada vez mais baixo (80 por cento deles formados na rede privada de 3º grau).

Os livros didáticos estavam um caos e eles é que faziam o cotidiano da escola. Então, como não tínhamos a obrigatoriedade de implantar um currículo, nós fizemos uma proposta completa. A

gente definiu conteúdos, blocos de conteúdos, orientações didáticas, os temas. Por isso os PCNs são grandes, normalmente um currículo não chega a esse ponto, pois se espera que o professor esteja preparado para desenvolvê-lo, segundo os seus conhecimentos, dentro da sala de aula. Nós fomos além e invertemos o processo, começando a fazer o currículo primeiro com os professores. Trabalharam nele professores da Rede Municipal de Porto Alegre, da Rede Municipal de São Paulo, de boas escolas particulares, onde incluídos estudam e aprendem e sabem escrever. Formamos uma equipe de bons professores, oriundos de boas escolas e fizemos o documento, que a gente chamou Preliminar. Então, pedimos os pareceres das universidades, de Norte a Sul do país, pois a proposta que a gente fazia era nacional.

Os Parâmetros de 1ª a 4ª foram uma tragédia para nós, pois a universidade reagiu muito mal, brigou com a gente o tempo inteiro: 'quem são vocês, professores, fazendo currículo?'. No de 5ª a 8ª, elas perceberam, e tivemos um apoio muito grande delas. Aliás, a Secretaria de Ensino Fundamental sempre teve o apoio da universidade, ela não funciona sem a universidade. Não temos, enquanto repartição pública, condições de gerir todo o sistema e de ter conhecimento dentro dela. Somos gerentes de programas, mas vamos buscar o conhecimento que nos interessa sempre na universidade, e na universidade pública".

7. "Com a implementação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, o Governo concedeu uma prioridade para o ensino fundamental, quebrando o conceito de educação básica garantida na LDB. Por que?"

Iara Prado: "na Constituição está escrito que é obrigatório o ensino de sete a 14 anos, ensino obrigatório que todo brasileiro tem que ter acesso e direito, inclusive os jovens e adultos que não tenham tido direito à educação. Acho que isso responde a questão. O FUNDEF, na verdade, é um recurso de execução, porque ele dura dez anos, em 2007 ele termina. Ele é um recurso que prioriza o ensino fundamental. Dos 25 por cento que os governos executivos têm que empregar em educação, 15 por cento entra em um fundo contábil, voltado para melhorar a educação fundamental, que é obrigatória.

Em 2007 abre-se uma nova discussão. Ali, vai se avaliar se estamos satisfeitos com o ensino fundamental que temos, se ainda falta qualidade nele, se o índice de repetência é alto. Tem que se fazer o mesmo com o professor, avaliar a capacidade dele de ensinar e se vamos redirecionar esse recurso, se o fundo vai mudar ou não. A própria lei que cria o fundo abre a possibilidade de mudança, é possível dividir esse fundo, pode ser 5 por cento para o ensino médio e 10 por cento para o ensino fundamental, Esse é também um tema de pauta para a próxima gestão".

Encerradas as perguntas para a Secretária de Ensino Fundamental do Ministério de Educação, Denise Paiva pediu a palavra a fim de comentar, antes da saída da palestrante, o significado da parceria entre a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e o MEC:

"Essa parceria no Programa Paz nas Escolas, foi muito importante. Resgato dois grandes momentos: no primeiro, quando o programa estava sendo desenhado, a professora Márcia Ferreira, à época Chefe de Gabinete da Professora Iara Prado, dizia que nós tínhamos de avançar nessa questão do saber formal, ter uma outra perspectiva de capacitação dos professores, a capacidade de saber lidar com os conflitos, abrir os muros das escolas e saber lidar com a juventude. Essa contribuição foi decisiva, e uma das ações do programa foi o enfoque da capacitação dos professores.

Outro momento importante foi quando levamos essa perspectiva à professora Lara Prado. Ela entendeu que deveríamos, indo além da pulverização das propostas, inseri-las no rumo de uma política pública, colocar as questões de ética e cidadania como conteúdo e estratégia do enfrentamento da violência na escola. A fala da professora minimiza um pouco o posicionamento do MEC, que foi fundamental. Foram 24 convênios estabelecidos. O Programa, nesses dois anos, exigiu a definição do conteúdo, de uma metodologia e a criação das condições para uma política pública. Na perspectiva desse Programa vir a se tornar política pública, cabe então reconhecer que, embora ele tenha tido uma dinâmica no conjunto das organizações de direitos humanos, foi realmente uma política do Ministério da Educação”.

A palestra seguinte foi feita por Denise Paiva. Seu tema foi **“A realidade da escola na comunidade: o Programa Paz nas Escolas”**.

“O Programa Paz nas Escolas” nasceu em 1999, como contraponto à extensão e à gravidade do problema da violência no país e tem, como idéia central, a revitalização das escolas, a partir dos seguintes objetivos:

- ampliar as ações educativas complementares à escola na comunidade;
- desenvolver nova interação entre a polícia e a escola;
- inserir o tema “paz nas escolas” nos procedimentos pedagógicos destinados a construir um ambiente de paz no país;
- produzir conhecimentos e informações necessárias ao fortalecimento desses processos de mobilização.

De acordo com Denise Paiva, a educação foi eleita, pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos como o instrumento estratégico para o desenvolvimento da cultura da paz. Dessa forma, a escola aparece, de forma natural, como o espaço privilegiado para essa intervenção por parte do governo. Concomitantemente, objetivava-se construir um ambiente de paz também no entorno da escola. O grande desafio para a construção de políticas públicas nesse campo era a construção de metodologias que garantissem a materialização do desafio maior do Programa Paz nas Escolas: a necessidade de que a inspiração e as soluções para a violência partissem da sociedade.

Para isso, foram convocados atores comunitários, a fim de que estes assumissem a direção do processo, elaborando modelos adequados para o enfrentamento das situações existentes. O eixo desse modelo era a relação entre a escola e a comunidade. A meta central era romper com o tradicional fechamento da unidade escolar em torno de si mesma, voltada apenas para um público determinado, os alunos, e transformá-la, de fato, em um espaço de articulação e interlocução dos diferentes grupos sociais da comunidade.

Em 2000, o Programa foi incluído no rol das ações prioritárias do governo federal. Além disso, em recente pesquisa da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP), encomendada pelo Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência (PIAPS), foi considerado a ação do governo mais lembrada como forma inibidora da violência.

Após três anos de existência, o Programa está presente em 20 estados da Federação, reunindo cerca de 108.000 agentes. São aproximadamente 90 projetos, com 60 parceiros do Programa, entre órgãos governamentais e organizações não governamentais. São entidades que trabalham com educação, segurança, comunicação, combate à violência, cultura, estímulo à cidadania, inclusão social e outros aspectos que se orientam para ações que levem a uma cultura de paz e ao exercício de direitos.

Cerca de 14.000 policiais, no período, estiveram envolvidos e foram capacitados em direitos humanos e 15.500 professores tiveram encontros de capacitação sobre os parâmetros curriculares, introduzidos os conceitos de ética e cidadania. Do ponto de vista da participação estudantil, foi incentivada a constituição de grêmios nas escolas. No ano de 2000, por exemplo, foram criados 188 deles. Cartazes, textos e livros sobre a cultura da paz, a ética, a cidadania, formação de grêmios estudantis, participação, entre outros assuntos, foram produzidos e distribuídos em todo o território nacional, e motivaram campanhas desenvolvidas sobre o tema da paz.

Dados não sistematizados revelam o interesse de pais, moradores, lideranças comunitárias e representantes de governos locais no encaminhamento das questões vinculadas à violência e à paz, como seu contraponto. Dessa perspectiva, a parceria entre o poder público e as organizações da sociedade, cujo centro é o envolvimento da comunidade escolar como elemento disseminador de uma cultura de paz através de ações propositivas, tem sido de grande valia. Quanto à aplicação de recursos financeiros, R\$13.694.800,00 foram disponibilizados no período.

Convém ressaltar, finalizou Denise Paiva, que o mais importante resultado apresentado por este Programa, desde sua criação, foi o conjunto de metodologias identificadas, desenvolvidas, testadas e avaliadas. Hoje, elas estão disponíveis e constitui-se numa proposta de política pública voltada para a prevenção da violência nas escolas. São metodologias para capacitação de educadores e de policiais, para a formação de grêmios nas escolas, de mediação de conflitos, de mobilização social em torno da escola e de estímulo ao protagonismo juvenil.

A última fala do quarto painel foi feita por Lacy Barca de Andrade e o tema abordado foi a apresentação do projeto **"Amigos da Escola"**. A representante das Organizações Globo iniciou sua exposição a partir da descrição da missão da Organização. De forma particular, Lacy Barca destacou o compromisso da empresa em desenvolver ações, no campo social, que contribuam para fortalecer a solidariedade cidadã, os direitos civis, a consciência cidadã e a geração de novas oportunidades sociais, com destaque para a questão educacional.

O mais antigo dos programas sociais das Organizações Globo é o Criança Esperança. Desenvolvido em parceria com UNICEF. Nele, a empresa tem a responsabilidade de, utilizando sua estrutura de comunicação, sensibilizar a sociedade e conseguir apoio financeiro para projetos selecionados pelo órgão das Nações Unidas voltado para a infância e adolescência. Além disso, a palestrante destacou o "Ação Global"; "O Globo e a Universidade"; "O Globo Serviço" e, mais recentemente, o "Merchandising social", que tem ações voltadas para o combate a problemas sociais que se apresentam no cotidiano das empresas.

No tocante ao Programa "Amigos da Escola", sua premissa é de que a participação da família e da comunidade na vida escolar melhora o desempenho dos atores da instituição e a qualidade desta, de forma global. O Programa reúne 27.295 escolas participantes e o papel das Organizações Globo é centrado em dois aspectos: o estímulo às escolas para trabalhar com a comunidade e as famílias e a mobilização de voluntários. A empresa, que estabeleceu sua estratégia de intervenção de forma autônoma, não é responsável pela interlocução entre o voluntário e a escola, nem interfere no conteúdo desenvolvido pelos que se integram ao projeto escolar. A contribuição da Organização se materializa através de materiais informativos e, especialmente, de fascículos diversos, com Planos de Ação do Programa. Seu objetivo é facilitar o processo de inserção dos voluntários na escola e utilizar de forma mais eficiente sua contribuição.

Concluindo sua fala, Lacy Barca destacou os focos de atuação do Programa Amigos da Escola: gestão escolar; reforço escolar; estímulo à leitura; esportes e artes; e saúde. O Programa, de acordo com a avaliação de seus proponentes, vem tendo uma grande aceitação por parte das escolas e de dezenas de milhares de cidadãos. Estes contribuem das mais variadas formas para ampliar as possibilidades educativas da escola, sem jamais, evidentemente, buscar substituir a função dos profissionais da educação. No momento atual, o Programa persegue a superação de três desafios básicos: multiplicar a experiência, através do aumento de instituições escolares e do universo de voluntários; fortalecer a rede de núcleos locais e, por fim, introduzir definitivamente o voluntariado no cotidiano escolar.

Encerrada sua exposição, a representante das Organizações Globo destacou a importância da mobilização permanente e colocou à disposição dos presentes o telefone da Central de Atendimento do projeto: 0300-3131500.

Ao final das três exposições de iniciativas com vistas ao fortalecimento dos vínculos entre a escola e a comunidade, a mediadora, Maria America Ungaretti, fez alguns comentários sobre a temática do painel. Assinalou o aspecto mais significativo que percebe no Programa Paz nas Escolas, a saber, o fato dele ser um projeto da juventude e não para a juventude. Outro aspecto destacado pela Coordenadora do UNICEF foi a aliança estabelecida entre a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e diversas organizações da sociedade civil e da comunidade. A crença daquele órgão na importância de tecer parcerias, de diversas ordens, para o encaminhamento da cultura de paz demonstrou ser fundamental para o desenvolvimento do Programa.

Outro aspecto ressaltado por Maria America Ungaretti foi a importância de se reconhecer o espaço escolar como uma instância fundamental para a consolidação da democracia brasileira. Democracia que demanda a produção de uma educação de qualidade, o fortalecimento dos laços entre a escola e a comunidade e a ampliação do protagonismo desta na instituição.

Isto implica, na adoção de novas posições dos profissionais da escola. Com efeito, apesar dos avanços e da mobilização da sociedade, a participação da instituição educacional ainda é muito tímida em relação à erradicação do trabalho infantil. E é inaceitável que justamente a escola se omita em relação a uma temática com essa gravidade e importância social. Enquanto entender que sua missão se resume a transmitir conteúdos determinados, de forma fragmentada e autônoma, a escola estará aquém do papel que a sociedade brasileira precisa e solicita dela.

Além disso, a mediadora assinalou os aspectos discriminatórios difundidos pelos meios de comunicação, de modo geral, em termos dos aspectos de raça, etnia e gênero, disparidades regionais etc., indicando que os programas desenvolvidos pela Rede Globo deveriam estar mais atentos, tendo em vista a abrangência de sua programação. Os aspectos culturais da importância do trabalho infantil são ainda muito arraigados na sociedade brasileira, principalmente nas famílias mais desfavorecidas mas também em determinados segmentos mais conservadores. Neste sentido, a Rede Globo poderia contribuir efetivamente para a redução da discriminação, da intolerância, dos preconceitos, apresentando programas informativos e educativos sobre estes aspectos.

Painel 5

28 de novembro de 2002

Na tarde do dia 28 de novembro de 2002, foi iniciado o 5º painel do Seminário, denominado **“A sociedade civil e a família: a questão do poder, pertencimento e da adrenalina**. A mesa foi composta por Daniel De Bonis, coordenador do Programa Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, que cumpriu a função de mediador; Jairo Coutinho França, Coordenador de projetos na área de esportes e cidadania do VIVA RIO; Nanko Van Buuren, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social - IBISS; e Claudia Cabral, Diretora Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens.

A primeira exposição coube a Jairo Coutinho. O tema tratado foi **“As ONGs como provedoras de ‘adrenalina’: desporto, cultura, artes...”**. *através do projeto Espaço Esperança*. Descreveu a intervenção social coordenada pela ONG Viva Rio nas comunidades do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, situadas entre Ipanema, Copacabana e Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul do Rio de Janeiro. Destacou a importância da pesquisa realizada sobre o perfil das crianças no tráfico, tendo em vista a importância de que dados a esse respeito sejam sistematizados.

Coutinho fez, de forma preliminar, um resgate histórico da estratégia geral que moldou o trabalho nas comunidades. Começou a se materializar a partir do estabelecimento de uma parceria entre Viva Rio, a Coordenadoria de Segurança do estado do Rio de Janeiro e o Grupo de Policiamento de Áreas Especiais - GPAE. A parceria visava tratar do desenvolvimento de ações de combate à violência, de forma articulada com a implementação de políticas sociais, nas comunidades populares do Rio de Janeiro.

A estratégia se expressa em princípios. A primeiro é de que a violência deve ser enfrentada por meios não violentos. O segundo princípio considera que só é possível enfrentar a questão da violência com uma polícia que respeite a lei. Destacou, ainda, a importância do desenvolvimento de um conjunto de ações sociais, que possam ajudar a superar as carências sociais na comunidade, especialmente da criança e do jovem. A TV Globo teve um papel muito importante na implantação do programa de ação no Cantagalo, assim como o UNICEF e o governo do Estado.

O programa foi construído, por essas diversas instituições, na perspectiva de tratar do problema da violência, tanto do tráfico como da polícia, nas comunidades. Foi motivado pela revolta nelas ocorrida, no primeiro semestre de 2001, em função do assassinato de cinco jovens pela polícia. A revolta fez com que a comunidade descesse e incendiasse Copacabana, em um quadro quase de convulsão social.

Naquelas comunidades, eram assassinados dez jovens por semestre. As mortes eram frutos de enfrentamento entre eles, entre eles e grupos rivais e entre eles e a polícia. A iniciativa começou no segundo semestre de 2000, a partir de duas ações básicas: a primeira foi a criação do Grupamento de Policiamento de Área Especial para a comunidade. Seu eixo é a atuação como policiamento comunitário, voltado para a prevenção de ações violentas e para impedir o controle territorial armado do tráfico nas favelas Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. A segunda iniciativa reúne um conjunto de ações sociais realizadas em uma área específica, denominado Espaço Criança Esperança.

O programa focaliza as crianças e os jovens. O seu primeiro objetivo é impedir que a criança se envolva com o tráfico, sabendo-se ser ele o principal responsável pela violência local. Não havia, assim, um olhar geral para a delinquência, para os diversos delitos, mas para uma forma específica.

O segundo objetivo era proibir, de forma rigorosa, a circulação ou uso de armas na comunidade. O terceiro era o combate, também de forma intransigente, ao abuso da autoridade policial e à corrupção. O Major Carballo, que desenhou o GPAE, enfrentou isso, com muita dificuldade. Dos 100 policiais iniciais do grupamento, 70 foram substituídos nesses 18 meses, o que demonstra a complexidade da tarefa. Desde o início do projeto, o número de assassinatos na comunidade foi zero. Nenhuma pessoa foi assassinada do segundo semestre de 2000 até o dia de hoje, nisso tendo o GPAE participação fundamental.

A contribuição do Espaço Esperança foi de outra ordem. O Espaço Criança Esperança tem como foco principal ocupar o tempo disponível da criança com atividades recreativas, culturais, esportivas etc. O projeto cria um sistema de oportunidades para que o tempo dele seja utilizado com práticas que ajudem a promoção da cidadania e o fomento à cultura de paz. O projeto é financiado pela arrecadação do Criança Esperança, acompanhado tecnicamente pelo UNICEF e gerenciado pelo Viva Rio. Além disso, dois atores são fundamentais para a sua existência: a comunidade e o corpo técnico de professores, além da equipe de apoio.

Residem nas comunidades cerca de 18 mil moradores, distribuídos por três mil residências. O universo de pessoas atendidas, atinge cerca de três mil. O Espaço em que funciona o projeto pertence ao governo do estado. O espaço muito grande, oferece um conjunto enorme de oportunidades: um ginásio esportivo, uma quadra externa, uma piscina, um teatro, uma biblioteca, um espaço para eventos familiares e comunitários e uma cantina, gerenciada pela Associação de Padeiros local. A Associação fica com a receita e fornece, como contrapartida, ajuda na formação de pasteleiros, salgadeiros etc. A articulação de ações no campo do lazer, esportes e cultura e formação profissional cria um forte impacto, gerador de oportunidades de renda e de profissionalização.

O projeto, embora priorize as crianças e adolescentes de quatro a 18 anos de idade, atua de forma intensa com as famílias. Com isso, já há um conjunto de atividades dirigidas às mães: hidroginástica, ginástica, corte e costura. As aulas são todas abertas às mães e à comunidade, a fim de fortalecer o processo de integração. Assim, no que concerne à distribuição etária, por sexo, há um equilíbrio entre os sexos na faixa abaixo de 18 anos e uma predominância clara de mulheres, na faixa acima dos 18.

Um aspecto que não pode ser secundarizado, afirma o expositor, é a manutenção dos laços dessa criança com a escola. Caso ela faça um amigo na escola, ele pode participar das atividades em comum. Todas as 15 escolas do entorno podem mandar seus alunos para o Espaço Esperança. Isso fortaleceu a integração das escolas com o projeto. Elas utilizam essas dependências para o ensino pré-escolar para atividades como artes, futebol de salão - futsal, futebol, vôlei, ginástica de mães etc.

A quadra de esportes funciona até meia-noite, 1 hora da manhã, inclusive aos sábados e domingos. Essa ocupação visa criar uma alternativa à rua para os jovens e os adultos, em particular aqueles que ficam na periferia dos grupos armados. No Rio de Janeiro, o projeto é chamado de território comunitário; são cerca de 700 jovens que participam do processo, que estão envolvidos nesse processo de atividades.

Uma coisa surpreendente, segundo Jairo Coutinho, é a questão da biblioteca. No projeto, além do acervo de obras científicas, tem um centro de acesso à Internet, um centro de multimeios, no qual há um espaço dedicado à criança. Hoje, há seis mil atendimentos por mês na biblioteca, significando uma busca de acesso ao conhecimento, à cultura e à ocupação do tempo e de atividade produtiva.

O projeto estabelece um trabalho conjunto com o GPAE, mas com papéis específicos. Compete ao GPAE fazer o policiamento preventivo e realizar ações de polícia, enquanto o projeto desenvolve uma ação voltada para a criação de alternativas de ocupação do tempo disponível. Há interfaces, tal como a ajuda do projeto para a modernização do posto policial comunitário e a utilização do ônibus da Polícia Militar para o transporte das crianças em atividades externas.

No início, as crianças e os adolescentes tinham receio de entrar, afinal, a polícia está marcada pela violência e repressão. Esse processo ajudou a comunidade, as crianças e os adolescentes a verem o policial como um servidor público, que deve exercer sua função de forma correta, caso contrário pode ser afastado. O policial também passa a ver a criança ou adolescente, não mais como um marginal. Não é com qualquer polícia que é possível esse processo, é preciso que ocorra na polícia um processo de formação e de controle social, que ambos os atores, polícia e comunidade, se eduquem, de forma recíproca.

O fundamental, assevera o painalista, é perceber que uma unidade conceitual permeia todo o empreendimento. Na discussão da questão do negro no Brasil, por exemplo, o mês de novembro foi dedicado ao desenvolvimento de uma série de atividades: foi trabalhada a influência da cultura afro-brasileira e da cultura africana na formação da identidade nacional: foi encaminhado um projeto de intercâmbio com países africanos e o desenvolvimento de atividades comuns, assim como uma exposição sobre elementos da cultura negra que estão presentes no Brasil.

As crianças e os adolescentes se envolvem, dirigem os processos, inventam, exercem a sua auto-estima, se valorizam e discutem os grandes temas centrais da questão da cidadania. Isso ocorre também através do acesso a novos produtos e equipamentos culturais. Muitas crianças nunca foram ao cinema, circo ou outras linguagens. O acesso a elas estimula novas formas de exercício da cidadania, de incorporação à cidade.

O Espaço Esperança envolve muitas parcerias, com diversos tipos de organizações, inclusive a Pontifícia Universidade Católica - PUC e a Sociedade Hípica Brasileira, freqüentadas pela elite carioca. O apoio de um veículo de comunicação tão poderoso como a Globo também é muito importante. O grande desafio é o excluído aparecer na televisão de uma forma bela, ser admirado. Isso estimula a auto-estima dessa comunidade, que é fundamental para o indivíduo poder sobreviver e encaminhar sua vida.

Para Jairo Coutinho, isso demonstra que o projeto desenvolvido, em uma comunidade massacrada, com uma série de problemas sociais, econômicos, de violência, virou uma espécie de bandeira de oportunidades, representação comprovada por uma pesquisa de percepção da comunidade e uma avaliação externa do projeto. Isso porque, embora não possa resolver todos os problemas, o Espaço Criança Esperança caminha junto, restaura a esperança e esse é o seu grande valor.

A segunda fala do painel dedicado à sociedade civil foi feita por Nanko Van Buuren, Diretor Executivo da ONG Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, IBISS. Seu tema foi a exposição das **experiências do “projeto Ponto BR”**.

A apresentação foi iniciada com a descrição do programa Soldados Nunca Mais, destinado a retirar do tráfico crianças e jovens nele empregados. A iniciativa se estrutura em etapas: a primeira é o mapeamento do número de crianças e adolescentes envolvidos no narcotráfico dentro das favelas do Grande Rio de Janeiro. A segunda etapa seria uma campanha de conscientização destinada ao público-alvo do programa, sustentada em materiais elaborados pelo Instituto Brasileiro de SS – IBISS. A realização de entrevistas com 40 jovens que trabalham como seguranças ou *soldados* no tráfico e 40 traficantes⁴ foi outra etapa do programa Soldado Nunca Mais. Durante essa

⁴ Aparentemente, seriam gerentes ou donos das bocas de fumo.

atividade, a coordenação do trabalho decidiu entrevistar também 40 familiares, pois muitos traficantes teriam respondido que as próprias famílias oferecem os jovens para trabalhar com eles.

A última etapa do programa tem como base o desenvolvimento de três projetos pilotos, que estão funcionando há nove meses. Neles, já trabalharam 78 ex-soldados. Dentre eles, 52 estão fora do tráfico. Um dos projetos chama-se Ponto Br e é desenvolvido na favela do Vidigal, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

O mapeamento foi feito entre novembro de 2001 e maio de 2002, em uma área que compreende o município do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e Niterói. Foram contadas 232 favelas. São territórios nos quais o IBISS tem projetos e articulação comunitária, com a associação de moradores, outras ONGs ou o governo. Nelas, atuam também alunos do Curso de Desenvolvimento de Liderança promovido pelo Instituto e, também, profissionais do IBISS que residem nas comunidades.

O mapeamento foi feito por 40 jovens em dez comunidades onde o tráfico estava ligado ao Comando Vermelho; dez de comunidades onde o tráfico é ligado ao Terceiro Comando; dez ligados ao Comando Vermelho Jovem; e dez ligados ao Amigo dos Amigos, ADA. Esses jovens, ressalvou Nanko, não tinham experiência em pesquisa. O seu diferencial era o fato de serem jovens com conhecimento da situação local do tráfico. O pressuposto para a seleção era de que só os jovens envolvidos na atividade ilícita têm alguns tipos de dados.

Os 40 jovens participaram de uma capacitação onde foram discutidos vários pontos: como evitar conflitos com o tráfico e com a polícia; como observar e registrar os dados; como classificar as funções de crianças e adolescentes envolvidos; como relatar os dados obtidos e como trabalhar com essas informações de forma ética. Os nomes dos jovens entrevistadores, por razão de segurança, não foram apresentados no relatório final da pesquisa.

No mapeamento, o IBISS apresenta dados sobre os soldados, olheiros, vapores, aviões e gerentes. Os primeiros, são crianças e jovens que trabalham armados e defendem o território de atuação do tráfico contra a polícia ou contra outros grupos; os olheiros são responsáveis pela vigilância e por alertar os outros empregados; vapores são os vendedores da droga de forma avulsa, em pequenas quantidades; aviões são os transportadores de drogas, encarregados de levá-las a consumidores que não a compram na Boca; e, por fim, os gerentes que são os responsáveis pela contratação e administração da mão-de-obra, pelos produtos e pelo faturamento. O mapeamento os dividiu entre gerente da cocaína, do pó, e o gerente da maconha, do preto.

O levantamento não apresenta dados individuais sobre as comunidades ou a organização criminosa presente nas comunidades. Ele também não divulga o número de bocas de fumo por comunidade e também não divulga o número de soldados e outros empregados por comunidade. A apresentação foi feita de modo mais geral, sempre na intenção de preservar as fontes e a instituição. Assim, o relatório apresenta dados sobre 11 regiões pelas quais se distribuem as comunidades; dados sobre a idade de crianças e adolescentes envolvidos entre oito e 18 anos e o número de meninos e meninas envolvidos. De forma geral, os dados encontrados no mapeamento foram:

- Comunidades 232
- Bocas de fumo 348
- Crianças e adolescentes envolvidos entre 8 e 18 anos 12.547
- Sexo masculino 10.991
- Sexo feminino 1.556
- Empregados que andam armados 5.472
- Empregados que andam desarmados 7.075

A respeito da idade dos soldados, quanto mais velha a criança, maior o seu quantitativo. Assim, o mapeamento registra a presença de pouco mais de 500 soldados abaixo de 12 anos, sendo maior a sua concentração em torno da faixa etária de 16 e 17 anos. No caso dos olheiros, a idade da grande maioria varia entre 14 e 15 anos, enquanto os aviões, em sua maioria, estão entre 11 e 13 anos. No caso destes, várias são crianças ainda inseridas na escola e que, na mochila escolar, levam a droga de um lugar para o outro. Há, em várias favelas, gerentes menores ou maiores de 16 anos, o que é um dado preocupante tendo em vista o poder local assumido por estes adolescentes. O mapeamento está à disposição dos interessados, de acordo com declaração do Diretor Executivo do IBISS. As pessoas interessadas deveriam entrar em contato com a instituição a fim de recebê-lo.

Após a descrição do mapeamento, o expositor descreveu as atividades desenvolvidas para realizar as entrevistas, os dados coletados e algumas interpretações. Um dado surpreendente, visto nunca ter aparecido em pesquisas anteriores, inclusive a do IETS/OIT, diz respeito a uma forma de ingresso das crianças no tráfico. De acordo com o levantamento feito pela equipe do IBISS, 32 por cento das crianças seriam levadas por suas famílias, para serem soldados. O motivo para isso seria a busca, por parte da própria família, de uma maior segurança no espaço da favela. A falta de segurança pública levaria várias famílias a buscar que o filho ingressasse no tráfico, a fim de que este deixasse a família em paz.

A segunda razão seria econômica e a terceira a *"adrenalina"*, ou seja, o sentimento de aventura e emoção. Nesse sentido, o palestrante citou a frase de um menino que integra o projeto Ponto Br: "- minha vida é igual a dos personagens de videogame, só que é ao vivo". A busca de status e respeito também aparece como um fator relevante para o ingresso no tráfico, conseguida, em particular, pela possibilidade de circular com um fuzil pela comunidade. Apenas 3 por cento afirmam trabalhar no tráfico para pagar o consumo de drogas.

A respeito do projeto Ponto Br, seu público-alvo é, de forma prioritária, os soldados, na perspectiva de criar alternativas para que eles possam sair da atividade. Não é, então, um trabalho de prevenção. Para cumprir esse objetivo, afirma Nanko, o projeto precisa atrair os jovens. Para isso, o Ponto Br utiliza atividades com música, em especial oficinas de percussão; futebol e outras atividades que possam interessá-los. Esse trabalho é realizado por educadores sociais que precisam ter muita experiência e dedicação para se envolverem em um trabalho do tipo. O medo faz parte do seu cotidiano.

No momento que os adolescentes ou crianças declaram que querem sair, inicia-se uma negociação com o chefe do tráfico. Essa ação, em geral, é feita por profissionais do Ponto BR que já trabalharam na atividade e conseguiram sair. Essa iniciativa é fruto do projeto reconhecer a lógica vigente no espaço local, no sentido de que o chefe deve dar a permissão para o jovem sair, ato que funciona como uma forma de afirmar sua autoridade. Sem permissão, pode-se considerar que o empregado fugiu, o que pode fazer com que ele seja morto, como *"queima de arquivo"*. De qualquer forma, a permissão não é difícil de ser conseguida, visto que, de acordo com o expositor, muitos traficantes gostam do Programa e reconhecem seu valor.

Essa postura é fruto da compreensão, da parte de muitos dos envolvidos no tráfico, sobre a importância de se gerarem alternativas para a atividade. Muitos gerentes, inclusive, ressalta Nanko, afirmam que se tivessem tido acesso a um programa daquele tipo no momento em que ingressaram no tráfico, teriam saído. A percepção de que estão presos dentro da própria favela, em função do temor de serem presos ou mortos seria o principal limite que vêm na atividade.

Outro ponto importante, no processo de saída do garoto do tráfico, é o contato com a família. Muitas vezes, de acordo com o Diretor do IBISS, seria necessário defender o direito de escolha do

próprio adolescente a fazer uma outra coisa. A oferta de alternativas não é algo simples. Muitos deles, em particular os que estavam trabalhando como soldados, têm traumas profundos. Eles ficam apáticos, com insônia e pesadelos. É preciso elaborar uma terapia específica para esses adolescentes, principalmente quando há o trauma da primeira morte da qual ele participou.

O trabalho com o Hip Hop, em parceria com o Afro Reggae, também faz parte das estratégias de ação do programa do IBISS. Muitos jovens estão escrevendo textos biográficos e sobre sua realidade social, abrindo possibilidade para a catarse, para a reflexão e para a ação coletiva. Inclusive, é um dos principais meios de atingir os jovens, no plano da sensibilidade e do inconsciente, sendo um instrumento para superação dos traumas. Ações como essa, conclui Nanko, revelam o grande potencial desses jovens. Assim, faz-se necessário que se elaborem projetos similares, que consigam estimular esse potencial de maneira positiva e tirá-los desse trabalho tão perigoso.

A terceira representante da sociedade civil a falar foi Cláudia Cabral, Diretora Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens, tendo como tema **“Ações de fortalecimento do papel da família”**.

Cabral descreveu as atividades da Terra dos Homens com a família, indicando que essa prioridade é fruto de sua convicção da importância de uma figura materna ou de uma figura paterna de apego, sólida, segura para o desenvolvimento infantil.

Como base de sua exposição, a Diretora da Terra dos Homens citou o trabalho recentemente feito na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro por Simone Gonçalves de Assis, intitulado **“Traçando caminhos numa sociedade violenta”**. Trata-se de um estudo feito com 61 adolescentes do Rio de Janeiro que cometeram ato infracional e estavam em internatos e com seus irmãos, em um total de 31. A autora entrou no núcleo familiar e buscou entender as diferenças entre suas trajetórias.

Nesta pesquisa, Simone de Assis se baseou em três níveis: o estrutural, o sócio-psicológico e o individual para realizar uma análise da gênese da delinquência juvenil. No que concerne ao nível estrutural, a palestrante falou de forma sintética sobre questões como a desorganização social, as desigualdades de oportunidades e a inabilidade do sistema educacional, como variáveis que influenciam os atos infracionais das crianças e adolescentes.

No entanto, a expositora centrou seus comentários na questão do desenvolvimento sócio-psicológico e individual do adolescente. Em relação ao primeiro, ou seja, sobre os vínculos que a criança estabelece, foram destacados quatro pontos: a família, a escola, a igreja e os amigos. No que diz respeito à família, o que mais chamou atenção foi a constatação de que 79 por cento dos jovens já não viverem com ambos os pais e de 86 por cento das famílias estarem envolvidas com o tráfico. Assim, um grande desafio para o (a) trabalhador (a) social é romper com esse padrão repetitivo de funcionamento de um sistema familiar: a ausência de figura paterna; a violência entre familiares e o pouco diálogo.

A pesquisa revelou que 50 por cento desses meninos iam até a 4ª série e nenhum acabava o segundo grau; 70 por cento abandonaram os estudos e tinham mais de uma repetência. O fato seguia o padrão repetitivo de comportamento familiar, visto os pais também serem analfabetos, não darem supervisão escolar adequada e também não acharem importante continuar os estudos.

A respeito da inserção no tráfico, a painelistra inferiu que a hierarquia, respeito, dinheiro, arma e poder existente na Organização, são exatamente o que eles não encontraram dentro de casa. Esta hierarquia dentro de um sistema, seria extremamente importante para delimitar fronteiras, que vão determinar os limites. Ela deveria ser assimilada na família, na relação dos pais com filhos (as), do (a) irmão (a) mais velho (a) com o (a) menor. Isto gera o sentimento de pertencimento. Esse sentimento, aliado à relação com os (as) amigos (as) e a “adrenalina” criam na criança e no adolescente vários elos, que eles não encontraram desde cedo dentro de casa.

No plano individual, a criança em conflito com a lei tende a responsabilizar o outro por suas reações. A ausência de autocrítica foi exemplificada pela postura diante da participação em algum assassinato, fato, em geral, explicado pela intenção da vítima reagir, o que torna o ato quase que um gesto de legítima defesa.

A seguir, a painelistra tratou de dados da pesquisa IETS/OIT, publicados no Jornal Correio Braziliense. Ela destacou, sobremaneira, o temor que os (as) empregados (as) no tráfico têm da traição dos (as) amigos (as), a necessidade de pertencimento ao grupo e a possibilidade de sair daquela rede, afirmadas pelas crianças, a partir do momento em que se apaixonasse por uma companheira honesta. Os dados revelariam a alta dose de desconfiança e da solidão com que essas crianças se encontram consigo mesma.

Concluindo a apresentação dos dados do trabalho de Simone de Assis, a Diretora da Terra dos Homens descreveu o ciclo de vida dessas crianças: elas começaram a usar drogas aos 13, a vida sexual aos dez, o trabalho aos sete anos e tiveram filhos aos 15 anos. De todas as crianças que foram entrevistadas, nenhuma delas tinha registrado seu (sua) filho (a), o que é mais uma vez um padrão repetitivo de comportamento familiar.

Após a descrição da pesquisa desenvolvida na FIOCRUZ, Cláudia Cabral apresentou a metodologia desenvolvida por sua Organização na busca de reverter a situação de vulnerabilidade social de famílias com o perfil das apresentadas.

A equipe profissional é constituída por uma assistente social e uma psicóloga, que atuam com uma mesma família durante um ano, um ano e meio. O público-alvo do projeto são crianças indicadas, em particular aquelas em situação de rua. De forma indireta, atende-se muitas famílias com membros envolvidos no tráfico. O principal desafio do projeto seria “cuidar de quem cuida”, no caso, os responsáveis pela estrutura familiar. A primeira iniciativa da equipe é a realização de um diagnóstico do quadro familiar, de sua hierarquia, em termos dos subsistemas parental e fraterno. A partir daí, o profissional busca estimular o realinhamento dessas relações dentro da família. Com efeito, a estratégia central do projeto é produzir um reforço no papel das figuras paterna e materna, a fim de que elas conquistem uma maior autonomia, seja diante do governo, do traficante ou de outros.

Nesse sentido, o projeto busca estabelecer a diferença entre o que é a renda mínima e o fornecimento de um subsídio financeiro com acompanhamento psicossocial. A renda mínima seria voltada para um universo maior de famílias. Já o subsídio financeiro seria mais focalizado, dirigido para famílias que se encontram nas situações sociais mais vulneráveis, em situação mesmo de perigo. Nesse caso, defende Cabral, seu subsídio necessita ser maior, cerca de R\$180,00, até mesmo R\$200,00. Ele deve, também, ser associado a um acompanhamento psicossocial sistemático.

A fim de demonstrar a importância da combinação de recursos financeiros e do acompanhamento familiar, apresentou o perfil de um conjunto de famílias levantado pela Terra dos Homens no Rio de Janeiro, a partir do acompanhamento de um grupo de crianças em situação de rua: de 92 por cento das crianças da Baixada Fluminense, 92 por cento delas estavam trabalhando e levando dinheiro para casa; 56 por cento dos pais estavam desempregados; 14 por cento deles eram analfabetos e 73 por cento não tinham o ensino fundamental completo. Nesse quadro, o acompanhamento da família aliado ao subsídio financeiro tem um resultado muito expressivo. A reversão da situação de vulnerabilidade é muito mais rápida.

Nos primeiros meses do projeto, de acordo com a painelistra, 10 por cento dos recursos eram utilizados para financiar moradia, 16 por cento em geração de renda e 74 por cento em subsistência. Depois de dez meses, apenas 21 por cento continuavam utilizando os subsídios com subsistência e 50 por cento passaram a utilizar este subsídio com projetos de geração de

renda. Após um ano e meio do início do projeto, seis meses após o desligamento da família, 65 por cento já estavam trabalhando, para um índice inicial de 13 por cento e 80 por cento das crianças não voltaram para a rua. Um fato significativo no desenvolvimento do projeto que seria a influência do profissional nas escolhas familiares. No início, pelo menos, a alocação dos recursos refletiria a importância concedida pelo (a) profissional ao item. Quando o (a) morador (a) priorizava a moradia, a tendência é que o grupo com o qual ele (ela) estivesse trabalhando investisse mais nesse item e assim por diante.

A metodologia utilizada pela Terra dos Homens tem dois processos: o operacional, voltado para o atendimento direto; e o intelectual, no qual o (a) profissional sistematiza e reflete sobre a forma como está trabalhando a família. No processo operacional são realizadas as entrevistas, organizados grupos de famílias e feitas muitas visitas domiciliares. Afinal, defende Cláudia Cabral, é no espaço familiar que se descobre a rede de articulações, as relações e como estas se dão. Portanto, o (a) profissional está sempre em campo. O processo intelectual tem como princípio, a percepção de que a subjetividade do (a) profissional e o impacto sofrido no trabalho devem ser levados em conta. Isso exige que o (a) profissional se reveja o tempo todo, visto ser um nó fundamental da rede que vai se constituindo no trabalho de intervenção no quadro familiar.

Considerado um instrumento técnico fundamental para a área social, a palestrante apresentou, em sua exposição, um genograma. Ela afirmou que os profissionais que atuam com políticas sociais estão acostumados a abrir um processo e ver uma profusão de dados e sumários sociais, repetitivos e extremamente densos. O genograma é um instrumento que, por seu caráter visual, seria muito mais fácil de ser assimilado e memorizado. Ele é elaborado junto com a família e, quando a família se vê e se revê, ela já tomaria consciência de uma porção de coisas. Na construção do genograma, percebe-se as relações que estão instaladas, as afinidades e distâncias. Ele funcionaria como uma matriz, na qual são identificados todos os componentes da rede familiar e suas trajetórias, características individuais e vínculos vão sendo assinalados. Essa técnica funcionaria como uma forma de diagnóstico da situação familiar, mas principalmente, como uma forma da família se colocar diante de si mesma, das suas histórias e de seus papéis.

Cláudia Cabral afirmou que trabalhar com a família e reconhecer sua potencialidade é um dos grandes ganhos do trabalho no campo das políticas sociais, embora a percepção real desse novo paradigma ainda seja um grande desafio: olhar para uma mãe debaixo de um viaduto bebendo e afirmar que ela é capaz, pois não adianta levar simplesmente o garoto para um projeto ou para outro espaço. É um processo de médio e longo prazos e passa pela ruptura com o sentimento de onipotência que caracteriza tantos (as) que atuam na área social, testemunha Cabral.

Nesse sentido, cabe romper também com a idéia de que as famílias são desestruturadas. Sempre há uma estrutura, mesmo que ela não esteja funcionando adequadamente para o desenvolvimento de cada um dos seus membros. É um desafio gigantesco, visto que tradicionalmente as famílias são olhadas a partir da falta, do que não têm. Os padrões são os valores, a cultura e as perspectivas dos (as) profissionais, dos grupos hegemônicos. A partir do reconhecimento daquela estrutura, dos pontos de contato nela existentes e das saídas que elas apresentam é que se constrói o caminho.

Encerradas as exposições do painel 5, o mediador Daniel De Bonis fez uso da palavra. Ele realizou uma breve síntese das exposições de Jairo Coutinho, Nanko Buuren e Cláudia Cabral.

De acordo com De Bonis, as ONGs que apresentaram suas experiências fizeram referências a aspectos comuns, tais como o desejo de poder, o sentimento de pertencimento e a adrenalina, referências que estimulam o ingresso da criança na rede do tráfico e outras redes ilícitas.

Nesse sentido, elas formulam projetos que lidam com os desejos, os valores e as motivações desses públicos, que buscam fazer uma contraposição ao que representam essas redes. Mais do que a questão econômica, as exposições demonstram a complexidade das relações de sociabilidade que leva as crianças e adolescentes ao tráfico, em particular o forte apelo do tráfico para o imaginário do (a) adolescente, especialmente o do sexo masculino: a busca da força, do status, do prestígio junto às mulheres, do pertencimento a um grupo. São questões que, em condições normais, provavelmente se expressariam de outra forma, no esporte, na escola, na relação com os amigos, na relação de consumo. Assim, o tráfico acaba exercendo uma sociabilidade, fazendo com que muitos meninos acabem se engajando.

O mediador destacou, na fala de Jairo Coutinho, a preocupação do Espaço Criança Esperança com a prevenção e a valorização do estabelecimento de laços com a comunidade. Diante da percepção, presente na pesquisa da OIT, de que o universo relativo de meninos envolvidos com o tráfico é pequeno, mas suprido por um exército de reserva relativamente grande, a prevenção é uma estratégia muito importante para a atuação nas comunidades populares. Destacou também, no trabalho desenvolvido na favela do Cantagalo, os resultados conseguidos nas taxas de homicídios.

A respeito da pesquisa apresentada por Nanko Buuren, o mediador ressaltou a grandeza dos números de crianças envolvidas, a importância de que, sem deixar de priorizar a prevenção, se desenvolvam alternativas para o universo de empregados (as) no tráfico de drogas e a convicção, exposta pelo Diretor do IBISS, que é possível retirar as crianças e jovens dessa rede. A exposição de Cláudia Cruz, por sua vez, centrada na família, complementa a imagem construída a respeito da questão do envolvimento das crianças em atividades ilícitas ou degradantes. Sem se trabalhar com os valores, com as referências que elas trazem, não vai se conseguir resultados significativos nesse campo. E esse trabalho passa, necessariamente, pelas famílias. Daniel De Bonis deixou claro que, no campo da construção dos valores e limites, a questão vai além dos espaços populares.

Finalizando, o mediador, considerou que as exposições indicaram a existência de caminhos inovadores para o enfrentamento da questão do trabalho infantil e o desenvolvimento da percepção de que existe uma urgência inadiável em relação à erradicação da participação dos meninos no narcotráfico. Lembrando o conjunto de atividades listadas como as piores formas de trabalho infantil na Convenção 182 da OIT, De Bonis enfatizou a necessidade de se ampliar a compreensão da complexidade dessas relações sociais, desses valores e dessas relações simbólicas.

Nesse sentido, o Seminário tem mostrado a importância do reconhecimento das nuances e das complexidades envolvidas no combate às piores formas do trabalho infantil.

Encerrada suas considerações, o mediador deu início ao debate.

Perguntas para Cláudia Cabral:

1. “Parabéns pelo belo trabalho e pela diferenciação entre renda mínima e subsídio financeiro com o acompanhamento psicossocial. Em que lugares o projeto já é desenvolvido? Existem planos ou possibilidades de expansão? Como podemos participar?”

Cláudia Cabral: “somos uma ONG do Rio de Janeiro, onde o projeto foi desenvolvido. Uma ONG é sempre limitada na sua extensão. Já existem vários projetos com este propósito e o nosso objetivo tem sido promover muita capacitação e garantirmos o efeito multiplicador da metodologia de acompanhamento familiar. Estamos disponíveis para ampliar os efeitos dessa metodologia, para todos os projetos ligados a esse tema, tanto para o governo quanto para outras ONGs.

2. “Como é trabalhada a questão do uso do subsídio, ou seja, como se consegue mudar o uso da subsistência para a geração de renda e moradia para evitar a dependência e incentivar a autonomia dessas famílias?”

3. “Como vocês atuam em famílias com histórico de violência ou abuso e no caso de alcoolismo e drogadição?”.

Cláudia Cabral: “em relação ao subsídio, no início do projeto comentamos com as famílias que elas teriam dinheiro uma vez por mês. Depois vimos que não era verdade, pois o governo atrasava, repassava de três em três meses, quatro etc. Então, estabelecemos com a família que ela tem direito a 12 cotas, que será repassada de acordo com o calendário do governo. Podiam ser liberadas até duas juntas, porque o governo no final de ano às vezes libera duas juntas. Esse dinheiro, normalmente, era dado em forma de cheque nominal, para um membro da família escolhido pelo programa. Alguns programas generalizam e só o dão para a mãe. Muitas vezes isso é prejudicial para a família, às vezes o pai precisa ser ‘empoderado’, ele está precisando daquele cheque em termos de organização familiar. Quando o cheque é obrigatoriamente dado para a mãe, isso reforça a diminuição da imagem do pai dentro da família. A pessoa ter um cheque nominal e entrar no banco é uma questão de cidadania e o uso desse cheque é acompanhado pelo projeto.

Sobre a questão da geração de renda, os (as) profissionais normalmente enfocam a partir da escolaridade, da moradia e da geração de renda e isso tem muito a ver com a percepção e a ressonância do próprio profissional. Vi uma menina que trabalha no projeto, em uma reunião com um grupo de pais, dando uma grande aula para eles sobre o que significa capital de giro. E eles entendem a forma dela falar. Eles são esclarecidos que não vão viver do projeto, que nele é preciso se obter resultados. Assim, são advertidos que, caso não invistam em geração de renda depois de três, quatro meses de acompanhamento, podem não continuar no projeto. A não ser que estejam fazendo algum outro movimento de organização interna na família, que acreditamos nele, queremos que continuem etc.

Sobre a drogadição e o alcoolismo, quando se aprende a trabalhar com uma família, não se escolhe o problema que vai vir. A família pode trazer qualquer problema, qualquer membro da família: pode ser o casal que está em vias de se separar, a recente morte de alguém, a drogadição de um dos membros da família, o filho que está na rua, uma questão de violência. Nesse caso, cada família se organiza e se defende em relação àquele problema de uma forma.

O projeto vai sendo construído junto com a família, a partir da leitura feita da e pela família. A grande meta, é a oportunidade, é o espaço criado pelo (a) profissional para se comunicarem entre si. Então, o processo passa por ter a família toda à frente e fazer com que ela crie espaços de comunicação para que possam juntos decidir como podem se organizar melhor. O objetivo é minimizar o problema que gerou a busca da comunicação, senão, acaba-se fazendo terapia. Nós temos um trabalho social. Assim, como no caso da rua, o nosso foco principal é para tirar a criança da rua, esse é o nosso mandato”.

Pergunta para Nanko Buuren:

4. *“Estou curioso em relação a um ponto. Você expôs uma série de funções que os meninos exercem no tráfico: os soldados, os olheiros, os aviões, os vapores. A questão é sobre as diferenças existentes entre eles nesse processo de saída do tráfico. A dificuldade é a mesma para todos?”.*

Nanko Buuren: “o olheiro é um menino muito menos visível para a polícia, no momento que ele quer parar, ele sai. Já no caso do soldado, muitas vezes a própria polícia tem fotos ou o conhece, às vezes a gente precisa negociar até com o Ministério Público e com a polícia, para que ela não o incomode no momento dele ser encaminhado à escola. Às vezes, a negociação com o traficante é muito mais fácil do que a feita com a polícia ou com Ministério Público”.

Daniel De Bonis, aproveitando a menção à polícia, pediu a Jairo Coutinho que explicasse um pouco mais sobre quais seriam as causas fundamentais do sucesso do GPAE, sabendo-se da grande desconfiança existente nas comunidades populares em relação aos policiais.

Jairo Coutinho: “o sentimento de aversão à polícia não ocorre só na favela. Mesmo no trânsito você vai desenvolvendo um sentimento de aversão, pois é achacado a qualquer título. Então, o sentimento anti-polícia é generalizado. No caso do policiamento comunitário, o respeito aos direitos humanos é fundamental. Ele é comum em outros países, mas de certa forma, ainda é novidade aqui. Outro fator é o seu foco, que é enfrentar o poder armado presente na comunidade. O tráfico existe no Cantagalo, ninguém nega sua existência, mas ele está ficando igual à Vieira Souto. O vizinho é traficante, mas não usa a arma para oprimir o morador, estuprar ou outras formas de violência.

O grupamento permanente instalado na favela funciona também como uma barreira à invasão de grupos rivais, como uma barreira à invasão de grupos policiais associados à extorsão, o que vai fazendo o próprio tráfico se aproximar. Evidentemente, as pessoas continuam a desconfiar e vão continuar a desconfiar com toda razão, pelo menos por muito tempo. Mas o resultado está levando à expansão desse programa de grupamento de policiamento especial associado às políticas sociais. Ele está sendo criado na comunidade da Formiga, na Casa Branca, na Vila Cruzeiro, do outro lado da baía, na comunidade do Cavalão, em Niterói. Até setores conservadores da PM compreenderam que isso é um caminho que dá certo, que ele precisa ser perseguido. Então, é uma mudança que está sendo incorporada no processo”.

Feitos os apartes e comentários, mais uma pergunta foi feita à Diretora da Terra dos Homens:

5. *“A experiência mostrada no vídeo trata de famílias que vivem em lixões ou na atividade de catadores. Gostaria de saber se essa experiência se expandiu também para as regiões e atividades do narcotráfico”.*

Cláudia Cabral: “o trabalho que mostrei era voltado para as crianças que estavam em situação de rua. Logo, não eram crianças envolvidas no tráfico. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN está criando o Conselho Empresarial de Empresas Cidadãs e identificou que a Baixada Fluminense, de onde vem 45 por cento das crianças em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, tem o menor percentual de apoio social por parte das empresas”.

Painel 6

28 de novembro de 2002

Foram chamados para compor a última mesa do Seminário os (as) convidados (as) do painel número 6, denominado **“Os desafios das políticas públicas”**. A mesa foi formada por Vicente Faleiros, representante do CONANDA, que cumpriu a função de mediador; Maria Albanita Roberta de Lima, então Diretora do Departamento de Desenvolvimento da Política de Assistência Social da Secretaria de Estado e Assistência Social; e Carlos Henrique Araújo, Gerente de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Sociais da Missão Criança.

Maria Albanita Lima teve a incumbência de tratar do tema “o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI: bolsa criança-cidadã, jornada ampliada e geração de renda. Iniciou sua fala destacando a importância do Seminário para o redesenho das políticas públicas propostas pelo governo de então e a parceria existente entre a OIT e a Secretaria de Estado e Assistência Social. Considerou que, embora sua temática central fosse o PETI, a complexidade do tema tratado no Seminário exigia uma reflexão um pouco mais abrangente, que envolvesse as políticas públicas como um todo. Isso porque o PETI, não dá respostas para as questões presentes no evento.

Maria Albanita Lima destacou a falta de experiência do PETI no trabalho com crianças envolvidas no tráfico e a necessidade que se avançasse nessa direção, assim como em questões como o trabalho infantil doméstico. São desafios evidenciados no trabalho infantil que exigem pensar no redesenho e adequação do conjunto de programas e suas convergências, a fim de que se possa avançar.

Feitas as ressalvas, a representante da SEAS apresentou um conjunto de dados sobre o PETI: em outubro de 2002, 311.043 crianças eram atendidas na área urbana e 499.622 na zona rural, totalizando 810.665 crianças. O Programa foi iniciado em quatro estados (Pernambuco, Bahia, Sergipe e Mato Grosso do Sul). Atualmente, funciona em todas as Unidades Federativas do país, distribuídos por 2.610 municípios.

Inicialmente, a atividade privilegiada era o emprego na agricultura. Ao final de 1999, ocorre uma expansão do Programa para a área urbana, tendo em vista a forte presença do trabalho infantil nesse espaço e, uma pluralização das atividades nas quais as crianças estavam envolvidas.

A seguir a expositora destacou a diferença entre o PETI e as experiências da sociedade civil como as relatadas no painel anterior, marcadas pela riqueza e profundidade. No entanto, o gestor público federal trabalha com uma demanda nacional, cujo universo total dificilmente pode ser atendido, pois a limitação do orçamento é permanente. Isso gera a ênfase em uma ação de focalização, decisão que termina gerando uma sucessão muito grande de críticas. No caso do PETI, essa realidade provocou a opção pela focalização do atendimento às famílias que tivessem crianças empregadas nas piores formas do trabalho infantil, realçando a importância de se ter como linha de foco a família.

A expansão do PETI, em números e espaços geográficos, levou a uma série de discussões e ao seu redesenho. Em 2002, a perspectiva de se ter a família como base da intervenção do Programa foi se tornando hegemônica. Os dados demonstravam que a criança, ao se desligar do Programa, retornava para o trabalho infantil. Outros dados, embora pontuais, indicavam que a criança não ia para o trabalho apenas em função da questão econômica, apesar de sua forte influência. A sua vulnerabilidade social, expressa em outros campos que não só o econômico, é um forte fator para o ingresso nos mais diversos tipos de trabalho, inclusive o tráfico de drogas.

Assim, segundo a expositora, na antiga SEAS já se entendia ser de suma importância que o foco de intervenção priorizasse a família como unidade da intervenção. Todavia ainda é preciso ampliar o entendimento desta família, de seu mapa referencial; sobre a forma adequada, no campo pedagógico e psicológico, de se trabalhar com ela; e, por último, a questão do investimento, da geração de renda. São eixos necessários de serem trabalhados de forma ampliada.

Nesse campo, a equipe do PETI colocou também como uma questão para o Programa o enfrentamento de desafios como a intervenção direta com a criança, que passa pela retirada da criança do trabalho, o ingresso ou retorno dela para a escola e a jornada ampliada. Sem a jornada ampliada, a criança ou o adolescente possivelmente desiste da questão escolar, pois elas estavam fora do sistema educacional.

Outro grande desafio apontado pela expositora é o de aproveitar-se a experiência do debate em eventos como este Seminário e conseguir disseminá-la para quem oferece o serviço no espaço local. A simples garantia do desenho do Programa, de seus recursos financeiros não é suficiente. Cabe investir na formação de quem está oferecendo e entregando o serviço para o usuário. Quem oferece o serviço na esfera municipal precisa ter, por exemplo, a sensibilidade devida para a compreensão do cotidiano de uma criança empregada no tráfico. Quando isso não ocorre, não tem empreendimento, não tem política pública nesse campo que consiga dar resultado.

É preciso investir no profissional que está integrando o serviço, pois embora na instância federal o Programa esteja desenhado em uma perspectiva de garantia de direitos, na área municipal, ainda se depara com situações assistencialistas, com a falta de flexibilidade, com a incapacidade de se ir além da normatização, cuja função básica pode ser apenas a de garantir um certo controle administrativo da iniciativa. Assim disso, muitas vezes, a pessoa que mais necessita do Programa é excluída por falta de documentação ou por não ser alfabetizada etc.

O grande desafio dessas políticas públicas, portanto, é chegar nesse extrato da população que está muito abaixo da linha da pobreza, o público justamente mais vulnerável às situações como o tráfico e atividades similares. Todas as pesquisas feitas nesse sentido, pelos mais variados tipos de entidades, apontam para a dificuldade em se focalizar esse universo populacional que mais demanda a operacionalização de programas sociais.

Isso só poderia ser superado, segundo a palestrante, com a participação mais efetiva de quem atua na esfera local, caso o profissional tivesse maior condição de pressionar pelo redesenho, pela readequação do Programa, a fim de atender a situação que está sendo vista no espaço local. Nesse caso, não basta investir apenas na formação de quem atende de forma direta a clientela, mas nos técnicos das três esferas, tanto em quem desenha, como quem acompanha e executa. Mas, ressaltou a palestrante, quem faz a transformação de qualquer serviço entregue à população é quem executa o serviço, por isso ele deve ser priorizado no momento do investimento na formação e nas condições trabalho.

A representante da antiga SEAS assumiu a dificuldade do PETI em dar conta do conjunto de desafios colocados. Em casos como o do trabalho infantil no tráfico de drogas, seria necessária uma grande mobilização, que permitisse a integração entre diversos programas, tanto na SEAS como nos estados e municípios.

Para isso, continua Maria Albanita Lima, a socialização da informação é de suma importância, em particular a dos diversos tipos de pesquisas na área social, desenvolvidas por instituições diversas. Elas são fontes de informação para a reflexão e o redesenho do que está sendo oferecido à população. A socialização das informações é também um instrumento que fortalece o controle dos programas, em particular no espaço local.

Destaca, a seguir, a busca de parceria como outro desafio. Não será o PETI, o programa Bolsa Escola ou uma ONG sozinha, que dará conta de uma demanda como a tratada no Seminário. Este desafio exige a afinidade na parceria e, ao mesmo tempo, a sensibilização da sociedade. Está claro hoje, afirma a palestrante, que a sociedade, de certa forma, está mais consciente de que o trabalho infantil é algo equivocadamente. Entretanto, Albanita Lima reconheceu a importância de que se invista mais, tendo em vista que, em determinados focos de trabalho, a intervenção deve incorporar a própria comunidade, a própria sociedade, denunciando e apontando a existência da exploração da criança. Em casos como o do tráfico de drogas, sem a participação da comunidade não há como se chegar ao foco para fazer alguma intervenção.

A palestrante encerrou sua apresentação destacando a importância de que dirigentes públicos se tornem mais sensíveis a questões como as abordadas no Seminário. Eles precisam ter o compromisso de garantir a existência dos programas como políticas públicas. O PETI está com a porta aberta, pois um espaço enorme foi avançado no sentido do orçamento e na capilarização do atendimento. O seu grande desafio é a questão do valor, questão que deve ser tratada com profundidade. Na verdade, é preciso pensar de que forma esses programas podem ser readaptados, realinhados nesses focos específicos, ainda não encontrados, do trabalho infantil, em especial em questões como a da criança envolvida com as drogas.

A seguir, a palavra foi passada a Carlos Henrique Araújo, que tratou do “**Programa Nacional Bolsa Escola: o valor da bolsa e as ações socioeducativas**”. Integrante da ONG Missão Criança, fundada pelo ex-governador Cristovam Buarque no final de 1998, Araújo buscou, em sua intervenção, fazer um paralelo entre a bolsa escola criada pelo governo federal e a bolsa escola criada no Distrito Federal no governo de Cristovam Buarque.

De acordo com Carlos Henrique Araújo, a bolsa escola, como concepção, surgiu em 1987, na Universidade de Brasília, no Núcleo de Estudos Brasil Contemporâneo. Seu ponto de partida foi a consideração de que, na década de 80, a taxa de matrícula no ensino fundamental era em torno de 85 por cento, havendo cerca de 15 por cento de crianças entre dez e 14 anos analfabetas no Brasil, ou seja, os índices eram muito diferentes dos existentes atualmente no ensino fundamental.

Cristovam Buarque, professor da Universidade, em determinado momento imaginou que seria possível ter um programa no qual se pagasse às mães das famílias para que mandassem seus filhos para a escola. Era uma ideia simples, extremamente polêmica e que sofreu uma série de contestações. Um primeiro nível de contestação se dava no plano moral: as famílias já teriam obrigação de mandar os seus filhos para a escola. Em um segundo nível, se afirmava a impossibilidade de haver um orçamento suficiente para pagar todas as crianças pobres do país para que frequentassem a sala de aula.

Do final dos anos 80 até meados dos anos 90 foi se consolidando a ideia da bolsa escola como uma proposta, paralelo ao debate da renda mínima. Todavia, segundo o representante da Missão Criança, a bolsa escola em nenhum momento pretendeu ser renda mínima e muito menos uma panacéia de resolução da questão da pobreza. Como estratégia educacional, seu objetivo fundamental era a universalização do acesso ao ensino fundamental.

Em 1995, ao tornar-se Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque implementa o programa da Bolsa Escola. Ele começa pelas cidades mais pobres do Distrito Federal, no intuito de fazer um esforço de focalização que atingisse de forma efetiva os mais pobres. Em quatro anos, o programa atingiu em torno de 50 mil crianças e 25 mil famílias.

Carlos Henrique Araújo ressaltou o caráter familiar do desenho do projeto. A Bolsa Escola não era paga por criança, mas por família e para a mãe. Isso porque o percentual de famílias

monoparentais é muito grande entre os mais pobres. Além disso, os maridos são muito rotativos nessas famílias. Essa garantia, embora polêmica, demonstrou-se ao longo dos anos muito interessante, de acordo com todas as avaliações feitas. Ela contribuiu para a mudança das relações familiares e ampliou o poder dessa mãe, transformando radicalmente as relações familiares.

O programa pagava um salário mínimo a família para que ela mandasse todos os seus filhos em idade escolar para a escola. Depois disso, ele foi se expandindo para vários estados, de forma muito rápida. A Bolsa Escola foi também expandida para alguns países. No México, o programa Bolsa Escola tem um grande alcance e se chama “Oportunidades Agora”; a Bolívia o adotou recentemente, com o nome de “Data Futura”.

Em 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso implanta o Bolsa Escola Nacional, com algumas diferenças fundamentais. Isso gera, para ele, alguns problemas centrais que podem fazer com que o programa perca eficiência, se comparado ao programa do Distrito Federal.

A primeira diferença refere-se ao valor. O valor não é só uma questão orçamentária, pois seria possível fazer-se um programa menor com um repasse de recursos maior às famílias. No Bolsa Escola nacional, repassa-se R\$15,00 por criança, podendo a família incluir no programa até três crianças, ou seja, R\$45,00. Este valor tem impactos variados, dependendo de onde o programa é implantado, seja no interior da região amazônica ou em um grande centro urbano. No caso do Distrito Federal foram feitas várias pesquisas com crianças em situação de rua, que ganham, em média, R\$6,00 por dia nas ruas. A Bolsa Escola não é só uma questão de racionalidade econômica, mas caso a criança consegue na rua, ou mesmo no narcotráfico, muito mais dinheiro do que o programa oferece, isso vai influenciar em sua eficácia. Assim, o impacto da Bolsa Escola Federal sofre forte influência da diversidade econômica dos locais onde ela é implantada.

Outro ponto de discordância refere-se ao pagamento por criança. O Bolsa Escola deve ser um programa familiar, voltado para o conjunto de seus integrantes. Nos termos atuais, o pagamento por criança responsabiliza de maneira muito forte. Em segundo lugar, uma mãe pode pôr duas crianças na Bolsa Escola e uma mais velha, mas ainda em idade escolar, no trabalho infantil. Logo, defende Carlos Henrique, o benefício deve estar vinculado à frequência de todas as crianças daquela família, em idade escolar, às salas de aula.

Além disso, boa parte dos recursos públicos, em geral, é desperdiçada em função da má focalização, não chegando ao beneficiário. No caso da Bolsa Escola Nacional, ela deveria ter uma relação mais estreita com os municípios, qualificando-os para selecionar as famílias mais pobres entre as pobres. Araújo afirmou que no Distrito Federal, com as devidas ressalvas às suas diferenças em relação a outras unidades da Federação, houve uma escala no processo de focalização, pois foram escolhidas as cidades administrativas mais pobres e foi realizado o processo interno nestas cidades, a partir de um cadastramento universal e da pontuação num sistema informatizado. Isso permitiu identificar quais eram as famílias mais pobres dentre as pobres que poderiam entrar no programa. O registro dessas famílias ficava no sistema e sua evolução podia ser, então monitorada.

Da mesma forma, o monitoramento da frequência tem que ser fundamental. Caso se abra mão dele, a Bolsa Escola perde o seu sentido. As crianças têm de frequentar 90 por cento das aulas. Esta é a contrapartida da família, que deve ser cobrada de forma rígida. Da mesma forma, o pagamento deve se dar com pontualidade, pois se há atrasos, o programa também perde um pouco de seu sentido.

Outro aspecto a ser reforçado no Programa Federal, seria o seu controle social, significando envolver a comunidade, os Conselhos Municipais no controle e fiscalização da Bolsa Escola. Isso vai garantir, em primeiro lugar, a sustentabilidade do programa e sua inserção na comunidade. Para isso, os Conselhos devem ser os mais representativos possíveis e serem instrumentos efetivos de controle social.

Não é possível imaginar-se que o enfrentamento dos problemas de uma família em um bairro pobre, com inúmeras variáveis e problemas, será feito por um programa específico, reconhece o representante da Missão Criança. Isso exige um processo de integração e de articulação das políticas sociais, sejam elas municipais, estaduais ou federal. Assim, é importante associar-se, por exemplo, o Bolsa Escola à alfabetização das mães, visto que 90 por cento são semi-alfabetizadas ou analfabetas funcionais.

A integração das políticas deve ser acompanhada de um permanente processo de avaliação e acompanhamento, práticas que não são tradicionais no desenvolvimento de políticas sociais no Brasil. Caso essa avaliação aponte erros, é preciso redesenhar a política. Ao longo desses anos foram feitas diversas avaliações em diversas partes do mundo sobre os efeitos da Bolsa Escola, tanto pontuais como nacionais. Elas apresentam algumas conclusões básicas. Em primeiro lugar, o Programa incide de forma direta e objetiva na questão do aumento da taxa de matrícula e diretamente na questão do trabalho infantil, em particular na área rural, em função do controle maior por parte da comunidade. Ele também tem muita influência na redução das piores formas de trabalho infantil.

O princípio, apontado por diversas pesquisas, é que nenhuma família quer os filhos no lixo ou na rua. A necessidade econômica, em casos como esse, tem muito peso. Então, a oportunidade da Bolsa Escola faz com que a criança saia dessas atividades.

Sobretudo, conclui Carlos Henrique Araújo, a Bolsa Escola é uma porta de entrada para o seio da família, ela tem diversos efeitos que não são imediatos, como por exemplo, as mães voltam a ter o desejo de estudar, em função das novas demandas escolares dos filhos. A Bolsa Escola pode ser ampliada, se articular a outras políticas sociais e se transformar em um sistema de transformação das famílias. Mesmo no caso do narcotráfico, cujo grau de complexidade é muito grande, o Programa Bolsa Escola, se bem implementado, pode funcionar como um importante fator de prevenção.

Encerrada as exposições do sexto painel, o mediador, Vicente Faleiros afirmou, de forma especial, o compromisso do CONANDA com a realização do Seminário. Nesse Fórum, Faleiros representa o Centro de Referência, Estudos e Ações da Criança e do Adolescente - CECRIA.

Faleiros assinala que, atualmente, o governo federal atende oito milhões e 500 mil crianças, com um gasto de dois bilhões de reais por ano. São programas muito importantes, mas como afirmado por Maria Albanita Lima e Carlos Henrique Araújo, precisam ser repensados. Do ponto de vista do CONANDA, afirmou Faleiros, o fundamental é a inserção, a permanência e a qualidade na escola. Então, tanto o Bolsa Escola como o PETI são programas assistenciais, que vêm de certa forma propiciar o acesso à escola, um direito da criança e do adolescente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assim com o direito à saúde, ao lazer, à família e à pré-escola.

Faleiros destacou, ainda, o fato do Bolsa Escola romper com a intergeracionalidade de um fenômeno como o analfabetismo. Ele só se rompe quando a família compreende a necessidade de que a criança saia dessa condição. Quando a mãe supera a idéia de que, se ela é analfabeta, o seu filho também pode ser. A experiência do Distrito Federal, de mais de 100 municípios brasileiros e do governo federal já permite que se faça uma avaliação e se dê um salto qualitativo no Bolsa Escola.

Não há prevenção ao narcotráfico sem educação de qualidade e permanente. Para isso, é preciso, enfatizou o representante do CONANDA, além da presença desde cedo da criança na escola, uma instituição educacional de qualidade, eficiente e efetiva que possa contribuir para o desenvolvimento e proteção da criança.

Concluindo sua intervenção, o mediador destaca a experiência dos programas, a discussão acumulada e enfatiza a necessidade de aproveitar todas as críticas feitas para avançar. Nesse sentido, Faleiros aproveitou para perguntar aos dois outros integrantes da mesa sobre como viam a possibilidade de serem integradas as políticas e o papel do cadastro único para isso.

Maria Albanita Lima: “o grande desafio que o cadastramento único busca enfrentar é a elaboração de um banco de dados com um perfil de todas as famílias do Brasil com renda per capita abaixo de meio salário mínimo. No Censo, por exemplo, um entrevistador capacitado para coletar determinadas informações vai à casa da família recolhê-las e verifica as informações que estão sendo dadas.

No cadastramento, a mãe vai ao local ao qual tem o acesso para se cadastrar. Logo, é preciso trabalhar com uma margem nessa informação. No momento de se trabalhar todas essas informações, em um universo de nove milhões de famílias a serem cadastradas, a intenção é dali tirar o perfil da família brasileira, num conjunto por segmento: o número de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência etc. Será uma informação gerencial sobre que tipo de programa e de recurso será investido naquela família.

O cadastro traz a informação de quantos programas aquela família acessa, até para avaliar o seu custo-benefício, não numa perspectiva de corte, mas na busca de se fazer uma avaliação gerencial: qual investimento está sendo feito naquela família, no grupo de famílias, no município, na comunidade, a fim de definir indicadores de impacto.

A idéia é oferecer os dados para os gestores públicos, tanto federal, estadual como municipal. Um banco de dados com o perfil da família brasileira abaixo de meio salário mínimo, sem dúvida nenhuma, será uma ferramenta que vai trazer a possibilidade de desenhar e redesenhar qualquer que seja a política pública apontada”.

Vicente Faleiros comenta que “era algo louvável a unificação dos dados no país. Mas, caso se imagine que a situação dos mais pobres entre os pobres se correlaciona, de forma forte e efetiva, com o nível de informação que a família tem, qual é a consequência disso? Algumas famílias, justamente as mais pobres, ficam fora do cadastramento devido à informação sobre ele não chegar a elas. Existe um processo consagrado de pesquisa, chamado geo-processamento, que é relativamente fácil de fazer. Ele foi feito, por exemplo, em Santo Amaro, um grande bairro do Recife. Em três dias, com a licença de parte do narcotráfico, pois ali algumas áreas têm narcotráfico, conseguimos identificar seis micro bairros dentro de Santo Amaro, com características absolutamente diferentes. Chegamos a uma área, na qual as pessoas não se cadastravam na Bolsa Escola, no PETI ou em outros programas, pois a informação não chegava ou elas a desprezavam, da mesma forma como a população de rua não está no Censo. Mesmo complicado, talvez o IBGE tenha condições de chegar a todas as casas dos mais pobres entre os pobres. Mas é preciso acoplar outras metodologias ao cadastramento, a fim de fazer com que ele atinja essas famílias”.

Maria Albanita Lima: “o primeiro passo foi dado na perspectiva de criar um instrumental único no governo federal. Depois foi criado um banco de dados único. Penso que a nova gestão, se quiser ampliar, deve agregar novas metodologias que facilitem o cadastramento. O desafio está colocado. O importante é que, caso se queira acessar, fazer cruzamentos com a PNAD, com o Censo, definir políticas públicas, os dados estarão disponíveis”.

Após as falas, Faleiros abriu o debate ao público, encaminhando uma pergunta para o representante da Missão Criança.

1. “O atual governo do DF mudou o nome e o valor do Bolsa Escola, agora chamada de Renda Minha. A renda ficou por família e não por criança. Como ficará, então, a do governo federal e a do DF?”

Carlos Henrique Araújo: “o governo local que ganhou em 98 e que ganhou agora de novo é o maior desastre em termos de política social que já conheci na minha vida, é incomparável com o

governo federal. Este trata a questão com muito maior responsabilidade, a política social no Distrito Federal é uma política paternalista, de um assistencialismo, no mau sentido, absolutamente claro e evidente. É uma relação que, no fundo, torna o pobre cada vez mais pobre.

Para ele, era fundamental mudar o nome do que o governo do PT havia feito. Além disso, ele diminuiu o valor por família e escolhe as famílias a partir de critérios políticos. Ele voltou à velha máxima de retirar a liberdade da família para comprar aquilo que ela necessita, porque ele acopla uniforme, material escolar etc.

O Renda Minha é um desastre do ponto de vista de política social que eu prefiro não comentar. Mas agora, quero fazer um elogio. O governo federal era de um partido bastante diferente, o PSDB, mas Fernando Henrique manteve o nome Bolsa Escola. Acho bastante interessante e louvável essa atitude. Mas tem de revisar a questão do valor, da focalização, do controle, da relação como os municípios etc”.

Perguntas para Maria Albanita Roberta de Lima

1. “Mais uma recomendação do que uma pergunta: “sugiro alterar a lei do PETI, permitindo o pagamento para a criança independente da frequência de 75 por cento quando ela ou a família estão envolvidas com drogas, permitindo a continuidade no trabalho socioeducativo para a recuperação”.

1. “Já houve tempo hábil para uma avaliação qualitativa do PETI. Ele está efetivamente atingindo os objetivos a que se propôs? As crianças atendidas pelo Programa estão cumprindo a jornada ampliada em sua totalidade e suas famílias estão sendo contempladas pelos programas de geração de renda também em sua totalidade?”.

Maria Albanita Lima: “vou começar pela última. Em termos nacionais, ainda não trabalhamos um sistema de avaliação para aferir este tipo de impacto. Estamos implantando com muita dificuldade um sistema de avaliação e monitoramento. Então, todo o nosso esforço está voltado para trabalhar o monitoramento e o acompanhamento local. Estamos investindo nisso a fim de podermos ter uma noção sobre o tipo de serviço que está chegando ao cidadão. Quem trabalha no atendimento local não tem incorporado a perspectiva de que também é responsável por este tipo de serviço. Essa visão tradicional precisa ser superada pelo executor local e serem produzidos registros e dados sistematizados, qualquer que seja o instrumental requerido pelo governo federal ou pelo Estado.

Entretanto, como não há uma cultura de avaliação, qualquer solicitação mesmo de um formulário para a coleta de informação de lá para cá, vira transtorno. A forma de resposta ainda se sustenta em uma cultura de subordinação, o executor local não se reconhece como gestor, como ser responsável e com autonomia para a gestão local.

No PETI, o nosso avanço é o trabalho com a noção de foco. Com a identificação e o monitoramento dos focos de trabalho infantil, um dos indicadores fáceis de se aferir é se as crianças e os adolescentes foram retiradas do trabalho. Com os dados macros, não conseguimos, muitas vezes, saber se a criança saiu do trabalho; muitas vezes, a criança participa do PETI, está recebendo a bolsa, está na jornada ampliada e no final de semana continua trabalhando. Isso ainda é um desafio, sem dúvida nenhuma.

As férias e a frequência das crianças às atividades foi um desafio que já vencemos. Administrativamente falando, o pagamento do Programa estava vinculado ao controle de frequência. A Prefeitura fazia um investimento enorme para implantar a estrutura da jornada, por exemplo, com 25 crianças. Caso faltassem cinco crianças, a estrutura era a mesma: tinha que pagar monitor e transporte mensal para garantir a presença das crianças. No novo sistema, isso já está sendo flexibilizado.

O Programa é desenhado em uma perspectiva nacional, as exceções devem ser vistas e superadas. Os problemas da jornada podem ser diversos, dependendo do lugar. O nosso entendimento é que o pagamento atrasado e a frequência não devem ser vinculados. Temos que montar uma outra forma de controlar a frequência da criança na jornada e na escola, mas numa perspectiva de incentivo e não de coibição. O mesmo procedimento deve ser adotado em relação à bolsa para a mãe: temos que buscar alguma forma de fazê-la entender a importância da criança estar na escola, sem necessariamente criar uma relação de tutela.

Cabe lembrar que, na verdade, o PETI não foi feito por lei, mas por uma portaria. Assim, no manual essa questão da frequência já foi consertada; pode ter algum ainda circulando com essas orientações antigas, mas o nosso sistema não faz o corte automaticamente”.

Questão para Carlos Henrique Araújo e Maria Albanita Lima:

2. “Como não pode haver acumulação no recebimento do Bolsa Criança Cidadã, PETI e Bolsa Escola, percebe-se que os que estão inscritos no Bolsa Escola, pelo menos nos estados de Rondônia e Acre, não são afastados do trabalho, existe até a hipótese das crianças ingressarem no trabalho para ganharem uma bolsa de maior valor, o PETI. A Bolsa Escola também não deveria exigir que a família retirasse a criança do trabalho, ou seja, não deveria haver uma melhor articulação entre os dois programas?”

Albanita Lima: “sem dúvida nenhuma. O Bolsa Escola, quando lançado, tinha um artigo que proibia estar em dois programas, mas recentemente foi encaminhado, no Bolsa Escola, uma série de discussões. Mas não conseguimos avançar por questões políticas. Nós, no PETI, temos um entendimento muito claro: o programa é para a criança que está no trabalho infantil, ele é uma tentativa de tirar a criança do trabalho, resgatando a inclusão na escola. Há um entendimento que o Bolsa Escola é um programa de prevenção, mas é claro que a mãe não faz esse raciocínio. O raciocínio dela é sobre quem dá mais e de que forma eu posso pegar mais. Não há, acoplado a esses dois programas, uma convergência no sentido de trabalhar com essa família a questão da renda e do trabalho”.

Carlos Araújo: “eu e o Marcelo Aguiar, que é o Secretário Executivo da Missão Criança, escrevemos um livro editado pela UNESCO que se chama ‘Bolsa Escola, Educação para Combater a Pobreza’. Nesse livro a gente conta um pouco a história da Bolsa Escola. Ainda no final de 1994, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso já eleito, Cristovam Buarque levou o Programa Bolsa Escola como uma contribuição pessoal dele para implantar no Brasil. De 1994 até 2001 se passaram vários anos. Em 1996, o governo federal implantou o PETI. No caso, optou-se em fazer uma bolsa escola focalizada no trabalho infantil; depois, em 2001, se fez a bolsa escola federal, com valores diferentes. Assim, o governo federal fragmentou a política.

Encerrado os painéis, o professor Jailson de Souza e Silva passou a apresentar uma sistematização das apresentações e dos debates. A mesa foi composta por Vicente Faleiros, representando o CONANDA e Isa Oliveira, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, entidades organizadoras do Seminário e, José Abelardo Cuty da Silva, representando o Ministério do Trabalho e Emprego.

Jailson de Souza e Silva: “a sistematização de um Seminário desse porte, com uma grande mesa de abertura, uma conferência, 18 palestras, além da participação dos mediadores e do plenário, requer

grandes esforços. Cabe resgatar aspectos básicos. Em primeiro lugar, os objetivos fundamentais do Seminário eram três basicamente: (i) a socialização de dados sobre a característica da rede do tráfico e o perfil das crianças empregadas e suas condições de vidas; (ii) o intercâmbio de experiências desenvolvidas no combate à utilização do trabalho das crianças no tráfico; e (iii) a apresentação de proposições que permitam a construção de estratégias globais para o enfrentamento do problema.

A abertura do evento reuniu representações do poder judiciário, do poder executivo, de organismos internacionais e de organizações pluriinstitucionais. Isso já pode ser o início da resposta àquela que foi a principal questão do nosso Seminário: a necessidade do estabelecimento de ações integradas e globais para tratar do fenômeno do trabalho infantil no tráfico. Nesse sentido, gostaria de destacar a excelência do evento: a clareza, a profundidade e a intensidade das falas, a objetividade das propostas, ou seja, a compreensão fundamental das questões que estão colocadas foram relevantes.

No Seminário, tivemos três momentos básicos. Destaca-se inicialmente a Conferência. Utilizar esse momento, tradicionalmente dedicado à falas mais institucionais, como um espaço de apresentação de uma pesquisa, cujo objetivo fundamental era apresentar dados mais efetivos sobre a realidade do tráfico foi uma iniciativa significativa. Ela demonstra a compreensão sobre a importância de se diagnosticar de forma mais efetiva essa realidade e trabalhar com ela a partir de dados mais concretos.

A Conferência enfatizou dois pontos essenciais: a necessidade de se modificarem os pressupostos que sustentam o olhar sobre os espaços populares e sobre as crianças empregadas no tráfico. Romper com o que foi designado como um paradigma da ausência, caracterizado pela definição dos espaços populares a partir de registros de grupos sociais estranhos àquela realidade, o que gera um discurso voltado para a descoberta de carências e negatividades. Faz-se necessário compreender a pluralidade e a riqueza da dinâmica das redes sociais populares e reconhecer, inclusive, a rede social que é o tráfico, questão que foi o segundo ponto central da conferência.

O tráfico é uma rede social que tem exigências, vantagens, desvantagens, disputas e valores. Assim, a compreensão da rede é fundamental para a sua desestruturação: o seu funcionamento, o ingresso e saída das crianças do tráfico. Isso é fundamental para que se desenvolvam ações de superação desse quadro. Também foram apresentados um conjunto de informações e dados sobre a metodologia da pesquisa e seus resultados.

Foram apresentados seis painéis no conjunto do Seminário: **“O arcabouço jurídico no âmbito das atividades ilícitas”**; **“O papel da segurança pública e da justiça na proteção dos direitos da criança e do adolescente”**; **“O papel do judiciário no narcotráfico”**; **“A escola como ambiente de combate e prevenção ao narcotráfico”**; **“A sociedade civil e a família: a questão do poder, pertencimento e da adrenalina”**; e, por fim, **“Os desafios das políticas públicas”**. Essa ordenação seguiu uma estrutura básica. As apresentações foram feitas considerando a base legal que sustenta o combate ao emprego de crianças no tráfico de drogas. Assim, através da reflexão sobre o ECA e a Convenção 182, optou-se por ampliar a compreensão dessa legislação; as formas como elas estão sendo implementadas.

Outro aspecto da estrutura foi a exposição de experiências políticas e programas de diferentes níveis: locais, regionais, nacionais e com variados atores: executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil. Houve, assim, a possibilidade de ver-se distintas formas de apreensão do problema e de se perceber os desafios fundamentais na construção de política para o tratamento do problema em questão.

O Seminário demonstrou que, apesar da diversidade, há referências claras em torno das medidas básicas que devem ser elaboradas.

O terceiro ponto estruturante diz respeito aos diagnósticos. Houve uma apresentação de diagnósticos elaborados de variadas formas, em múltiplas redes e territórios. Essa diversidade de dados oferece condições positivas para subsidiar posteriormente o trabalho.

Tendo em vista esse conjunto de desafios e propostas, a sistematização foi ordenada em duas partes: os desafios fundamentais manifestos na pluralidade de falas, distribuídos por dez tópicos e, diante deles, as ações propostas, organizadas em 13 itens.

Desafios apontados no Seminário

- Ampliar a compreensão sobre a dinâmica de inserção e permanência das crianças e dos adolescentes no plantio e no tráfico, a partir do desenvolvimento de novas pesquisas, de variados alcances e formatos. Inclusive, foi proposto o desenvolvimento de uma pesquisa no polígono da maconha, nos moldes da que foi feita em relação ao narcotráfico no Rio de Janeiro.
- Mudar as representações relativas aos espaços populares, de seus moradores e dos atores envolvidos na rede social do narcoplantio e do tráfico de drogas, em particular das crianças, dos adolescentes, de suas famílias e dos traficantes maiores de idade, tratando de compreender mais as nuances e as diferenciações.
- Mudar a estrutura da polícia, principalmente no que diz respeito a formação de seus integrantes, suas formas de atuação e criação de mecanismos externos de controle sobre suas ações. Estrutura na qual o policial cumpra um novo papel na relação com a comunidade, com as crianças empregadas e com o próprio tráfico.
- Avançar na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, tendo em vista que muitos de seus artigos ainda não foram materializados. Para a operacionalização do ECA faz-se necessário a mudança da consciência de muitos juizes, promotores e outros atores do Sistema de Garantia de Direitos.
- Construir formas alternativas de enfrentar as pressões para a redução da imputabilidade penal, visto que se difunde na sociedade a noção de que as normas em vigor geram o aumento da impunidade e da violência. A defesa da cronologia como critério balizador da imputabilidade deve ser acompanhada de argumentos mais convincentes, abrangentes e massificados, assim como devem ser criadas medidas mais eficazes de aplicação das medidas.
- Superar a fragmentação das ações encaminhadas pelo conjunto de atores envolvidos com o fenômeno ora tratado, em variados níveis territoriais e administrativos (legislativo, executivo, judiciário, sociedade civil, escolas, empresas etc). Esse foi o grande tema da maioria das falas. Em geral, ainda não há ação em rede por parte do executivo, do legislativo, do judiciário, da sociedade civil, das escolas, de empresas privadas com responsabilidade social etc. Existe um conjunto de agentes combatendo o trabalho infanto-juvenil no tráfico, das mais variadas formas e com sensibilidades diferentes. É preciso construir estratégias e mecanismos para integrar esse conjunto de percepções, sensibilidades e ações,
- Articular as ações de prevenção primária, focalizando os setores sociais mais vulneráveis; as ações de repressão qualificada e as de redução de danos. A descriminalização do trabalho rural no plantio da maconha ou mesmo a ampliação dos debates sobre a liberação do uso e venda da maconha foram alternativas sugeridas em relação à iniciativas voltadas para a redução de danos. Foi, aparentemente, consensual que não há sentido em trabalhar simplesmente na repressão e na ponta do

problema, seja via a tentativa de erradicação dos pés de maconha, seja no próprio trabalho de retirada das crianças envolvidas. Essas ações devem ser combinadas com um trabalho de prevenção que permita a construção de uma outra forma de se trabalhar os espaços populares e as famílias de onde essas crianças são oriundas. Articular os três níveis de ações exige a formulação de novos tipos de programas, que tenham foco e estratégias centradas na articulação institucional e social.

- Criar alternativas sociais para as crianças já empregadas no tráfico, de forma sistemática, regular e de amplo alcance. Muito pouco se avançou nesse sentido. Há trabalhos localizados em diferentes espaços, feitos especialmente por ONGs específicas, mas não se construiu ainda projetos mais integrados, que configurem uma política pública. Em geral, o trabalho infantil no tráfico assume uma forma muito particular e diferenciada das outras formas. Ele envolve um grau de remuneração, por exemplo, que as soluções monetárias existentes nos programas atuais não dão conta. Soluções muito mais sofisticadas precisam ser criadas para retirar as crianças e os adolescentes do tráfico.

- Priorizar estratégias voltadas para a preservação da vida, integrando o combate às drogas ao enfrentamento do tráfico e ao uso de armas leves, de forma ampliada. Isso implica em entender que o tráfico de armas está muito associado ao tráfico de drogas e o ingresso da criança e do adolescente no tráfico também é muito motivado pelo uso das armas. Encaminhar mecanismos que evitem a sua venda e seu uso é um desafio fundamental”.

Ações sugeridas no Seminário

O Seminário Nacional não era um fórum de representação. Diante disso, as iniciativas sugeridas pelos diversos palestrantes e participantes não foram submetidas a um processo de aprovação formal. De qualquer forma, o Seminário produziu um conjunto bastante rico de avaliações e proposições sobre o tema, em geral complementares, havendo grande identidade a respeito do diagnóstico do problema e das ações necessárias para enfrentá-lo. Assim, a Comissão Organizadora do evento, reunida às entidades que dele participaram, fará a seleção e hierarquização das sugestões propostas, assim como o encaminhamento dos desdobramentos decorrentes.

As ações sugeridas, formuladas a partir dos desafios apontados, têm como eixo fundamental o reconhecimento da necessidade dos diversos órgãos e atores dedicados ao combate do trabalho infantil no sistema das drogas integrarem suas ações. A tarefa exige a elaboração sistemática de diagnósticos sobre o fenômeno, em variados formatos, e a produção de um plano de ação que combata o trabalho infantil no tráfico em suas múltiplas facetas. A partir desses pontos é que se desdobram as diversas proposições apresentadas e sistematizadas no decorrer dos trabalhos.

- Formulação de um Plano Nacional de Combate ao Trabalho de Crianças e Adolescentes no Narcoplantio e Narcotráfico, sustentado em diagnósticos plurais, metas de curto, médio e longo prazos e prioridades com consensualidade.

- Formulação de um núcleo articulador de ações voltadas para o combate ao trabalho infantil no plantio e no tráfico de drogas, de âmbito nacional e com equivalentes regionais. Esse núcleo deve articular o Plano Nacional de Combate coordenando ou pelo menos articulando as ações desenvolvidas, assumindo a responsabilidade pela sistematização dos dados, pelo monitoramento das políticas e pela difusão dos princípios que obtiveram consensualidade no Seminário.

- Criação de instrumentos de financiamentos específicos para a erradicação do trabalho infantil no tráfico de drogas, tendo em vista suas peculiaridades no que diz respeito à remuneração

das crianças e adolescentes, ao domínio de territórios e ao poderio bélico e corruptivo do tráfico. A criação de ações voltadas para o fortalecimento da capacidade financeira dos Conselhos de Direitos seria uma alternativa necessária e factível, tendo em vista a existência de legislação que já oferece essa oportunidade.

- Desenvolvimento de um diagnóstico específico sobre os pontos de estrangulamento na implantação do ECA e a proposição de meios para superá-los. Depois de 12 anos, cabe avaliar os avanços alcançados em relação às questões dos direitos das crianças e adolescentes, os limites existentes e as ações necessárias para sua consolidação no país, enfim verificar como o Estatuto pode contribuir para o enfrentamento do trabalho infantil no narcoplantio e no tráfico de drogas. Caso se comprove que há lacunas e insuficiências nele e/ou em sua aplicação, encaminhar proposições alternativas. A mesma mobilização que permitiu sua aprovação deve ser (re)construída para seu diagnóstico, eventuais modificações e implantação definitiva. Não se pode deixar as iniciativas na mão dos adversários.

- Implantação e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios brasileiros, a partir da elaboração de um programa específico, com calendário e responsabilidades definidas.

- Formação de redes, por um lado, que articulem as diversas iniciativas voltadas para a prevenção ao ingresso de crianças e adolescentes no tráfico, e por outro lado, da repressão qualificada. Pode-se chamá-la de 'estratégia da pinça'. Ainda é muito comum a entrada, como uma tropa de ocupação, da polícia na comunidade e o embate armado com o tráfico. Normalmente, um jovem traficante é morto, policiais e/ou moradores são atingidos, em uma rotina grotescamente reproduzida. Essa realidade demonstra que não adianta trabalhar só a repressão, assim como não é possível ignorar o que representa a violência e o arbítrio da ação do plantio e do tráfico de drogas na vida de milhões de cidadãos, especialmente nas grandes cidades. A Operação Mandacaru e, em particular, a experiência do GPAA, que articula a repressão qualificada e uma outra forma de inserção policial na comunidade, cotidiana e não pontual, demonstram as possibilidades de materialização de ações integradas nesse campo.

- Promoção de estudos voltados para mudanças na legislação que levem em conta as diferentes condições socioprofissionais dos trabalhadores envolvidos com o plantio da maconha e que busquem a redução de danos provocados pela dinâmica do plantio e comércio das drogas. O modo de tratar, no campo legal, as pessoas envolvidas no sistema das drogas é uma das questões mais polêmicas no que diz respeito à presença das drogas em nossa sociedade. Como tratar o trabalhador do narcoplantio e seus filhos que o auxiliam? O garoto que está trabalhando no plantio deve ser tratado exatamente como o garoto que está vendendo drogas na favela do Rio de Janeiro. Este deve ser tratado de forma similar àquele que está com um fuzil na mão, defendendo os interesses do dono da Boca-de-Fumo? A legislação e o sistema penal ou de internação existentes permitem que se estabeleçam diferenças entre eles? Como é que o profissional pensa sobre a legislação para essa família? Várias falas, inclusive na pesquisa, apontam de que está chegando o momento de aprofundar estratégias centradas na redução de danos, tal como a descriminalização da Cannabis sativa e mesmo de outras drogas. Sistematizar os estudos nesse campo, as experiências internacionais e as propostas são necessidades manifestas.

- Investimento na produção de políticas agrícolas e agrárias que ofereçam alternativas econômicas ao plantio de Cannabis sativa. Essa proposta sustenta-se no reconhecimento do forte peso econômico do plantio e do tráfico de maconha. Assim, devem ser criadas ações estruturais no campo das políticas agrárias, agrícolas, de crédito, de acompanhamento de novas

culturas. Caso contrário, as famílias mais pobres vão continuar sendo estimuladas a plantar a *Cannabis sativa*.

- Formação de agentes comunitários, nos espaços populares de forte incidência do tráfico de drogas, dedicados à implantação de estratégias preventivas em relação à violência. A Secretária Iara Prado usou o termo *Agentes Comunitários de Segurança*. Certamente, ela não estaria sugerindo que se pegassem alguns jovens para enfrentar outros, empregados no tráfico de drogas. Assim, o termo *segurança* não parece propício. Ela, provavelmente, estaria sugerindo a formação de agentes locais voltados para a prevenção da violência. Seriam jovens capacitados para o tratamento da questão dos direitos humanos nas escolas, para o encaminhamento de diversas ações voltadas para o aumento da sociabilidade das crianças em situação de maior vulnerabilidade social. O espírito da proposta seria reconhecer a questão da violência nas escolas como um tema fundamental, o que gera a necessidade de um programa voltado para o tratamento do fenômeno. Agentes comunitários em condições de trabalhar as relações humanas, difundindo os direitos fundamentais, inclusive, podendo-se investir na incorporação de adolescentes e jovens próximos à rede do tráfico e que tenham interesse em dela sair. Uma estratégia como essa, de forma integrada com outras iniciativas seria factível, criativa e muito significativa.

- Desenvolvimento de projetos que valorizem o espaço da escola pública e a formação de seus profissionais para que se capacitem a lidar com o fenômeno das drogas no espaço escolar e em seu entorno. No que concerne às ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil, ficou evidente, em variadas falas, a falta de envolvimento da instituição escolar com o tema. Um plano nacional, integrado e articulado, deve considerar a escola como um ponto central de manifestação da violência e da intervenção do tráfico de drogas, garantindo o envolvimento de seus atores, em particular dos profissionais e das famílias.

- Identificação das famílias mais vulneráveis socialmente nos espaços populares e a sua focalização no encaminhamento de ações sociais integradas. Uma das necessidades da política social atual, como ficou bem expresso nas falas do último painel, é a formulação de uma boa estratégia de focalização. É central identificar as famílias mais vulneráveis socialmente e desenvolver um trabalho específico, integrado com elas no campo da renda, da qualificação, da saúde, da cultura, da educação e do esporte. Cabe, nesse sentido, pensar essa família de forma integrada, como unidade de ação, indo além da lógica centrada nos indivíduos, sejam crianças, adolescentes ou idosos. A criança empregada no tráfico de drogas, por exemplo, faz parte de uma rede que envolve ela, a família e o seu território, a sua comunidade. Não basta, então, pensar na ação só com essa criança, mas levar em conta o contexto, sendo a família o nó fundamental da rede que articula o território e os diferentes atores.

- Formulação e implantação de formas inovadoras de inserção da polícia nas comunidades populares, nos moldes da experiência dos Grupos de Policiamento de Áreas Especiais - GPAEs da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A experiência do GPAE, certamente, não é uma panacéia, tem limitações. Evidentemente não acabou com o tráfico e, no caso das mortes, em alguns casos os corpos passaram a ser deixados em outro local, inclusive, deixaram um cadáver decapitado, em pleno bairro de Ipanema. Aparentemente foram os traficantes do Cantagalo. O interessante é que os moradores são obrigados a lidar com esse fato de forma corriqueira em seu cotidiano. Quando os moradores dos bairros formais são obrigados a lidar com isso, a percepção do que representa o tráfico nos espaços populares também adquire outra dimensão. A prática do esquadramento e

de incendiar o corpo, como fizeram com Tim Lopes, é usual entre todas as quadrilhas de traficantes do Rio de Janeiro. Isso é feito, em primeiro lugar, como uma forma de defesa, no campo legal. Afinal, sem corpo não há crime; é também uma forma de, via o terror, mostrar poder e disposição de usá-lo. Além disso, é uma forma de apagar a memória do inimigo, negar à própria família e amigos a oportunidade de prestar-lhe uma última homenagem. A definição da preservação da vida como eixo central da intervenção do GPAE, portanto, tem uma função importantíssima: a humanização da vivência cotidiana do espaço popular, a eliminação dos signos mais comuns de vilipêndio da existência, inclusive os realizados pela própria polícia. Isso obriga ao tráfico encaminhar novas formas de ação, de tentativa de controlar o território e as práticas locais, o que facilita a aproximação entre a favela e o espaço urbano em geral.

- Ampliação do combate ao uso e tráfico de armas, a partir da perspectiva de preservação da vida. Incorporar essa ação ao plano nacional de combate ao narcoplantio e, em particular, ao narcotráfico nos espaços populares. Não dá mais para se pensar no combate ao tráfico sem articulá-lo com o combate ao uso da arma. De forma imediata, o principal problema dos moradores das comunidades populares não é a venda e compra de drogas. É a circulação e o uso das armas, responsáveis por um forte sentimento de insegurança e de instabilidade. Há a bala perdida, as guerras entre as organizações criminosas, os disparos ocasionais, tudo isso de modo lamentavelmente freqüente. Assim, a violência das armas é muito maior, para quem mora na comunidade, do que a violência das drogas. Mas continua se falando muito mais dessa forma de violência. É preciso enfrentar-se de forma concomitante os dois problemas.

Esses foram os desafios e ações sistematizados. Muito obrigado.

Encerramento

Encerrada a sistematização do professor Jailson de Souza e Silva, o cerimonialista Pedro Américo de Oliveira passou à palavra ao Presidente do CONANDA, do Fórum e do Ministério do Trabalho, a fim de que fizessem o encerramento e os agradecimentos. Vicente Faleiros destacou a importância do Seminário para o CONANDA e o compromisso da entidade em pressionar e contribuir na elaboração do Plano Nacional sugerido. Ressaltou, também, a importância de que os novos membros do CONANDA, tanto do governo como da sociedade, estimulem a mobilização coletiva sobre o assunto, articulando o Fórum, a sociedade e o Estado, a fim de garantir a materialização dos pontos assinalados.

Isa de Oliveira, em nome do Fórum Nacional, agradeceu a todos os parceiros que apoiaram a realização do Seminário e aos seus participantes. Considerou que os seus objetivos foram plenamente alcançados, em particular no tocante aos desafios e propostas. Assumiu o compromisso de que o FNPETI vai socializar essas informações de modo que todas as entidades atuantes no combate ao trabalho infantil possam difundir e ampliar os debates em seus estados e municípios. Avaliou também como de grande importância a cobertura do evento pela mídia, tendo em vista que a maior visibilidade é muito importante para a conquista dos objetivos que orientam a ação do FNPETI.

José Abelardo Cuty da Silva parabenizou, em nome do Ministério do Trabalho e do Emprego, o Fórum Nacional e o CONANDA pela organização, assim como o apoio da OIT e os demais parceiros. Afirmou que o Ministério do Trabalho e Emprego, no contexto da Convenção 182, tem o

compromisso de dar cumprimento às suas disposições. Isso exige, como foi ressaltado no Seminário, a articulação e a parceria, pois o poder público não tem condições de combater esse fenômeno, com resultado satisfatório, de forma isolada.

A Convenção 182 trouxe alguns desafios novos para a fiscalização do trabalho, o que exige novos tipos de ações. O Ministério do Trabalho tem focado ações e instrumentos de intervenção no mercado informal de trabalho e já começa a preparar uma intervenção mais efetiva no âmbito do trabalho doméstico infantil, com a elaboração de uma nova instrução normativa direcionada à fiscalização do trabalho para agir neste tipo de relação de trabalho.

Concluindo sua intervenção, destacou a riqueza das experiências apresentadas e dos novos conhecimentos apresentados sobre a realidade do narcoplantio e do narcotráfico e o fato de, a partir daí, ser possível traçar planos e ações de intervenção. As propostas apresentadas são pertinentes e importantes, indicando o cenário de atuação. O MTE está ao lado de seus parceiros de sempre, preparado para entrar nessa luta com todos os meios e instrumentos disponíveis.

Pedro Américo de Oliveira fez a fala final do I Seminário Nacional sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil: Crianças no Narcoplantio e Tráfico de Drogas. Destacou a contribuição essencial da equipe que atuou na logística do mesmo, o esforço de Jailson de Souza e Silva na sistematização final, sabendo-se que cada tema selecionado abria espaço para um novo seminário e o trabalho da equipe do IETS, que tornou muito mais visível e difundido o universo oculto das condições de vida das crianças e adolescentes empregados no tráfico.

A pesquisa fazia parte de um projeto internacional, realizado pela OIT, voltado para conhecer com mais profundidade o universo constituinte das piores formas de trabalho infantil. Destacou a realização de um encontro em Genebra, no mês de dezembro, com todos os outros pesquisadores que também fizeram pesquisas semelhantes, da qualidade do trabalho feito no Brasil e do fato deste ser o único país que, até então, havia conseguido, na área do tráfico de drogas, dar um desdobramento à pesquisa. Salientou ser esse o papel da OIT: ajudar os Estados Membros a conseguirem buscar mecanismos de enfrentamento imediato das Convenções e da Convenção 182, ponto particular do Seminário. Nesse sentido, a OIT tinha certeza que, com o CONANDA e o Fórum Nacional, com a participação do UNICEF, os resultados do evento seriam levados ao novo governo e à sociedade, na busca de ampliar a criação de alternativas concretas de enfrentamento das atividades do narcoplantio e do narcotráfico.

